

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

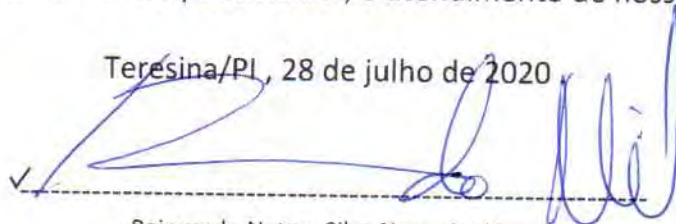
Assunto: Renovação de Outorga.

Senhor Ministro ,

A Rádio Chapada do Corisco Ltda , inscrita no CNPJ nº 12.067.450/0001-80 , executante do serviço de radiodifusão , em frequência modulada , no município de Teresina , Estado do Piauí , vem mui respeitosamente à presença de V.Sa , apresentar documentação pertinente a Renovação de Outorga para o período 2018 a 2020 .

Agradecemos antecipadamente , o atendimento de nosso pleito .

Teresina/PI , 28 de julho de 2020



Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima
Representante Legal
CPF : 453.928.973 - 04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA .

CNPJ: 12.067.450/0001-80

CEP da sede: 64.075-535

Endereço da sede: Avenida Paulo Ferraz , 1940 – Bairro Beira Rio
Teresina - Piauí

E-mail de contato: etivaldofurtado@gmail.com

☒ (X) em frequência modulada

☐ () em ondas curtas

☐ () em ondas médias

☐ () em ondas tropicais

Serviço a ser renovado:

☒ (X) Radiodifusão sonora

☐ () Radiodifusão de sons e imagens

Período da renovação:

2018 a 2028

Localidade da renovação:

Teresina

UF: Piauí

Eu, Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima , inscrito no CPF sob o nº453.928.973 – 04 , na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

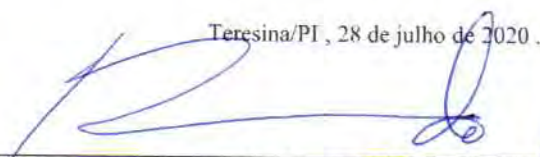

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de



1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta,
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

✓  
Teresina/PI, 28 de julho de 2020.
Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima
Representante Legal
CPF : 453.928.973 - 04



LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE

Razão Social: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
CNPJ: 12.067.450/0001-80
Endereço Sede: AVENIDA DEPUTADO PAULO FERRAZ , 1940 – BAIRRO BEIRA RIO
Município: TERESINA **UF:** PI **CEP:** 64075-535
E-mail contato: etivaldofurtado@gmail.com

EMISSORA

Serviço: ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
☐ Radiodifusão de Sons e Imagens
☐ Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital
Canal: 248 **Classe:** A2 **Prefixo:** ZYL229
Frequência (MHz): (*) **Vídeo (TV)** **Áudio (FM/TV)** 97,5 MHz
Potência (kW) : 30 kW
Localidade da Outorga: Teresina **UF:** PI

PROFISSIONAL HABILITADO (VISTORIADOR)

Nome completo: LUIZ MORAES COSTA
CREA nº: 540D-MS **UF:** MS
E-mail de contato: lmcosta1955@hotmail.com

(*) – Não se aplica a TVD.



VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOCALIZAÇÃO

Endereço:	Rua Maria Antônia Burlamaqui, s/n – Bairro Samapi		
Município:	Teresina	UF: PI	CEP: 64058-010
Coordenadas Geográficas medidas	Latitude :	05 ° 03 ' 18 , 70 " S (S/N)	
	Longitude:	42 ° 44 ' 49 , 73 " O (L/O)	

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Sistema Irradiante Principal:	Fabricante:	IDEAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA			
	Modelo:	DDRR6248			
	Polarização:	Horizontal	X	Vertical	Circular
	Azimute de orientação medido (°NV):	30			
	Nº de elementos:	06			
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):	50,00 m			
Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Polarização:	Horizontal		Vertical	Circular
	Azimute de orientação medido (°NV):				
	Nº de elementos:				
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):				
Linha de Transmissão Principal:	Fabricante:	KMP CABOS SISTEMAS ESPECIAIS LTDA			
	Modelo:	HCA158-50J			
	Comprimento medido (m):	70 m			
Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Comprimento medido (m):				
Transmissor Principal:	Fabricante:	AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA			
	Modelo:	SP5000 ÀGILE			
	Homologação:	00278-03-00528			
	Potência de operação medida (kW):	4,75 kW			
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)		Áudio (FM/TV)	97,50 MHz
Transmissor Auxiliar: (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Homologação:				
	Potência de operação medida (kW):				
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)		Áudio (FM/TV)	

(*) - Não se aplica a TVD.

Laudo de Vistoria Técnica (FM-TV) - pag. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

ESTÚDIO PRINCIPAL

Endereço: AVENIDA DEPUTADO PAULO FERRAZ, 1940 – BAIRRO BEIRA RIO

Município: TERESINA

UF: PI **CEP:** 64.075-535

ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOUVER)

Endereço:

Município:

UF:

CEP:

RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Analizador de Espectro : Fabricante : Tektronic / Modelo : 7L12

Frequencímetro : Fabricante : Minipa / Modelo : MF 7130

Wattímetro : Marca : BIRD / Modelo : 6810 – 009 -7 / Número de Série : 512

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Nome do Vistoriador:

CREA/ Nº: 540D-MS

Local / Data: 10/06/2020

Assinatura:



ANEXOS

DECLARAÇÕES

PROFISSIONAL HABILITADO

DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;

(b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 10/06/2020 ;

(c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.


Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: Teresina/PI

Data: 10/06/2020

Nome do Profissional Habilitado: Luiz Moraes Costa

CREA/MS Nº: 540D-MS


Assinatura do Profissional Habilitado

ENTIDADE

Declaro que o Sr. Luiz Moraes Costa, esteve nesta cidade de Teresina, no Estado do Piauí, no dia 10/06/2020 vistoriando as instalações de nossa emissora de frequência modulada.

Local: Teresina

Data: 10/06/2020

Nome do Representante Legal: Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima

Cargo que exerce na Entidade: Diretor Geral

✓ 
Assinatura do Representante Legal



ATESTADO

Atesto para fins que as leituras abaixo citadas , são verdadeiras , e que estão de acordo com a Resolução Anatel nº 67/1998 , editada em 12/11/1998 .

Leitura de Potência Transmissor Principal :

6.4 - POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

6.4.1 - VARIAÇÃO DE POTÊNCIA

O valor da potência de operação do transmissor deve ser mantido, sempre, o mais próximo possível da potência autorizada. As eventuais variações da potência de operação devem ficar restritas aos limites de $\pm 10\%$, em condições normais, da tensão da rede e de $\pm 15\%$, excepcionalmente, em função da variação da mesma.

Medido :

Condições normais :

4750 Watts .

Com Variação de $\pm 15\%$ da Tensão de Rede :

Variação de mais 15% :

Medido :

4750 Watts

Variação de menos 15% :

Medido :

4700 Watts

O Equipamento manteve as suas características , e potência nominal dentro das exigências da Resolução Anatel 67/1998 .



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Leitura de Frequência :

7.2.1 - TRANSMISSORES

Só será permitida a instalação e a utilização pelas emissoras de equipamentos transmissores cujas especificações atendam aos seguintes requisitos mínimos:


d) em temperatura ambiente variável entre +10°C e +50°C e com variações de +10% na tensão primária de alimentação, a frequência central de operação do oscilador deve manter-se, automaticamente, dentro de limites, tais que a frequência de saída do transmissor seja mantida dentro de ± 2.000 Hz;

Medido Transmissor Principal :

97.500.210 Hz

O Equipamento manteve as suas características dentro das exigências da Resolução Anatel 67/1998 .

Teresina/PI , 28 de julho de 2020 .


Eng . Luiz Moraes Costa
CREA : 540/D-MS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920200027236

1. Responsável Técnico**LUIZ MORAES COSTA**Título profissional: **Engenheiro Eletricista**RNP: **1305196341**Registro: **540/D-MS****2. Dados do Contrato**Contratante: **Rádio Chapada do Corisco Ltda**CPF/CNPJ: **12067450000180**Logradouro: **AVENIDA DEPUTADO PAULO FERRAZ**Nº: **1940**

Complemento:

Bairro: **BEIRA RIO**Cidade: **TERESINA**UF: **PI**CEP: **64075-535**Contrato: **Sem número**celebrado em **05/07/2020**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **400,00**

Tipo de Contratante:

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/ServiçoLogradouro: **RUA MARIA ANTONIETA BURLAMAQUI**Nº: **s/n**Complemento: **- LADO ÍMPAR**Bairro: **SAMAPI**Cidade: **TERESINA**UF: **PI**CEP: **64058-010**Data de Início: **06/07/2020**

Previsão de Término:

07/07/2020

Coordenadas Geográficas:

-5.0550000, -42.746694Finalidade: **OUTRO**

Código:

Proprietário **Rádio Chapada do Corisco Ltda**CPF/CNPJ: **12067450000180****4. Atividade Técnica****CONSULTORIA****Quantidade****Unidade**

LAUDO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

5.0000

HORA/DIA

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Laudo de Vistoria, visando a Renovação de Outorga da Rádio Chapada do Corisco Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no canal 248(97,5 MHz), no Município de Teresina, Estado do Piauí.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe**SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE****8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Teresina/PI

28 de julho de 2020

Local

data

LUIZ MORAES COSTA - CPF: 44762720104

Rádio Chapada do Corisco Ltda - CPF/CNPJ: 12067450000180

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confca.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292

**CREA-PI**
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do PiauíValor ART: R\$ **88,78**Registrada em **07/07/2020**Valor Pago: **88,78**Nosso Número: **8201047620**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

CONTRATO SOCIAL

ÁTILA FREITAS LIRA, brasileiro, casado, economista, residente nesta capital, na rua Jaime da Botica, 2831, Planalto Ininga, portador da CI RG nº 185.748-PI e CPF 130.235.946-00; JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, brasileiro, solteiro, advogado, residente nesta capital na rua Benjamin Constant, 1642, portador da CI 348.735-PI e CPF nº 341.694.073-34; JOÃO CALISTO LOBO, brasileiro, casado, engenheiro, residente nesta capital, na rua Eliseu Martins, 2036, portador da CI nº 523.220-IFP-RJ; JESUALDO CAVALCANTE BARROS, brasileiro, casado, advogado, residente nesta capital na rua João Cabral, 907-N, portador da CI-OAB nº 604 e MUSSA DE JESUS DEMES, brasileiro, casado, advogado, portador da CI nº OAB-PI 463, CPF nº 002.331.883-04, constituem, entre si e na melhor forma de direito, sociedade comercial, por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade terá como denominação social de RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA e como nome de fantasia RÁDIO CHAPADA DO CORISCO.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sede e foro na cidade de Teresina, na rua Benjamin Constant, 1642, não tendo filiais no momento, podendo tê-las futuramente.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto social será a execução e exploração do serviço de radiodifusão sonora, na forma da lei e da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - Os objetivos expressos da sociedade se identificam com o que dispõe o artigo 3º (terceiro) do Decreto nº 52.795 de 31-10-1963, que institui o regulamento dos serviços de radiodifusão, consagrando o nível de prioridade, os programas de natureza educativa, informativa, paralela



mente com as atividades de publicidade comercial, para cobrir os encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística.

CLÁUSULA QUINTA - A sociedade é constituída para vigorar por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data de arquivamento do contrato social na Junta Comercial do Estado do Piauí.

Parágrafo único - Quando e se necessário a dissolução da sociedade, os dispositivos da lei pertinente serão observados.

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe, decretos, decretos-leis, regulamentos, portarias, normas e quaisquer outras decisões do Ministério das Comunicações e/ou seus órgãos competentes, vigentes ou a vigirem e referentes à legislação dos serviços de radiodifusão a serem executados pela sociedade.

CLÁUSULA SÉTIMA - Nenhuma alteração contratual pode rá ser realizada, sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA OITAVA - Os administradores serão brasileiros natos e sua investidura nos cargos, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer, depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

Parágrafo único - A sociedade se obriga a manter em seu quadro de funcionários, um mínimo de 2/3 (dois terços) de brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA - A sociedade não poderá deter concessões ou permissões para executar os serviços de radiodifusão no país, além dos limites fixados no artigo 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.



Parágrafo primeiro - Os sócios cotistas não poderão integrar o quadro social de outra concessionária ou permissionária, executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na cidade em que pretendam instalar a nova emissora, nem em outras localidades do país em excesso aos limites fixados pelo artigo nº 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Parágrafo segundo - O sócio-gerente nomeado será impedido de participar da direção ou na qualidade de sócio cotista de outra concessionária ou permissionária executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na cidade em que pretendam instalar a nova emissora, como não poderá gozar de imunidade parlamentar, foro especial e nem mesmo integrar o quadro social de empresas executantes do mesmo serviço em outras localidades do país, em excesso aos limites fixados pelo artigo nº 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As cotas são individuais em relação à sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

Parágrafo primeiro - O capital social é de Cz\$ Cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), representados por 2.000 (duas mil) cotas de Cz\$ 1.000,00 (um mil cruzados) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e assim distribuídas:

ÁTILA FREITAS LIRA, 400 (quatrocentas) cotas (20%)	Cz\$ 400.000,00
JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, 400 (quatrocentas) cotas (20%) ..	Cz\$ 400.000,00
JOÃO CALISTO LOBO, 400 (quatrocentas) cotas (20%)	Cz\$ 400.000,00
JESUALDO CAVALCANTE BARROS, 400 (quatrocentas) cotas (20%)	Cz\$ 400.000,00
MUSSA DE JESUS DEMES, 400 (quatrocentas) cotas (20%) ..	Cz\$ 400.000,00
TOTAL	Cz\$ 2.000.000,00



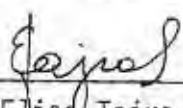
230 0
4

Parágrafo segundo - A responsabilidade dos sócios é de acordo com o que especifica o artigo 2º in fine do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A administração da sociedade será exercida por um diretor presidente, cabendo-lhe a representação da empresa em juízo ou fora dele, inclusive perante bancos, outras instituições de crédito, repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas.

1 - O diretor-presidente da Rádio Chapada do Corisco Ltda, assinará da seguinte maneira:

RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA





José Elias Tajra Sobrinho
Diretor-Presidente

75

Parágrafo Único - Na hipótese de dispor ou onerar, sob qualquer forma, os bens constitutivos do patrimônio da sociedade, inclusive direitos, torna-se necessária e obrigatória a assinatura de todos os sócios. Fica desde já, delegados os poderes de diretor-presidente, ao sócio JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, com dispensa de caução. No caso de se tornar concessionária ou permissionária dos serviços de radiodifusão, a investidura do diretor-presidente no cargo somente poderá ocorrer após aprovação pelo Ministério das Comunicações. Para outros fins, inclusive para encaminhamento ao referido Ministério de documentos e pleitos, fica caracterizada a sua investidura no cargo, após o arquivamento do contrato na Junta Comercial do Estado do Piauí.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O uso da denominação social nos termos da cláusula décima segunda, deste instrumento



é vedado em fianças, avais, abonos e outros favores estranhos aos interesses da sociedade, ficando o diretor-presidente pesoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Para o exercício de procuradores, locutores e encarregados das instalações técnicas, ben como responsáveis pela orientação intelectual ou administrativa direta ou indiretamente da sociedade serão admitidos brasileiros natos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As cotas sociais não podeão ser cedidas a terceiros, estranhos à sociedade, sem o consentimento expresso dos demais sócios. Para esse fim, o sócio que pretender retirar-se, deverá notificar, por escrito, a sociedade concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação para que a sociedade, através de seus demais sócios, exerça ou renuncie em condições de igualdade ao direito de preferência na aquisição de suas cotas. No caso de cessão as cotas serão distribuídas em igual proporção às cotas dos sócios remanescentes. Fica ajustado entre as partes, que ao sócio que se retira, caberá receber o valor das cotas integralizadas e representativas ao seu capital, mais os lucros apurados em balanço, previamente aprovado pelos sócios e cujo pagamento será feito em 6 (seis) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Parágrafo único - A saída de sócio será objeto, na oportunidade, de alteração do contrato social, a fim de ser submetida à anuência prévia do Ministério das Comunicações e, posteriormente, ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Piauí.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios, não dissolverá, necessariamente, a sociedade, ficando herdeiros e sucessores, sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo optar pela venda aos demais sócios do quinhão respectivo, ou incorporar à sociedade após anuência do poder concedente.



Parágrafo Único - Se herdeiros e sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para esse fim e serão pagos em 6 (seis) prestações mensais e sucessivas, a quem de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A 31 de dezembro de cada ano, levantar-se-á balanço patrimonial das atividades da empresa e necessárias demonstrações financeiras que levarão à assinatura de todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro, como foro da sociedade a cidade de Teresina-Piauí, para solução de quaisquer dúvidas que eventualmente venham surgir entre as partes contratantes.

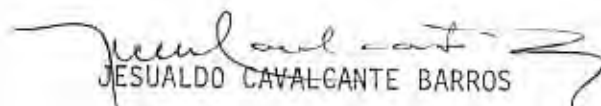
E por se acharem justos e contratados, assinam o presente contrato social em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, fazendo-o perante as testemunhas da lei.

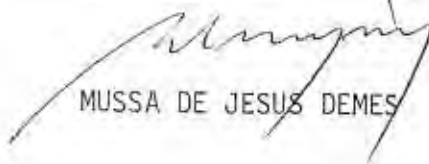
Teresina,


ÁTILA FREITAS LIRA

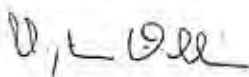

JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO


JOÃO CALISTO LOBO


JESUALDO CAVALCANTE BARROS


MUSSA DE JESUS DEMES

TESTEMUNHA



TESTEMUNHA





ADITIVO Nº 01

ÁTILA DE FREITAS LIRA, JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, JOÃO CALISTO LÔBO, JESUALDO CAVALCANTE BARROS E MUSSA DE JESUS DEMES, todos sócios cotistas da RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., e já devidamente / qualificados no CONTRATO SOCIAL arquivado na Junta Comercial sob nº 222 0004005-2, constitutivo da sociedade comercial citada; RESOLVEM por este aditivo, alterar o referido contrato, para admitir como sócios cotistas os senhores: CIRO NOGUEIRA LIMA, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta Capital, na av. João XXIII, 4661, carteira de identidade nº 33.647-PI., CPF nº 001.542.883-49; JOSÉ NAPOLEÃO FILHO, brasileiro, casado, eng. civil, residente nesta Capital na rua Cônego Fonseca, 990, carteira de identidade nº 8.671-DE. CPF nº 061.930.643-20; FERNANDO ANTONIO FERRAZ FORTES, brasileiro, casado, eng. civil, residente nesta Capital na rua Adalberto Correia Lima, 2651, carteira de identidade nº 107.552-PI, CPF nº 065522853-53 JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO, brasileiro, casado, eng. civil, residente nesta Capital na rua Eustáquio Portela, 2274, carteira de identidade nº 214.396-DE. CPF nº 041.794.043-20, obedecidas as seguintes cláusulas:

1ª. O Capital Social, em face das várias denominações da moeda nacional por força de lei, sendo de Cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados) passa a ser de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), representado por duas mil cotas de R\$ 1,00 cada uma, ficando cada um dos Sócios / já qualificados no Contrato Social com 400 (quatrocentas) cotas devidamente subscritas e integralizadas em moeda corrente.

2ª. Fica elevado o Capital Social de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), representadas por 4.000 cotas / no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo que a nova parcela representativa do referido aumento, é subscrita e integralizada em moeda corrente pelos novos Sócios.

§ Único: com as alterações acima, o Capital Social fica assim distribuído:

ÁTILA DE FREITAS LIRA	400 cotas R\$	400,00
JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO	400 cotas R\$	400,00
JOÃO CALISTO LÔBO	400 cotas R\$	400,00
JESUALDO CAVALCANTE BARROS	400 cotas R\$	400,00
MUSSA DE JESUS DEMES	400 cotas R\$	400,00
CIRO NOGUEIRA LIMA	800 cotas R\$	800,00
JOSÉ NAPOLEÃO FILHO	800 cotas R\$	800,00
FERNANDO ANTONIO FERRAZ FORTES	200 cotas R\$	200,00
JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO	200 cotas R\$	200,00
Total	R\$	4.000,00

= cent. =



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

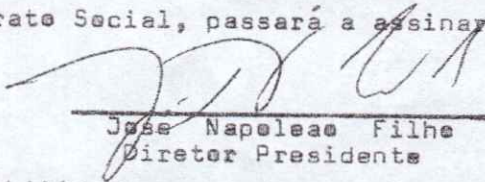


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

3ª. Assume o cargo de DIRETOR PRESIDENTE o sócio cotista JOSÉ / NAPOLEÃO FILHO, que, com as atribuições inerentes ao cargo e já estabelecidas no Contrato Social, passará a assinar

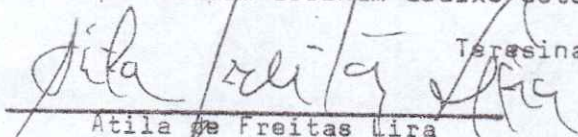

José Napoleão Filho
Diretor Presidente

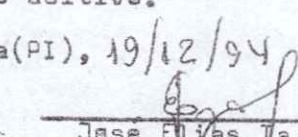
assumindo a responsabilidade por todos os atos administrativos praticados desde novembro de 1.989.

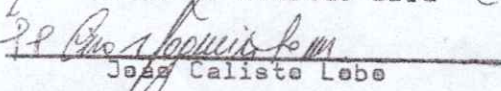
4ª. Todas as demais cláusulas constantes do Contrato Social, não alteradas por este aditivo, permanecem em vigor, ficando registrada o novo endereço da sociedade na avenida Antenino Freire, nº 1356, / nesta Capital.

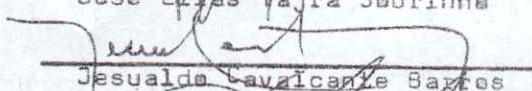
E por acharem justos e contratados, assinam o presente Aditivo em cinco vias de igual teor e forma, fazendo-o perante testemunhas que também assinam abaixo este Aditivo.

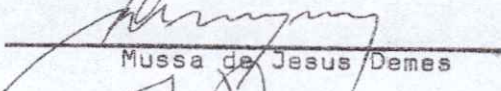
Teresina (PI), 19/12/94

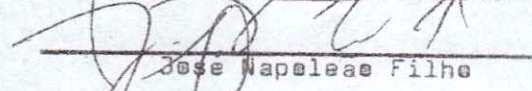

Atila de Freitas Lira

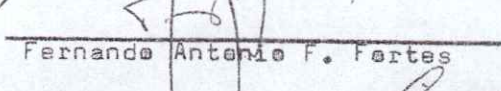

José Elias Tajra Sobrinho

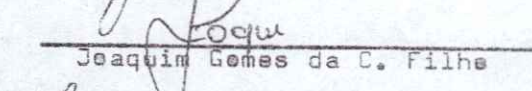

João Calisto Lobo

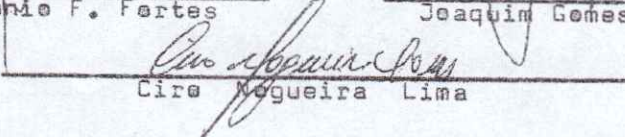

Jesualdo Cavalcante Barros


Mussa de Jesus Domes

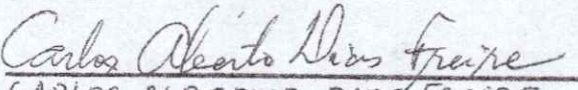

José Napoleão Filho

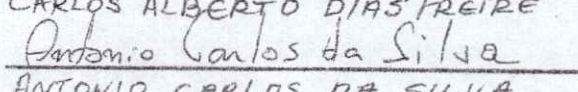

Fernando Antonio F. Fortes


Joaquim Gomes da C. Filho


Ciro Nogueira Lima

Testemunhas:


CARLOS ALBERTO DIAS FREIRE


ANTONIO CARLOS DA SILVA



ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
Junta Comercial - Secretaria Geral

CERTIDÃO

Certifico e dou fé a presente é cópia autenticada do original arquivado
nesta Junta Comercial sob 11-28600005729
Em 19/12/94

<input type="checkbox"/>	Este é o último ato arquivado
<input type="checkbox"/>	Este é o único ato arquivado
<input checked="" type="checkbox"/>	Existem atos posteriores arquivados

Teresina 25, 04, 11
[Assinatura]
Encarregado da Expedição
Visto
[Assinatura]
José Eduardo Pereira Filho
Secretaria Geral
Junta Comercial do Estado do Piauí



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

ESTADO DO PIAUÍ

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Junta Comercial - Secretaria Geral

CERTIDÃO

Certifico e dou fé a presente é cópia autenticada do original arquivado
nesta Junta Comercial sob

Nº 222.000.9005-2
Em 21-01-88.

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>

Este é o último ato arquivado

Este é o único ato arquivado

Existem atos posteriores arquivados

Teresma,

25.04.11

Encarregado da Expedição

Visto

João Eduardo Pereira Filho

Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Piauí



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

ADITIVO DE ALTERAÇÃO Nº 02 DA SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, DA EMPRESA RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. CELEBRADAS ENTRE PARTES COMO SEGUE:

ÁTILA DE FREITAS LIRA, JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, JOÃO CALISTO LÔBO, JESUALDO CAVALCANTE BARROS, MUSSA DE JESUS DEMES, CIRO NOGUEIRA LIMA, JOSÉ NAPOLEÃO FILHO, FERNANDO ANTONIO FERRAZ FORTES e JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO, todos sócios cotistas da RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., e já devidamente qualificados no CONTRATO SOCIAL arquivado na Junta Comercial sob o nº 2220004005-2, RESOLVEM por este aditivo, alterar o referido Contrato Social e Aditivo nº 01, obedecendo as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I

Retiram-se da sociedade os sócios cotistas ÁTILA DE FREITAS LIRA, JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, JOÃO CALISTO LOBO, MUSSA DE JESUS DEMES e JESUALDO CAVALCANTE BARROS, transferindo suas cotas aos cotistas remanescentes CIRO NOGUEIRA LIMA, JOSÉ NAPOLEÃO FILHO, FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES e JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO.

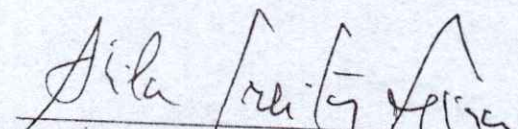
§ Único: Com as alterações acima o capital social de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais) fica assim redistribuídos:


CIRO NOGUEIRA LIMA	1.600 cotas	R\$	1.600,00
JOSÉ NAPOLEÃO FILHO	1.600 cotas	R\$	1.600,00
FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES	400 cotas	R\$	400,00
JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO	400 cotas	R\$	400,00
TOTAL		R\$	4.000,00


CLÁUSULA II


Todas as demais cláusulas do Contrato Social, não alteradas por este aditivo, permanecem em vigor.

E por acharem justos e contratados, assinam o presente Aditivo em cinco vias de igual teor e forma, fazendo-o perante testemunhas que também assinam abaixo este Aditivo.



ÁTILA DE FREITAS LIRA

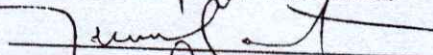

JOÃO CALISTO LOBO



MUSSA DE JESUS DEMES

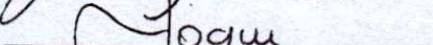

FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES

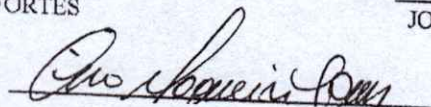
Teresina(PI), 02/09/2002.


JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO


JESUALDO CAVALCANTE BARROS


JOSÉ NAPOLEÃO FILHO


JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO





ESTADO DO PIAUÍ

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Junta Comercial - Secretaria Geral

CERTIDÃO

Certifico e dou fé a presente é cópia autenticada do original arquivado
nesta Junta Comercial sob N.º J02591

Om 03/09/02

<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Este é o último ato arquivado

Este é o único ato arquivado

Existem atos posteriores arquivados

Teresina, 25, 04, 11

Amalho

Encarregado da Expedição

Visto

Jose Eduardo Pereira Filho

Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Piauí

TERESINA CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
TITULAR - MARIA AMÉLIA MARTINS ARAÚJO DE ARÉA LEÃO
RUA 7 DE SETEMBRO, 330 - CENTRO/NORTE - CEP: 64001-210 - TERESINA-PI
FONE: (0xx86) 3221-3643 / 3221-6788 - E-mail: cartorio@mariaaraujo.com.br

1254

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE COM
A ORIGINAL EXIBIDA NESTAS NOTAS. DOU FÉ.
EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE.

TERESINA-PI, 12/03/14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

ADITIVO Nº. 03
RÁDIO CHAPADA DO CORÍSCO LTDA
CNPJ Nº. 12.067.450/0001-80

ESPÓLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA, neste ato representado por seu inventariante **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade Nº 1.004.287 SSP/PI, e CPF Nº 453.928.973-04, residente e domiciliado à Av. João XXIII, 4661 - São Cristóvão - Teresina - PI CEP: 64049-010,

JOSÉ NAPOLEÃO FILHO, brasileiro, casado no regime da comunhão de bens, Eng. Civil, nascido em 15/07/1952, portador da Cédula de Identidade nº 8.671 SSP-DF, CPF Nº 061.930.643-20, residente e domiciliada na Rua Cônego Fonseca, 990, Bairro São Cristóvão, CEP 64.056-190 em Teresina-PI.

FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES, brasileiro, casado no regime da comunhão de bens, Eng. Civil, nascido em 11/09/1952, portador da Cédula de Identidade nº 107.552 SSP-PI, CPF Nº 065.522.853-53, residente e domiciliada na Rua das Orquídeas, 1645, Apt - 100 - Edf. Piazza Navona, Fátima, CEP 64.049-534 em Teresina-PI.

JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO, brasileiro, casado no regime da comunhão de bens, Eng. Civil, nascido em 05/06/1951, portador da Cédula de Identidade nº 214.396 SSP-DF, CPF Nº 041.794.043-20, residente e domiciliado na Av. Zequinha Freire, 225, Vale Quem Tem, CEP 64.057-310 em Teresina-PI. (art. 997, I, CC/2002), únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada **RÁDIO CHAPADA DO CORÍSCO LTDA** com sede na **Avenida Antonino Freire, 1356 - Centro - CEP: 64.001-040 Teresina - PI** e com seus atos constitutivos arquivados na JUCEPI sob o Nº. 2220009005-2 em 21/01/1988, inscrita no CNPJ sob o Nº. 12.067.450/0001-80, vem por este instrumento particular alterar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - É admitido dois novos sócios **ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA**, brasileira, natural de Teresina/PI, viúva, nascida em 03.07.1949, empresaria, portadora do CPF 131.430.003-25 e Cédula de Identidade nº 106.373-SSP/PI, residente e domiciliada na Av. João XXIII, 4661/2, Bairro São Cristóvão, CEP 64.051-005, na cidade de Teresina/PI e **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade Nº 1.004.287 SSP/PI, e CPF Nº 453.928.973-04, residente e domiciliado à Av. João XXIII, 4661 - São Cristóvão - Teresina - PI CEP: 64049-010.

CLÁUSULA II - Neste ato os sócios resolvem alterar seu endereço da **Avenida Antonino Freire, 1356 - Centro - CEP: 64.001-040 Teresina - PI**, para a **Av. Deputado Paulo Ferraz, 1940 - 3º - Andar - Sala 05 - Bairro Beira Rio, CEP 64.075-535 em Teresina - PI**.

CLÁUSULA III - Os sócios em comum acordo resolvem alterar sua atividade principal e secundária para:

6010-1/00 - Atividade de rádio;

7311-4/00 - Agência de publicidade;

7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviço e negócios em geral, exceto imobiliários;

CLÁUSULA IV- Neste ato retira-se da sociedade o sócio **JOSÉ NAPOLEÃO FILHO** na qual transfere por venda 100% (Cem por cento) de suas cotas no total 1.600 (Mil e Seiscentas) cotas no valor de R\$ 1.600,00 (Mil e Seiscentos Reais), para a sócia **ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA**; retira-se também da sociedade o sócio **FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES**, que transfere por venda 100% (Cem por cento) de suas cotas no total 400 (quatrocentas) cotas, no



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais), para a sócia **ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA**; retira-se também da sociedade o sócio **JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO**, que transfere por venda 10% (dez por cento) de suas cotas no total 40 (quarenta) cotas, no valor de R\$ 40,00 (Quarenta Reais), para o sócio **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, que também transfere por venda 80% (oitenta por cento) de suas cotas no total de 360 (trezentos sessenta) cotas no valor de R\$ 360,00 (trezentos sessenta Reais), para a sócia **ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA**.

PARAGRAFO ÚNICO - Os sócios **JOSÉ NAPOLEÃO FILHO**, **FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES** e **JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO** declaram ter recebido todos os seus direitos em espécie corrente do país, dando assim pleno, geral e irrevogável quitação, das cotas ora vendidas.

CLÁUSULA V- O capital social, por força da transferência por venda das cotas, passa a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO QUOTAS		VALOR	
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	59%	2.360	R\$	2.360,00
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	1%	40	R\$	40,00
ESPÓLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA	40,0%	1.600	R\$	1.600,00
TOTAL	100,00%	4.000	R\$	4.000,00

(art. 997, III, C/2002) (art. 1.055, CC/2002)

CLÁUSULA VI - A administração passará a ser exercido pelo sócio **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, os quais representarão a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, somente em negócios de interesse da empresa.

CLÁUSULA VII - O Administrador declara, sob as penas da lei, que não estar impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

CLÁUSULA VIII - Tendo em vista as inúmeras alterações contratuais ocorridas, e havendo a necessidade de consolidação das cláusulas contratuais, os sócios decidem aprovar o seguinte texto, revogando quaisquer dispositivos anteriores que conflitem com o ora aprovado:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL RÁDIO CHAPADA DO CORÍSCO LTDA

CLÁUSULA I - A sociedade empresarial gira sob a denominação de **RÁDIO CHAPADA DO CORÍSCO LTDA**, com sede na **Av. Deputado Paulo Ferraz, 1940 - 3º - Andar - Sala 05 - Bairro Beira Rio, CEP 64.075-535 em Teresina - PI** e com seus atos constitutivos arquivados na JUCEPI sob o Nº. 2220009005-2 em 21/01/1988, inscrita no CNPJ sob o Nº. 12.067.450/0001-80.

CLÁUSULA II - A sociedade iniciou suas atividades em 31/01/1988, com prazo de duração indeterminado.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

QUANT LIMA COMBRA MELO - ESCRIVENTE
Tol: 2.32 T.L: 0.46 Selo: 0.25 Total: 3.03



Selo de Fiscalização
Autenticação de
Poder Judiciário
Estado do Rio
Grande do Sul
Registro Judicial

AUTENTICAÇÃO
ABD 56916



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

CLÁUSULA III - A sociedade explora as seguintes atividades:

6010-1/00 Atividade de rádio;

7311-4/00 Agência de publicidade;

7490-1/04 Atividades de intermediação e agenciamento de serviço e negócios em geral, exceto imobiliários;

CLÁUSULA IV - O Capital Social é de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais) divididos em 4.000 (Quatro mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, já integralmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	QUOTAS	VALOR
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	59%	2.360	R\$ 2.360,00
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	1%	40	R\$ 40,00
ESPÓLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA	40,0%	1.600	R\$ 1.600,00
TOTAL	100,00%	4.000	R\$ 4.000,00

(art. 997, III, C/2002) (art. 1.055, CC/2002)

CLÁUSULA V - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA VI - A administração da sociedade é exercida pelo sócio **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, ficando com os poderes e atribuições gerais, representar a sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, assinar quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívidas, cambiais, cheques, ordens de pagamentos e outros, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens da sociedade, sem autorização dos demais sócios. (artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002).

Parágrafo Único - Poderá construir procurador para representar a sociedade, desde que, do instrumento de mandato, constem especificamente discriminados, os atos que o procurador poderá praticar e o prazo de vigência do mandato que, somente no caso de mandato para representação judicial poderá ser outorgado por prazo indeterminado.

CLÁUSULA VII - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA VIII - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA IX - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

CLÁUSULA X – O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

CLÁUSULA XI - Fica eleito o foro da comarca de Teresina – Piauí com renúncia aos demais em caráter irrevogável, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por acharem justos e contratados assinam o presente contrato em três (03) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas; onde as folhas serão rubricadas pelos sócios e a última assinada por todos e em seguida será levada para registro e arquivamento na Junta comercial do estado do Piauí, para produzir seus efeitos legais e jurídicos.

Teresina (PI), 29 de Novembro de 2013.

Eliane e Silva Nogueira Lima

ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA
Sócia

RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA
Sócio-Administrador

CIRO NOGUEIRA LIMA

Representante Legal (Inventariante): RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA
Sócio

JOSÉ NAPOLEÃO FILHO
Sócio-Retirante

JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO
Sócio-Retirante

FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES
Sócio-Retirante

marcelle m. noronha
CAB/PI nº 9880

TESTEMUNHAS:

Alan Kennedy Barros de Araújo

Alan Kennedy Barros de Araújo
CPF Nº. 037.337.563-80
RG Nº 3.099.906 SSP/PI

Carlos Romão Silva dos Remédios

Carlos Romão Silva dos Remédios
CPF Nº 760.890.963-34
RG Nº 1.537.162 SSP/PI



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/02/2014 SOB Nº: 302789
Protocolo: 14/000050-0, DE 06/01/2014

Empresa: 22 2 0009005 2
RADIO CHAPADA DO CORISCO -
LTD A

Marco Bona
MARCO AURELIO BONA
SECRETARIO-GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO - JOÃO CRISÓSTOMO - 1º OFÍCIO - 2ª CIRCUNSCRIÇÃO
Rua Leopoldo Nogueira, nº 100 - CEP 64002-000 - Fone: (88) 3211-1011 (0800 12211011) - Teresina - PIAUI - E-mail: joao@crisostomo.br
Selo: Maria Elizabeth Paim e Silva - Tabelão

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL
EM NESTA NOTAS
TEST. DA VERDADE. DOU FE. TERESINA, 05/10/2017 08:16:40

JOÃO LIMA COIMBRA MELO - ESCRIVENTE
cl: 2.92 T.: 0.46 Selo: 0.25 Total: 3.03



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO CHAPADA DO CORISCO - LTDA ME			Protocolo: PIC2000877463																																												
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada																																															
NIRE (Sede) 22200090052		CNPJ 12.067.450/0001-80		Data de Ato Constitutivo 21/01/1988																																											
Início de Atividade 21/01/1988																																															
Endereço Completo Avenida DEPUTADO PAULO FERRAZ, Nº 1940, 3º ANDAR, SALA - 05, BEIRA RIO - Teresina/PI - CEP 64075-535																																															
Objeto Social ATIVIDADE DE RADIO AGENCIA DE PUBLICIDADE ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGOCIOS EM GERAL EXCETO IMOBILIARIOS																																															
Capital Social R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) Capital Integralizado R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)			Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dados do Sócio</th> <th>Participação no capital</th> <th>Espécie de sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nome</td> <td>CPF/CNPJ</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ESPOLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA</td> <td>001.542.883-49</td> <td>R\$ 1.600,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nome</td> <td>CPF/CNPJ</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA</td> <td>131.430.003-25</td> <td>R\$ 2.360,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nome</td> <td>CPF/CNPJ</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA</td> <td>453.928.973-04</td> <td>R\$ 40,00</td> <td>INVENTARIANTE / Sócio / Administrador</td> <td>S</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	Nome	CPF/CNPJ					ESPOLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA	001.542.883-49	R\$ 1.600,00	Sócio	N		Nome	CPF/CNPJ					ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	R\$ 2.360,00	Sócio	N		Nome	CPF/CNPJ					RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	R\$ 40,00	INVENTARIANTE / Sócio / Administrador	S	
Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																																										
Nome	CPF/CNPJ																																														
ESPOLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA	001.542.883-49	R\$ 1.600,00	Sócio	N																																											
Nome	CPF/CNPJ																																														
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	R\$ 2.360,00	Sócio	N																																											
Nome	CPF/CNPJ																																														
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	R\$ 40,00	INVENTARIANTE / Sócio / Administrador	S																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dados do Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nome</td> <td>CPF</td> <td></td> </tr> <tr> <td>RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA</td> <td>453.928.973-04</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Dados do Administrador		Término do mandato	Nome	CPF		RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04																																		
Dados do Administrador		Término do mandato																																													
Nome	CPF																																														
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04																																														
Último Arquivamento Data 05/02/2014			Número 302790		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ato/eventos</th> <th>Situação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO</td> <td>ATIVA Status SEM STATUS</td> </tr> </tbody> </table>	Ato/eventos	Situação	310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	ATIVA Status SEM STATUS																																						
Ato/eventos	Situação																																														
310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	ATIVA Status SEM STATUS																																														

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/03/2020, às 09:05:40 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.piauidigital.pi.gov.br>, com o código **5P1BJHAX**.



PIC2000877463

ISABELA SANTANA MONTEIRO BARBOSA
Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.067.450/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/01/1988
NOME EMPRESARIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CHAPADA DO CORISCO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.11-4-00 - Agências de publicidade 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV DEPUTADO PAULO FERRAZ	NÚMERO 1940	COMPLEMENTO 3 ANDAR SALA 05
CEP 64.075-535	BAIRRO/DISTRITO BEIRA RIO	MUNICÍPIO TERESINA
UF PI		
ENDEREÇO ELETRÔNICO contalger@contalger.com.br		TELEFONE (86) 3217-7799
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/06/2020** às **17:15:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:25:15 do dia 02/07/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/12/2020.

Código de controle da certidão: **9347.8EDF.615F.A92F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA
nº 2006081815811200013001

RAZÃO SOCIAL *****			
ENDEREÇO			BAIRRO OU DISTRITO
MUNICÍPIO	CEP	FONE(S) Nº(S)	FAX (Nº)
CPF/CNPJ (Nº) 18.158.112/0001-30		INSCRIÇÃO ESTADUAL *****	
Ressalvado o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que o mesmo encontra-se em SITUAÇÃO FISCAL REGULAR.			

Certidão emitida com base na Portaria GSF nº 106/06, de 12 de abril de 2006.
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 08/06/2020, às 12:52:16

VÁLIDA ATÉ 07/08/2020

**ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET, NO
SITE <http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaoSituacao/jsp/validarCertidao.jsp>**

Chave para Autenticação: 2920-4563-40BA-00F8-A890-3635-6649-ECA7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:44:09 do dia 09/07/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/08/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/boleto/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=12067450000180](https://anatel.gov.br/boleto/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=12067450000180)

<https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b1f93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b1f93bf

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 12.067.450/0001-80
Razão Social: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
Endereço: AV DEPUTADO PAULO FERRAZ 1940 / BEIRA RIO / TERESINA / PI / 64075-535

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/07/2020 a 25/08/2020

Certificação Número: 2020072701285004936771

Informação obtida em 29/07/2020 19:57:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Certidão nº: 14199753/2020

Expedição: 19/06/2020, às 16:30:49

Validade: 15/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.067.450/0001-80**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920200027236

1. Responsável Técnico

LUIZ MORAES COSTA

Título profissional: **Engenheiro Eletricista**

RNP: **1305196341**

Registro: **540/D-MS**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Rádio Chapada do Corisco Ltda**

CPF/CNPJ: **12067450000180**

Logradouro: **AVENIDA DEPUTADO PAULO FERRAZ**

Nº: **1940**

Complemento:

Bairro: **BEIRA RIO**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64075-535**

Contrato: **Sem número** celebrado em **05/07/2020**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **400,00** Tipo de Contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA MARIA ANTONIETA BURLAMAQUI**

Nº: **s/n**

Complemento: **- LADO ÍMPAR**

Bairro: **SAMAPI**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64058-010**

Data de Início: **06/07/2020** Previsão de Término: **07/07/2020** Coordenadas Geográficas: **-5.0550000, -42.746694**

Finalidade: **OUTRO**

Código:

Proprietário **Rádio Chapada do Corisco Ltda**

CPF/CNPJ: **12067450000180**

4. Atividade Técnica

CONSULTORIA

Quantidade

LAUDO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO

5.0000

Unidade

HORA/DIA

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Laudo de Vistoria, visando a Renovação de Outorga da Rádio Chapada do Corisco Ltda. executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no canal 248(97,5 MHz), no Município de Teresina, Estado do Piauí.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

LUIZ MORAES COSTA - CPF: 44762720704

Rádio Chapada do Corisco Ltda - CPF/CNPJ: 12067450000180

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confea.org.br.
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292



CREA-PI
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

88,78 Autenticado eletronicamente em 07/07/2020 com original Valor Pago: 88,78

Nosso Número: 8201047620

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b6ff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b6ff93bf



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA NOITE
William de Souza Corrêa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Relatórios » **Outorga** internet teia menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: PI

Município: Teresina

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CAMARA DOS DEPUTADOS	Teresina	17/05/2013	17/05/2023
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC	Teresina	29/05/2007	
FUNDACAO CULTURAL MONSENHOR CHAVES	Teresina	23/02/1996	23/02/2006
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA	Teresina	01/11/1993	
FUNDACAO RADIO E TELEVISAO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA	Teresina	14/12/2011	14/12/2021
JET RADIODIFUSAO LTDA	Teresina	21/12/1987	21/12/1997
NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA	Teresina	06/09/2002	06/09/2012
O DIA RADIO E TELEVISAO DO PIAUI LTDA	Teresina	20/08/1989	20/08/1999
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	Teresina	27/07/1988	
RADIO PORTAL DE CAXIAS LTDA	Teresina	10/05/2016	10/05/2026
RADIO POTY LTDA	Teresina	06/09/1982	06/09/1992
RADIO POTY LTDA	Teresina		
SENADO FEDERAL	Teresina	27/12/2007	27/12/2017
SISTEMA DE COMUNICACAO PROFESSOR VALTER ALENCAR LTDA	Teresina	06/09/2001	06/09/2011
SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO LTDA	Teresina	25/11/2005	25/11/2015

Usuário: **william.mc - William de Souza Corrêa**

Data: **29/10/2020**

Hora: **19:39:21**

Registro **1** até **15** de **16** registros

➡ Páginas: [1] **2** [Ir] [Reg]

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574\$\$/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

https://mctic-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (86) 3217-7799	E-mail: cbnteresinaradio@gmail.com
CNPJ: 12.067.450/0001-80	Número do Fistel: 50414541162
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 27/07/1988	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 27/07/2028
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Maria Antônia Burlamarque	Complemento:	
Bairro: Samapi	Numero: s/n	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Teresina	UF: PI
Latitude: -5.08889 (5° 05' 20.0" S)	Longitude: -42.8019 (42° 48' 06.8" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 248	Frequência: 97.5 MHz	Classe: A2	ERP: 30kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004515194						Número Indicativo: ZYL229					
Data Último Licenciamento: 21/09/2018						Número da Licença: 53500.037484/2018-13					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -5.055 (5° 03' 18.0" S)				Longitude: -42.74694 (42° 44' 49.0" W)				Cota da base: 134.1 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP5000A ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 10 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 158 50A						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 80 m		Atenuação: 0.649 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: DRU 8 248						Fabricante:					
Ganho: 9.03 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 60 °		Polarização: Vertical		HCl: 75 m		ERP Máximo: 63.25 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	10°: 0.82	20°: 0.57	30°: 0.35	40°: 0.18	50°: 0.05	60°: 0	70°: 0.05	80°: 0.18	90°: 0.35	100°: 0.57	110°: 0.82
120°: 1.11	130°: 1.44	140°: 1.8	150°: 2.16	160°: 2.52	170°: 2.89	180°: 3.22	190°: 3.53	200°: 3.81	210°: 4.01	220°: 4.12	230°: 4.15
240°: 4.15	250°: 4.15	260°: 4.12	270°: 4.01	280°: 3.81	290°: 3.53	300°: 3.22	310°: 2.89	320°: 2.52	330°: 2.16	340°: 1.8	350°: 1.44
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 63.25 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
290000088321987	96206	Decreto	PR	22/06/1988	23/06/1988	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500188752017 35	925	Despacho	MCTIC	28/06/2017	12/07/2017	Aprovação de Local			Técnico		



Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291150000241991	60591	Despacho	MC	06/05/1991		Advertência	Jurídico
537600002431996	89	Portaria	MC	20/04/1999	04/05/1999	Multa	Jurídico
53500.014991/2018-71	2971	Ato	ORLE	19/04/2018	07/05/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							



[INÍCIO](#)[TERMOS DE USO](#)[F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura

Data de verificação

29/09/2022 14:50:53

UTC

Versão do software

2.9-116-g0696ee4

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo

DOC._02____FORMULARIO.pdf

Resumo SHA256 do arquivo6630c0b6b3e3eca9861073e
91462d6d873413c7f699888
d145a4f47c15bdef7e**Tipo do arquivo**

PDF

Quantidade de assinaturas

1

Quantidade de assinaturas ancoradas

1

▼ Assinatura por CN=RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinaturaConformidade com
o padrão (ISO
32000).**Cifra assimétrica**

Aprovada

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinaturaAugust 17, 2022 at
2:29:00 PM**Status dos atributos**

Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[lor.inti.br/webreport](https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf)<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

||| ▶ Atributos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
[lor.iti.br/webreport](https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf)
<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro ☐

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Data de Envio:

21/09/2022 16:26:31

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Mensagem:

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Teresina/PI, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RADIO CHAPADA DO
CORISCO LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA
OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO
MUNICÍPIO DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ.

Aos vinete e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e Dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 12.067.450/0001-80, representada por seu procurador, **MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA RIBEIRO**, inscrito no CPF n.º 470.557.663-20, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina, Estado do Piauí, decorrente da concessão outorgada à **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME.**, por meio do Decreto n.º 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 23 de junho de 1988, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Teresina, Estado do Piauí. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME.** o canal 248 (duzentos e quarenta e oito), correspondente à frequência 97,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de outorga n.º 53000.056631/2008-13 e apensos, em trâmite neste Órgão, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinete) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Teresina, Estado do Piauí

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

PP. [Assinatura]

Permissionária



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Testemunha

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/11/2016, às 18:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1502814** e o código CRC **78C1085E**.

Referência: Processo nº 53000.018165/2014-16

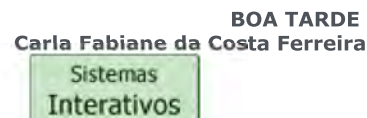
SEI nº 1502814



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf


[Menu Principal](#)

 SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 12.067.450/0001-80											
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ATILA FREITAS LIRA	130.235.946-00	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
CIRO NOGUEIRA LIMA	001.542.883-49	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	800	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	800	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
FERNANDO ANTONIO FERRAZ FORTES	065.522.853-53	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	200	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
JESUALDO CAVALCANTE BARROS	001.541.563-53	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
JOAO CALISTO LOBO	001.630.823-91	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO	041.794.043-20	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	200	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
JOSE ELIAS TAJRA SOBRINHO	341.694.073-34	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[iacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp](#)
<https://anileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE NAPOLIAO FILHO	061.930.643-20	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	800	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	800	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
MUSSA DE JESUS DEMES	002.331.883-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 21/09/2022

Hora: 15:50:29



BOA TARDE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	12.067.450/0001-80

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira** Data: **21/09/2022** Hora: **15:51:15**



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:51:54 do dia 21/09/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/10/2022.

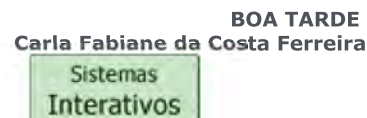
Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=12067450000180](https://infolleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b0ff93bf/igec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=12067450000180)

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b0ff93bf


[Menu Principal](#)
[SRD >>> Relatórios >>> Outorga](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	PI	Município:	Teresina		
	Entidade	Município	Data Outorga	Validade	
	CAMARA DOS DEPUTADOS	Teresina	17/05/2013	17/05/2023	
	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC	Teresina	29/05/2007		
	FUNDACAO CULTURAL MONSENHOR CHAVES	Teresina	23/02/1996	23/02/2006	
	FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA	Teresina	01/11/1993		
	FUNDACAO RADIO E TELEVISAO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA	Teresina	14/12/2011	14/12/2021	
	JET RADIODIFUSAO LTDA	Teresina	21/12/1987	21/12/1997	
	NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA	Teresina	06/09/2002	06/09/2012	
	O DIA RADIO E TELEVISAO DO PIAUI LTDA	Teresina	20/08/1989	20/08/1999	
	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	Teresina	27/07/1988		
	RADIO PORTAL DE CAXIAS LTDA	Teresina	10/05/2016	10/05/2026	
	RADIO POTY LTDA	Teresina	06/09/1982	06/09/1992	
	RADIO POTY LTDA	Teresina			
	SENADO FEDERAL	Teresina	27/12/2007	27/12/2017	
	SISTEMA DE COMUNICACAO PROFESSOR VALTER ALENCAR LTDA	Teresina	06/09/2001	06/09/2011	
	SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO LTDA	Teresina	25/11/2005	25/11/2015	

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira** Data: **21/09/2022** Hora: **15:53:00**

Registro 1 até 15 de 16 registros

➡ Páginas: [1] 2 [Ir] [Reg]

[Tela Inicial](#)
[Imprimir](#)
[Exportar Excel](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

rd/Relatorios/Outorga/Tela.asp?nav=1&c=1&pref=

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		120674500001				(Todos)																				
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	50414541162	P	Comercial	FM	230	PI	Teresina		248		97.5	A2		5° 05' 20.00" S	42° 48' 6.84" W	30	75		2	2021-03-16 15:36:50		57dbac53e88d7	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
Ver Estações	AM-C7 (Aguardando Ato de RF)	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	19000001641	P	Comercial	OM	205	PI	Teresina				910	B		5° 05' 5.00" S	42° 45' 0.00" W				2	2021-03-16 15:36:51		57dbac6a692e9	

Id solicitação: 57dbac53e88d7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
Nome Fantasia: CBN TERESINA	
Telefone: (86) 3217-7799	E-mail: cbnteresinaradio@gmail.com
CNPJ: 12.067.450/0001-80	Número do Fistel: 50414541162
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 27/07/1988	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 27/07/2028	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Número: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Maria Antônia Burlamarque	Complemento:	
Bairro: Samapi	Número: s/n	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Número: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Teresina	UF: PI

Parâmetros Técnicos			
Canal: 248	Frequência: 97.5 MHz	Classe: A2	ERP Máxima: 63.2528kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004515194	Número Indicativo: ZYL229
Data Último Licenciamento: 21/09/2018	Número da Licença: 53500.037484/2018-13

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 5° 03' 18.00" S	Longitude: 42° 44' 48.98" W	Cota da base: 134.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP5000A ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 10 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158 50A		Fabricante:	
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU 8 248			Fabricante:		
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 60 °	Polarização: Vertical	HCI: 75 m	ERP Máxima: 63.25 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	5°: 0.96	10°: 0.82	15°: 0.69	20°: 0.57	25°: 0.45	30°: 0.35	35°: 0.26	40°: 0.18	45°: 0.11	50°: 0.05	55°: 0.01
60°: 0	65°: 0.01	70°: 0.05	75°: 0.11	80°: 0.18	85°: 0.26	90°: 0.35	95°: 0.45	100°: 0.57	105°: 0.69	110°: 0.82	115°: 0.96
120°: 1.11	125°: 1.27	130°: 1.44	135°: 1.62	140°: 1.8	145°: 1.98	150°: 2.16	155°: 2.34	160°: 2.52	165°: 2.71	170°: 2.89	175°: 3.06
180°: 3.22	185°: 3.38	190°: 3.53	195°: 3.68	200°: 3.81	205°: 3.92	210°: 4.01	215°: 4.08	220°: 4.12	225°: 4.14	230°: 4.15	235°: 4.15
240°: 4.15	245°: 4.15	250°: 4.15	255°: 4.14	260°: 4.12	265°: 4.08	270°: 4.01	275°: 3.92	280°: 3.81	285°: 3.68	290°: 3.53	295°: 3.38
300°: 3.22	305°: 3.06	310°: 2.89	315°: 2.71	320°: 2.52	325°: 2.34	330°: 2.16	335°: 1.98	340°: 1.8	345°: 1.62	350°: 1.44	355°: 1.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

--

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 63.25 kW	


RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
290000088321987	96206	Decreto	PR	22/06/1988	23/06/1988	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250018875201735	925	Despacho	MCTIC	28/06/2017	12/07/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291150000241991	60591	Despacho	MC	06/05/1991		Advertência	Jurídico
537600002431996	89	Portaria	MC	20/04/1999	04/05/1999	Multa	Jurídico
53500.014991/2018-71	2971	Ato	ORLE	19/04/2018	07/05/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA				CNPJ 12067450000180	
Nº DA ESTAÇÃO 1004515194	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 5° 03' 18.00" S	LONGITUDE 42° 44' 48.98" W	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua Maria Antônia Burlamarque, nº s/n.		DISTRITO	
BAIRRO Samapi		MUNICÍPIO Teresina	UF PI

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 27/07/2028

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO: Teresina

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 97.5 MHz

CLASSE: A2

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL229

NOME FANTASIA: CBN TERESINA

CIDADE DA OUTORGA: Teresina

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Deputado Paulo Ferraz

MUNICÍPIO: Teresina

NUMERO: 1940

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO:

NUMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

CÓDIGO: 002480300528

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE:

CÓDIGO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE:

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: 8 elementos

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 75 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

POLARIZAÇÃO:

DESCRIÇÃO:

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE:

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

RDS

Código PI:

UF: PI

CANAL: 248

COTA BASE DA TORRE: 134.1

NUMPROCESSO:

BAIRRO: Beira Rio

UF: PI

COMPLEMENTO:

BAIRRO:

UF:

COMPLEMENTO:

MODELO: SP5000A ágil

POTÊNCIA: 10 kW

MODELO:

POTÊNCIA: kW

MODELO:

POTÊNCIA: kW

MODELO: DRU 8 248

GANHO: 9.03 dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 60 graus

BEAM TILT: 0 graus

MODELO:

GANHO: dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

BEAM TILT: graus


MODELO: LCF 158 50A


MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 21/09/2022 15:55:26

APLICAÇÃO	Emitido Em 21/09/2018	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIyNjMyYjVIMWRiMzE2MA==	
-----------	--------------------------	--	---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.067.450/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/01/1988
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
---	--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CHAPADA DO CORISCO	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.11-4-00 - Agências de publicidade 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV DEPUTADO PAULO FERRAZ	NÚMERO 1940	COMPLEMENTO 3 ANDAR SALA 05
--	----------------	--------------------------------

CEP 64.075-535	BAIRRO/DISTRITO BEIRA RIO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI
-------------------	------------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO contalger@contalger.com.br	TELEFONE (86) 3217-7799
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/09/2022 às 15:41:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.067.450/0001-80

Razão Social: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

Endereço: AV DEPUTADO PAULO FERRAZ 1940 / BEIRA RIO / TERESINA / PI /
64075-535

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/09/2022 a 08/10/2022

Certificação Número: 2022090900551290778737

Informação obtida em 21/09/2022 15:42:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Certidão nº: 31444341/2022

Expedição: 21/09/2022, às 15:43:57

Validade: 20/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.067.450/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 12.067.450/0001-80 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://s.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir/ResultadoEmissao/NDUkODk3OCMyMzQ2Nzg5IyojKjEyMDY3NDUw...>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b93bf9301>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b93bf9301



CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 106.373 DATA DE EXPECIÇÃO 31/07/15

NOME ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA

FILIAÇÃO ELDA MENDES DOS SANTOS E SILVA
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS E SILVA

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 03/07/1949

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM. 299 L B-AUX-38 F. 1

EXP TERESINA-PI 03/04/13

TERESINA-PI 131.430.003-25

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
RUA DAVID CALDAS Nº 167, Centro, TERESINA - PIAUI
Teresina, 06/02/2020 16:04:34
Maria Hilda Silva Feltosa
Tabela Interna
Tabela Interna
Tabela Interna

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUI
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

0674915

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

5º Ofício de Notas e Protesto

RUA DAVID CALDAS Nº 167, Centro, TERESINA - PIAUI

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL

EXIBIDA NESTAS NOTAS EM TEST. DA VERD. TERESINA, 06/02/2020 16:04:34

SELO AAU98604 - 72P6 Consulte em www.tpi.jus.br/portalextra

EMANUELA CUNHA SIMPLICIO - ESCRIVENTE

Emol. R\$ 2.59 T.J. R\$ 0.52 MP. R\$ 0.06 Selo R\$ 0.26 Total: R\$ 3.43

5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
Mariana Cunha Simplicio
Escritora Autorizada
Piauí



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 22/09/2022 09:47

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Teresina/PI, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 21 de setembro de 2022 16:26

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Teresina/PI, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW... 1/1

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 14171/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADO: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. EDIÇÃO DA LEI Nº 14.351/2022.

POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO PEDIDO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teresina/PI, referente ao seguinte período: 27/07/2018 a 27/07/2028.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que, de acordo com o art. 4º da Lei nº 5.785/1972 e art. 112 do Decreto nº 52.795/1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos. Vejam-se:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. ([Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017](#))

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

3. No caso em tela, o requerimento administrativo deveria ter sido protocolado entre o período de 27 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018. No entanto, a manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço de radiodifusão foi apresentada perante o Ministério das Comunicações na data de 29 de julho de 2020, ou seja, fora do prazo legal.

4. Antes que fosse realizada a análise dos autos, foi publicada a Lei nº 14.351/2022 no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, alterando a Lei nº 13.424/2017, no sentido de permitir ao Poder Público o conhecimento dos pedidos de renovação intempestivos protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da citada Lei nº 14.351/2022, senão vejamos:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo. (**grifamos**)

5. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

6. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

- 6.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 6.2. prova de regularidade perante as Fazendas federal e municipal da sede da pessoa jurídica, atualizadas, na forma da lei;
- 6.3. prova de regularidade relativa à seguridade social, atualizada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

CONCLUSÃO

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

7. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 6º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 30/09/2022, às 09:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 30/09/2022, às 13:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10411251** e o código CRC **013EBA64**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI nº 10411251



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 24104/2022/MCOM

Brasília, 30 de setembro de 2022.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ Nº 12.067.450/0001-80)
Avenida Deputado Paulo Ferraz nº 1940 - 3º andar - Sala 05 - Beira Rio
64.075-535 - Teresina/PI

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.003348/2020-80.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 14171/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, **Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 30/09/2022, às 13:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10411270** e o código CRC **546BE84F**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 14171/2022 (SEI 10411251)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24104/2022/MCOM - Processo nº 53115.003348/2020-80 - Nº SEI: 10411270



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Data de Envio:

30/09/2022 16:22:49

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

contalger@contalger.com.br

miguelsinhue@gmail.com

ismar.vale@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10411270.html

Nota_Tecnica_10411251.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar ▼ Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

12.067.450/0001-80

Razão Social

Pesquisar

10 ▼



1 / 1



Razão Social



CNPJ



Emails

RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME

12.067.450/0001-80

contalger@contalger.com.br, miguelsinhue@gmail.com, ismar.vale@gmail.com

10 ▼



1 / 1



E/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoieg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		12.067.450/0001-80									
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina



BOA TARDE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		131.430.003-25									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 09/12/2022 Hora: 17:17:56



BOA TARDE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		453.928.973-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 09/12/2022 Hora: 17:18:05



BOA TARDE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	12.067.450/0001-80

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira** Data: **09/12/2022** Hora: **17:18:58**



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:19:38 do dia 09/12/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/01/2023.

Certidão expedida gratuitamente.





Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência

Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data/Hora: **09/12/2022 17:26:50**

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: PI	Município: Teresina			
Entidade		Município	Data Outorga	Validade
CAMARA DOS DEPUTADOS		Teresina	17/05/2013	17/05/2023
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC		Teresina	29/05/2007	
FUNDACAO CULTURAL MONSENHOR CHAVES		Teresina	23/02/1996	23/02/2006
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA		Teresina	01/11/1993	
FUNDACAO RADIO E TELEVISAO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA		Teresina	14/12/2011	14/12/2021
JET RADIODIFUSAO LTDA		Teresina	21/12/1987	21/12/1997
NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA		Teresina	06/09/2002	06/09/2012
O DIA RADIO E TELEVISAO DO PIAUI LTDA		Teresina	20/08/1989	20/08/1999
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA		Teresina	27/07/1988	
RADIO CIDADE VERDE LTDA		Teresina		
RADIO POTY LTDA		Teresina	06/09/1982	06/09/1992
RADIO POTY LTDA		Teresina		
SENADO FEDERAL		Teresina	27/12/2007	27/12/2017
SISTEMA DE COMUNICACAO PROFESSOR VALTER ALENCAR LTDA		Teresina	06/09/2001	06/09/2011
SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO LTDA		Teresina	25/11/2005	25/11/2015
TV RADIO CLUBE DE TERESINA SA		Teresina		
Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 09/12/2022 Hora: 17:26:50				

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

2 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																								
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações			
		120674500000				(Todos)																							
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	50414541162	P	Comercial	FM	230	PI	Teresina		248		97.5	A2		5° 05' 20.00" S	42° 48' 6.84" W	30	75		2	2022-12-09 18:29:59		57dbac53e88d7	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.			
Ver Estações	AM-C7 (Aguardando Ato de RF)	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	19000001641	P	Comercial	OM	205	PI	Teresina				910	B		5° 05' 5.00" S	42° 45' 0.00" W				2	2021-03-16 15:36:51		57dbac6a692e9				

Id solicitação: 57dbac53e88d7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
Nome Fantasia: CBN TERESINA	
Telefone: (86) 3217-7799	E-mail: cbnteresinaradio@gmail.com
CNPJ: 12.067.450/0001-80	Número do Fistel: 50414541162
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 27/07/1988	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 27/07/2028	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Maria Antônia Burlamarque	Complemento:	
Bairro: Samapi	Numero: s/n	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Teresina	UF: PI

Parâmetros Técnicos			
Canal: 248	Frequência: 97.5 MHz	Classe: A2	ERP Máxima: 63.2528kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004515194	Número Indicativo: ZYL229
Data Último Licenciamento: 21/09/2018	Número da Licença: 53500.037484/2018-13

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 5° 03' 18.00" S	Longitude: 42° 44' 48.98" W	Cota da base: 134.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP5000A ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 10 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158 50A		Fabricante:	
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU 8 248			Fabricante:		
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 60 °	Polarização: Vertical	HCI: 75 m	ERP Máxima: 63.25 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	5°: 0.96	10°: 0.82	15°: 0.69	20°: 0.57	25°: 0.45	30°: 0.35	35°: 0.26	40°: 0.18	45°: 0.11	50°: 0.05	55°: 0.01
60°: 0	65°: 0.01	70°: 0.05	75°: 0.11	80°: 0.18	85°: 0.26	90°: 0.35	95°: 0.45	100°: 0.57	105°: 0.69	110°: 0.82	115°: 0.96
120°: 1.11	125°: 1.27	130°: 1.44	135°: 1.62	140°: 1.8	145°: 1.98	150°: 2.16	155°: 2.34	160°: 2.52	165°: 2.71	170°: 2.89	175°: 3.06
180°: 3.22	185°: 3.38	190°: 3.53	195°: 3.68	200°: 3.81	205°: 3.92	210°: 4.01	215°: 4.08	220°: 4.12	225°: 4.14	230°: 4.15	235°: 4.15
240°: 4.15	245°: 4.15	250°: 4.15	255°: 4.14	260°: 4.12	265°: 4.08	270°: 4.01	275°: 3.92	280°: 3.81	285°: 3.68	290°: 3.53	295°: 3.38
300°: 3.22	305°: 3.06	310°: 2.89	315°: 2.71	320°: 2.52	325°: 2.34	330°: 2.16	335°: 1.98	340°: 1.8	345°: 1.62	350°: 1.44	355°: 1.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

--

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 63.25 kW	

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
290000088321987	96206	Decreto	PR	22/06/1988	23/06/1988	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250018875201735	925	Despacho	MCTIC	28/06/2017	12/07/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291150000241991	60591	Despacho	MC	06/05/1991		Advertência	Jurídico
537600002431996	89	Portaria	MC	20/04/1999	04/05/1999	Multa	Jurídico
53500.014991/2018-71	2971	Ato	ORLE	19/04/2018	07/05/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.067.450/0001-80 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 21/01/1988</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CHAPADA DO CORISCO</div>		<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.11-4-00 - Agências de publicidade 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV DEPUTADO PAULO FERRAZ</div>	<div>NÚMERO 1940</div>	<div>COMPLEMENTO 3 ANDAR SALA 05</div>	
<div>CEP 64.075-535</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO BEIRA RIO</div>	<div>MUNICÍPIO TERESINA</div>	<div>UF PI</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO contalger@contalger.com.br</div>		<div>TELEFONE (86) 3217-7799</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/12/2022 às 17:14:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.067.450/0001-80
Razão Social: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
Endereço: AV DEPUTADO PAULO FERRAZ 1940 / BEIRA RIO / TERESINA / PI / 64075-535

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/11/2022 a 23/12/2022

Certificação Número: 2022112401023268430994

Informação obtida em 09/12/2022 17:15:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Certidão nº: 44673016/2022

Expedição: 09/12/2022, às 17:15:57

Validade: 07/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.067.450/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:16:53 do dia 09/12/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/06/2023.

Código de controle da certidão: **6F46.5E18.ED69.A84D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
COORDENAÇÃO ESPECIAL DA RECEITA DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF

**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA E DA DÍVIDA ATIVA DO
MUNICÍPIO**

CÓDIGO DE CONTROLE: 330.695/22-06

CPF/CNPJ: 12.067.450/0001-80

Contribuinte: RADIO CHAPADA DO CORISCO - LTDA ME

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, constam em nome do contribuinte acima identificado somente débitos vincendos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora ou com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 206 do CTN e art. 362 da Lei Complementar nº 4.974, ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados em seu nome, conforme estabelece o art. 457 da Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016 (código Tributário do Município de Teresina).

Emissão: Teresina-PI, às 15:12:30 h, do dia 14/12/2022.

Validade: 14/03/2023

Certidão sem validade para transferência de imóvel em cartório.

Observações:

- A aceitação desta declaração está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <http://www.teresina.pi.gov.br>
- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo II, do Decreto nº 11333/2011.

Código autenticidade: DA1C7BF6B091EB9D

Nº Via: 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

23 JUN 1993

22

Le p^{re}

Brasília-DF, 22 de junho de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

1st Survey.

Arthur L. G. Hall



PUBLICADO	
NO	
DIÁRIO OFICIAL	
27	07 / 19 88
Folha N.º 14133	
Encarregado da Redação	

Contrato celebrado entre a União Federal e a Rádio Chapada do Corisco Ltda -----, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média ----- na cidade de Teresina -----, Estado do Piauí.

Aos (26) vinte e seis dias do mês de julho----- do ano de mil novecentos e oitenta e oito, no Gabinete do Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, representando a União compareceu a Rádio Chapada do Corisco Ltda ----- CGC nº 12.067.450/0001-80 representada por seu procurador, Sr. José Ovídio de Oliveira Bona CPF nº 115.930.321-53 -----, para o fim especial de assinar o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, através do Decreto nº 96.206, de 22 de junho de mil novecentos e oitenta e oito, publicado no Diário Oficial da União do dia 23/06/88 -----, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Teresina -----, Estado do Piauí ----- regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado a Rádio Chapada do Corisco Ltda ----- o direito de explorar, sem exclusividade na cidade de Teresina -----, Estado do Piauí -----, o serviço de radiodifusão sonora em onda média -----, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste Ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) publicar o extrato do presente Contrato de concessão no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura; b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Con



trato; c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 12(doze) meses, contados da data da publicação da portaria que aprovar o projeto de instalação da emissora; d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; e) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma concessionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade; f) ter o seu quadro societário composto por brasileiros; g) ter a sua diretoria ou gerência, constituída por brasileiros natos, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial; h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração; i) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas representativas do capital social; j) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço; l) obedecer, na organização dos quadros de seu pessoal, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações; m) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão; n) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venha a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço; o) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando a este órgão todas as informações que lhe forem solicitadas; p) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as




transmissões imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização. CLÁUSULA QUARTA: - Na organização da programação a concessionária deverá: a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão; b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrários à moral familiar e aos bons costumes; c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico; d) destinar 12% ----- do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso; e) limitar ao máximo de 25% do horário de sua programação diária o tempo destinado a publicidade comercial; f) destinar o percentual de 85% - de sua programação diária a temas, autores e intérpretes nacionais; g) transmitir durante 5 (cinco) horas semanais os programas educacionais oficiais obrigatórios; h) retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; i) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente; j) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; l) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações; m) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações; n) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; o) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico; p) manter em dia os registros da programação. CLÁUSULA QUINTA: - A frequência consignada à entidade, além de não ser de seu uso exclusivo, não lhe assegura o direito de propriedade, ficando sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier a disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência, o direito e posse da União. CLÁUSULA SEXTA: - A con

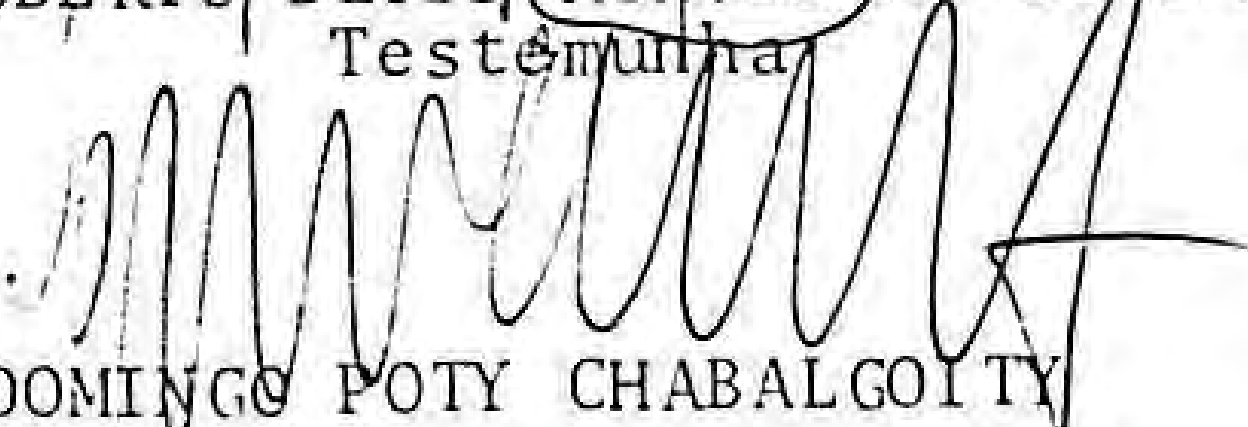


cessionária, conforme compromisso assumido em sua proposta deve
rá utilizar; transmissor nacional; sistema irradiante nacional ;
e estúdio 80% nacional e 20% estrangeiro. CLÁUSULA SÉTIMA: - O
não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas
aplicáveis à radiodifusão, sujeitará a entidade às penalidades
estabelecidas na legislação vigente. CLÁUSULA OITAVA: - Findo o
prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão de-
clarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qual-
quer indenização. E, por estarem de acordo, foi lavrado o presen-
te Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que, depois
de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.


ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
Ministro de Estado das Comunicações


JOSE OVÍDIO DE OLIVEIRA BONA
Procurador da Rádio Chapada de Corisco Ltda.


ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA
Testemunha


DOMINGO POTY CHABALGOITY
Testemunha



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RADIO CHAPADA DO
CORISCO LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA
OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
RADIOFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO
MUNICÍPIO DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ.

Aos VINTE e Quatro dias do mês de NOVEMBRO do ano dois mil e Dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 12.067.450/0001-80, representada por seu procurador, MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA RIBEIRO, inscrito no CPF n.º 470.557.663-20, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina, Estado do Piauí, decorrente da concessão outorgada à RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME., por meio do Decreto n.º 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 23 de junho de 1988, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Teresina, Estado do Piauí. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME. o canal 248 (duzentos e quarenta e oito), correspondente à frequência 97,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de outorga n.º 53000.056631/2008-13 e apensos, em trâmite neste Órgão, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.



Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Teresina, Estado do Piauí

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**


Permissionária




Testemunha

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado de **Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/11/2016, às 18:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1502814** e o código CRC **78C1085E**.

Referência: Processo nº 53000.018165/2014-16

SEI nº 1502814





Nome do Estabelecimen- CNPJ Nº do Auto Data da
to Autuado de Infração Autuação
COMERCIAL SILVEIRA 07.569.538/0001-04/2016/924 22.02.2016
DE RAÇÕES AGROPE- 60
CUÁRIAS LTDA ME

Esclarecemos que Vossa Senhoria tem o prazo máximo de 10 dias, a partir da data de publicação deste Edital, para encaminhar a defesa por escrito a Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul, situada à Rua Dom Aquino, 2696 Centro CEP: 79.002-182, Campo Grande/MS.

A defesa deve ser entregue em documentação original, e a pessoa física que assinar os documentos, ainda que seja o seu advogado, responsável técnico, gerente, contador ou outro representante, deve estar investida de poderes para representá-la, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, tais como procuração e contrato social, dentre outras formalidades legais. Não havendo tal cumprimento, lavrar-se-á o termo de revelia.

Após o encaminhamento da defesa ou vencido o prazo para tal, os autos serão julgados pela Autoridade Federal competente da SFA/MS e sua empresa receberá pelo correio a respectiva Notificação, informando-lhe das decisões tomadas.

Em 16 de novembro de 2016.
CELSO DE SOUZA MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGAO Nº 9/2016 - UA\$G 130062

Nº Processo: 21026006040201690 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa, para prestação de Serviços de Gestão da Manutenção da FROTA de VEÍCULOS, com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia de cartão eletrônico, por meio de redes de estabelecimento credenciados, em favor da Superintendência Federal de Agricultura - SFA/MS, em CAMPO GRANDE/MS.(Detalhes dos serviços solicitados, encontram-se no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO-I e MINUTA DE CONTRATO). Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 30/11/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h30 às 17h30. Endereço: Rua Dom Aquino, Nº. 2696 Jardim Dos Estados - CAMPO GRANDE - MS ou www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA-DF: 09:00/horas e LOCAL: 08:00/horas.PROPOSTA, deverá atender os Serviços solicitados no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO-I, Edital.

BEVERLY BEZERRA DA SILVA
Pregoeira

(SIDECE - 29/11/2016) 130062-00001-2016NE800121

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO
DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 13/2016 - UA\$G 130070

Nº Processo: 21034012609201680 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de bens para estruturação de postos de classificação de café bene ciado grão cru e outros produtos vegetais, na UTRA/Londrina e na SFA/PR, em Curitiba. Total de Itens Licitados: 00016. Edital: 30/11/2016 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Jose Verissimo Nr 420 Tarumã - CURITIBA -PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130070-05-13-2016. Entrega das Propostas: a partir de 30/11/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/12/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Vide Edital.

GUILHERME BIRON BURGARDT
Pregoeiro

(SIDECE - 29/11/2016) 130070-00001-2016NE000019

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Rádio Chapada do Corisco Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Chapada do Corisco Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 24 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Marcelo Augusto de Oliveira Ribeiro - procurador da Rádio Chapada do Corisco Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016113000011

PARTES: União e Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Pedro II, estado do Piauí.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA ASSINATURA: 24 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Marcelo Augusto de Oliveira Ribeiro - procurador da Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda.

PARTES: União e Rádio União de Camocim Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio União de Camocim Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Camocim, estado do Ceará.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Paulo Sérgio Rocha - procurador da Rádio União de Camocim Ltda.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 15/2016

A Anatel torna público o resultado do PE nº 15/2016, Processo nº 53500.209747/2015-41. Objeto:prestação de serviços de acesso à Internet, Grupo I - Vencedora: CLICK NET BRASIL ENGENHARIA ETELECOMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ: 11.325.221/0001-56, Valor Global de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais). O Grupo II e III foram cancelados na aceitação, por as propostas estarem acima do valor estimado pela Anatel.

MOISES GONÇALVES
Superintendente

(SIDECE - 29/11/2016) 413001-41231-2016NE800319

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS
GERAIS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 4/2016

A Anatel/MG torna público o resultado do PregãoEletrônico, Processo 53524.005093/2016-91. Item 1 Objeto: Serviços de armazenagem de volumes, contendo bens/produtos de propriedade/sob guarda da GR04/MG pelo período de 20 meses, prorrogável até 60 meses. Vencedor: AMC MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA - EPP (CNPJ 07.960.360/0001-84). Valor Total: R\$ 114.688,80. Item 2 Objeto: Transporte inicial com custódia, contemplando retirada, embalagem e entrega dos bens/produtos da GR04/MG. Vencedor: 5 ESTRELAS COMERCIAL E SERVIÇOS DE MUDANCAS LTDA - EPP (CNPJ 11.292.432/000130). Valor Total: R\$16.198,10. Homologação: He rmann Bergmann G. e Silva - Gerente Regional

GUSTAVO JOSE DIAS
Pregoeiro

(SIDECE - 29/11/2016) 413001-41231-2016NE800319

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO
JANEIRO E ESPÍRITO SANTO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Gerente Regional da Anatel nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo notifica a empresa CAPITAL INFORMÁTICA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.146.381/0001-96 acerca da existência do processo sancionador nº 53508.005950/2016-51, instaurado para a aplicação de sanção de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, pelo período de 6 (seis) meses, em razão do descumprimento do Item 14 (Das Sanções), do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2013-GR02, e de acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

Por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica V.S.ª NOTIFICADO para, querendo, no prazo de cinco (5) dias úteis, contados da publicação deste, apresentar defesa prévia e indicar as provas que pretende produzir.

Por fim, salientamos que os autos do processo administrativo sancionador ficam à disposição de Vossa Senhoria para vistas/cópia, na forma prevista no Regimento Interno da Anatel.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS
À PRESTAÇÃO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 134/2016

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LOCAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato 2135, de 06 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: VITOR CÉSAR MARTINS BATISTA - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 22/2013/ORLE/SOR - ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA. ESPÉCIE: Termo de Autorização decorrente de autorização conferida por intermédio do Ato Anatel nº 2912, de 14 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2013. OBJETO: Exploração do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. DATA DA ASSINATURA: 4 de junho de 2013.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: VITOR CESAR MARTINS BATISTA - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 135/2016

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato 2135, de 06 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: VITOR CÉSAR MARTINS BATISTA - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 161/2016/ORLE/SOR - ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e SAMPAIO & SAMPAIO PROVEDORES DE INTERNET LTDA - ME. ESPÉCIE: Termo de Autorização decorrente de autorização conferida por intermédio do Ato Anatel nº 1706, de 11 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 01 de agosto de 2016. OBJETO: Exploração do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2016.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: RITA DE CASSIA ALMEIDA SAMPAIO - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 136/2016 - ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato 2135, de 06 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: VITOR CÉSAR MARTINS BATISTA - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 162/2016 - ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e SAMPAIO & SAMPAIO PROVEDORES DE INTERNET LTDA - ME. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato 1707, de 11 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 01 de agosto de 2016.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53115.003348/2020-80
Entidade: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.
CNPJ nº: 12.067.450/0001-80
FISTEL nº: 50414541162
Localidade: Teresina/PI
Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 29/07/2020

Período: 27/07/2018 a 27/07/2028

Tipo de outorga a ser renovada:

- () Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial. (Adaptada)
() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 5744516 Págs. 2-3 e Petições 10349593 10424225	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560262 Págs. 1-4	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10349597 Pág. 2	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10486857 Pág. 4	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560264 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as autoridades federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F Anexo 10560264 Pág. 4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E Petição 10349597 Pág. 8		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

		M Petição 10560264 Pág. 5		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560262 Pág. 5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS Anexo 10560264 Pág. 4 FGTS Anexo 10560264 Pág. 2	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560264 Pág. 3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10486857 ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA Pág. 10 RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA Pág. 11	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560262 Pág. 11	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	E-mail 10411770	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais

- n/a

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 14/12/2022, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10560266** e o código CRC **2423509A**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Chapada do Corisco Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 12.067.450/0001-8Q** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao **FISTEL nº 50414541162**, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio do Ofício nº 24104/2022/SEI-MCOM, acompanhado da Nota Técnica nº 14171/2022/SEI-MCOM esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à referida pessoa jurídica a complementação da instrução processual (SEI10411251 e 10411270). Em resposta, enviou-se a documentação colacionada no Protocolo nº 53115.028602/2022-14, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem este procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão.

ANÁLISE

5. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf>



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

8. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Chapada do Corisco Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988 (SEI 10560293 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988 (SEI 10560293 - Págs. 2-5).

9. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 10560293 - Págs. 6-9).

10. Concernente ao período de **1998-2008**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 19 de agosto de 1998, gerando o protocolo nº 53760.000341/1998-81, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente à época, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de janeiro de 1998 a 27 de abril de 1998. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em junho de 2008. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

11. Tendo em vista a ausência de pedido tempestivo da entidade para o período de **2008-2018**, foi instaurado, por impulso oficial, o processo de revisão da outorga nº 53000.056631/2008-13. Ocorre que a entidade, no curso daquele feito, apresentou o requerimento de renovação, no dia 22 de dezembro de 2016, por meio do protocolo nº 01250.010778/2016-13. No entanto, o decênio venceu antes que houvesse decisão da autoridade competente quanto ao pedido de renovação.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **29 de julho de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 5744516 - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018.

16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos para os períodos de **1998-2008**, **2008-2018** e **2018-2028**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo. (grifo nosso)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

18. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10560266). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

19. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

20. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 10560266).

21. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 9 de dezembro de 2022 (SEI 10560262 - Págs. 1-4).

22. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima e a sócia Eliane Silva Nogueira Lima não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

23. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10560262 - Págs. 8-10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10411770).

24. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10560266).

25. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

26. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser a a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2018, com validade até 27 de julho de 2028 (SEI 10560262 - Págs. 7 e 11).

30. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 14/12/2022, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 14/12/2022, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 14/12/2022, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 14/12/2022, às 17:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10560273** e o código CRC **3F16FAAA**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à **RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA** (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI nº 10560273



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Ofício Interno nº 28778/2022/MCOM

Brasília, 14 de dezembro de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 18965/2022/SEI-MCOM (10565165)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 18965/2022/SEI-MCOM (10565165), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

William Ivo Koshevnikoff Zambelli
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Secretário de Radiodifusão substituto, em 14/12/2022, às 19:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10569077** e o código CRC **1351DFF1**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 28778/2022/MCOM - Processo nº 53115.003348/2020-80 - Nº SEI: 10569077



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.003348/2020-80

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado)

EMENTA: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Inexistência óbice legal. Renovação da outorga anteriormente concedida. Encaminhamento à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 28778/2022/MCOM, a extinta Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53115003348/2020-80, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.
2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos anteriores, que o Presidente da República, por meio do Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de junho de 1988. Posteriormente, foi firmado o contrato de permissão, que foi publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 27 de julho de 1988 (Doc. nº 10560293 - SEI).
3. Verifica-se da documentação acostada aos autos do Processo Administrativo que houve a adaptação da mencionada outorga com a finalidade de que fosse prestado o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, sendo celebrado termo aditivo para tanto, o qual foi publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 229, de 30 de novembro de 2016 (Doc. nº 10560293 - SEI).
4. A Rádio Chapada do Corisco Ltda apresentou requerimento de renovação da outorga em 29 de julho de 2020, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028. (Doc. nº 5744516 - SEI).
5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 10560273 - parte final - SEI).
6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO RÁDIODIFUSÃO SONORA

7. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, encontra-se disciplinada pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 5.785, de 23 de junho 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com mudanças promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, pelo Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
8. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, inclusive no que concerne à possibilidade de renovação da outorga concedida, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Arte. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional especializa o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

forma dos parâmetros anteriores.

4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para como emissoras de rádio e de quinze para como cancelamento de televisão.

Arte. 224. Para fazer o sucesso neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 4.117, DE AGOSTO DE 1962

Art. 67. (...)

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade e o técnico interesse público em sua existência. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967\)](#)

LEI Nº 5.785, DE 23 DE JUNHO DE 1972

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º As entidades com o serviço em funcionamento em caráter precário mantêm as mesmas condições dele decorrentes. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput deste artigo serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no [art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#), acompanhado da documentação prevista. [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o **caput** serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no **caput** e § 1º. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.804, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - revogado

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - revogado

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - revogado

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas



executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#) [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

DECRETO Nº 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Art. 5º Os processos de pedido de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação deste Decreto cujo requerimento esteja pendente de decisão serão instruídos conforme o disposto no [art. 113 do Decreto nº 52.795, de 1963](#).

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos processos cuja decisão tenha sido tomada.

9. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, deve ser realizada à luz do que dispõe as normas acima mencionadas.

II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RÁDIOFUSÃO

10. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

11. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM, manifestou-se nos seguintes termos a respeito do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, apresentado pela Rádio Chapada do Corisco Ltda (Doc. nº 10560273 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Chapada do Corisco Ltda**, inscrita no CNPJ nº **12.067.450/0001-80**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao **FISTEL nº 50414541162**, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio do Ofício nº 24104/2022/SEI-MCOM, acompanhado da Nota Técnica nº 14171/2022/SEI-MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à referida pessoa jurídica a complementação da instrução processual (SEI [10411251](#) e [10411270](#)). Em resposta, enviou-se a documentação colacionada no Protocolo nº [53115.028602/2022-14](#), o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem este procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão.

5.bÉ cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

(...)

7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em respeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

8. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Chapada do Corisco Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988 (SEI [10560293](#) - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988 (SEI [10560293](#) - Págs. 2-5).
9. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI [10560293](#) - Págs. 6-9).
10. Concernente ao período de **1998-2008**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 19 de agosto de 1998, gerando o protocolo nº [53760.000341/1998-81](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorreria após o prazo legal vigente à época, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de janeiro de 1998 a 27 de abril de 1998. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em junho de 2008. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.
11. Tendo em vista a ausência de pedido tempestivo da entidade para o período de **2008-2018**, foi instaurado, por impulso oficial, o processo de revisão da outorga nº [53000.056631/2008-13](#). Ocorre que a entidade, no curso daquele feito, apresentou o requerimento de renovação, no dia 22 de dezembro de 2016, por meio do protocolo nº [01250.010778/2016-13](#). No entanto, o decênio venceu antes que houvesse decisão da autoridade competente quanto ao pedido de renovação.
12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.
13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.
14. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.
15. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **29 de julho de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI [5744516](#) - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorreria após o prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018.
16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos para os períodos de **1998-2008**, **2008-2018** e **2018-2028**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:
- (...)
17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.
18. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [10560266](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
- (...)
19. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorreria no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
20. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [10560266](#)).
21. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 9 de dezembro de 2022 (SEI [10560262](#) - Págs. 1-4).
22. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima e a sócia Eliane Silva Nogueira Lima não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
23. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10560262](#) - Págs. 8-10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em



trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10411770](#)).

24. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10560266](#)).

25. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

26. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2018, com validade até 27 de julho de 2028 (SEI [10560262](#) - Págs. 7 e 11).

30. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

12. Portanto, infere-se que a extinta SERAD manifestou-se no sentido de que não existe impedimento técnico para que haja renovação da outorga concedida para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

13. Vale destacar que a mencionada Secretaria esclareceu que o referido pedido foi apresentado de forma intempestiva, porém o art. 2º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022, permitiu que os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, fossem conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo

14. **Com efeito, não obstante a apresentação intempestiva do pedido de renovação da outorga (no dia 29 de julho de 2020), tem-se que existe previsão legal expressa no sentido de permitir o conhecimento do pleito de renovação, razão pela qual não existe óbice jurídico para que seja conhecido o pedido de renovação da outorga da Rádio Chapada do Corisco Ltda, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.**

15. No que se refere ao limite de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a extinta SERAD informou que o quantitativo de outorgas está dentro da previsão normativa, tanto no que se refere aos sócios, quanto aos dirigentes (vide itens 21 da NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM).

16. O check-list, elaborado pela referida Secretarua, informa que a referida entidade apresentou os seguintes documentos exigidos, dentre outros (Doc. nº 10560273 -SEI): i) requerimento de renovação de outorga; ii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; iii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iv) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; v) certidões de regularidade perante as fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; vi) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; vii) certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; viii) Comprovação pelos dirigentes da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

17. **É oportuno registrar que a NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM não faz referência ao decreto legislativo, editado pelo Congresso Nacional, que trata da emissão da outorga da permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora, pelo que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deve adotar as medidas cabíveis para informar o ato do Poder Legislativo que ratificou a outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.**

18. Vale esclarecer, ainda, que a renovação da permissão para execução do serviço de radiodifusão será efetivada com a ativa assinatura do termo aditivo ao contrato, conforme a redação do art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

19. Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, renovando a permissão à citada entidade; ii) encaminhamento à Presidência da República para subscrição da minuta de exposição de motivos; iii) submissão da matéria ao Congresso nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iv) e elaboração do termo aditivo ao contrato.

20. Face ao exposto e após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda.

III – CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.; ii)) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela extinta SERAD , estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), **sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.**

22. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

23. A minuta de portaria acostada aos autos do Processo Administrativo deve ser ajustada em razão da alteração recente do Ministro de Estado das Comunicações, uma vez que o Sr. Fábio Salustino Mesquita de Faria foi exonerado (vide Decreto de 20 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 239, de 21 de dezembro de 2022) e o Sr. Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho foi nomeado Ministro de Estado desta Pasta (vide Decreto de 01 de Janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União - DOU Edição Especial, de 01 de Janeiro de 2023).

24. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (extinta Secretaria de Radiodifusão) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria à Presidência da República e ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115003348202080 e da chave de acesso 251fc804



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1067967536 e chave de acesso 251fc804 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-01-2023 09:14. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00023/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.003348/2020-80

INTERESSADOS: RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo o **PARECER n. 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115003348202080 e da chave de acesso 251fc804



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1068329052 e chave de acesso 251fc804 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-01-2023 13:12. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

DESPACHO

Processo nº: **53115.003348/2020-80**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU10615349), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/01/2023, às 16:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10620697** e o código CRC **3037F942**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI-MCOM nº 10620697



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

DESPACHO

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Referência: Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10615349)

Interessado: Rádio Chapada do Corisco Ltda

Assunto: Renovação de Outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos.

À CGPO

De ordem do Diretor Substituto, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós Outorgas (CGPO) para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10615349) e providências cabíveis.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Muniz, Assessor**, em 11/01/2023, às 16:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10620717** e o código CRC **FC1A2039**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI-MCOM nº 10620717



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Acesso à InformaçãoBRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	12.067.450/0001-80

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 04224989123 - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 09/02/2024

Hora: 16:09:34





Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		12.067.450/0001-80									
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina

Usuário: 04224989123 - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 09/02/2024

Hora: 16:08:50

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		131.430.003-25									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina

Usuário: 04224989123 - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 09/02/2024

Hora: 16:09:14



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		453.928.973-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:11:05 do dia 09/02/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/03/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556b6ff93bf



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por:

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data/Hora:

09/02/2024 16:12:15

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade:

RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

Nº FISTEL:

50414541162

Serviço:

230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF:

12067450000180

Situação:

Não licenciada

Data Validade:

CADIN:

Não

Incid. FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa:

Não

Tipo Usuário:

Integral

UF:

PI

Proc. Caducidade:

Não

End. Sede:

Avenida Deputado Paulo Ferraz 1940

Bairro:

Beira Rio

Município:

Teresina

CEP:

64075-535

UF:

PI

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	26/06/2018	R\$ 342,47	25/07/2018	378,66	378,66	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	19/09/2018	R\$ 4.600,00	18/09/2018	4.600,00	4.600,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.518,00	01/03/2021	1.947,62	1.947,62	0003	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 230,00	01/03/2021	295,09	295,09	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.518,00	01/09/2020	1.518,00	1.518,00	0007		
					31/03/2021	24,28	24,28		Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 230,00	01/09/2020	230,00	230,00	0008		
					01/03/2021	3,68	3,68		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.518,00	05/04/2023	2.122,30	2.122,30	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 230,00	05/04/2023	321,56	321,56	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 1.518,00	29/03/2022	1.518,00	1.518,00	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 230,00	29/03/2022	230,00	230,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.518,00	31/03/2023	1.518,00	1.518,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 230,00	31/03/2023	230,00	230,00	0014	Quitado	0,00
Total devido em 09/02/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 09/02/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal


[Menu Principal](#)
[SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar Códigos de Receita](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761](https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761)
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf>

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf



SRD - Licenciamento

Version 1.0

[Canais](#) [Solicitações](#) [Canais Excluídos](#) [Consulta Histórico](#)

Todos

+ RTV/RTVD Secundário

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar | Salvar Filtro/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Específico	Finalidade	Caráter	Fase	Município	UF
											(Todas)				
Editar dados da Outorga	(FM-C4) Canal Licenciado	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	50414541162	248	97.5	A2	230	FM		Comercial	P	2	Teresina	PI



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA				CNPJ 12067450000180	
Nº DA ESTAÇÃO 1004515194	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 5° 03' 18.00" S	LONGITUDE 42° 44' 48.98" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua Maria Antônia Burlamarque, nº s/n.				DISTRITO	
BAIRRO Samapi				MUNICÍPIO Teresina	UF PI

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	27/07/2028				
LOCALIDADE PLANO BASICO:					
MUNICÍPIO:	Teresina	UF:	PI		
LOCALIDADE:					
FREQUENCIA:	97.5 MHz	CANAL:	248		
CLASSE:	A2	COTA BASE DA TORRE:	134.1		
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYL229				
NOME FANTASIA:	CBN TERESINA	NUMPROCESSO:			
CIDADE DA OUTORGA:	Teresina				
ESTUDIO PRINCIPAL					
ENDEREÇO:	Av. Deputado Paulo Ferraz	BAIRRO:	Beira Rio		
MUNICÍPIO:	Teresina	UF:	PI		
NUMERO:	1940	COMPLEMENTO:			
ESTUDIO AUXILIAR					
ENDEREÇO:					
MUNICÍPIO:	-	UF:			
NUMERO:		COMPLEMENTO:			
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal				
TIPO:	Diretivo				
TRANSMISSOR PRINCIPAL					
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos	MODELO:	SP5000A ágil		
CÓDIGO:	Eletrônicos Ltda	POTÊNCIA:	10 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR	002480300528	MODELO:			
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	kW		
CÓDIGO:		MODELO:			
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	kW		
FABRICANTE:		MODELO:	DRU 8 248		
CÓDIGO:		GANHO:	9.03 dBd		
ANTENA PRINCIPAL		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	60 graus		
FABRICANTE:		BEAM TILT:	0 graus		
POLARIZAÇÃO:	Vertical	MODELO:			
DESCRIÇÃO:	8 elementos	GANHO:	dBd		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	75 m	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus		
ANTENA AUXILIAR		BEAM TILT:	graus		
FABRICANTE:		MODELO:	LCF 158 50A		
POLARIZAÇÃO:		MODELO:			
DESCRIÇÃO:					
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m				
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL					
FABRICANTE:					
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR					
FABRICANTE:					
RDS					
Código PI:					

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 09/02/2024 17:13:34



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA**

CPF/CNPJ: **12.067.450/0001-80**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:17:14 do dia 09/02/2024 , com validade até o dia 10/03/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: HIUE6DL5oWFnuZjttIGl

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.067.450/0001-80 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 21/01/1988</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CHAPADA DO CORISCO</div>	<div>PORTE ME</div>
--	-------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
73.11-4-00 - Agências de publicidade
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

<div>LOGRADOURO AV DEPUTADO PAULO FERRAZ</div>	<div>NÚMERO 1940</div>	<div>COMPLEMENTO 3 ANDAR SALA 05</div>
--	----------------------------	--

<div>CEP 64.075-535</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO BEIRA RIO</div>	<div>MUNICÍPIO TERESINA</div>	<div>UF PI</div>
-------------------------------	--	-----------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO contalger@contalger.com.br</div>	<div>TELEFONE (86) 3217-7799</div>
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/02/2024 às 16:48:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 2351/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Chapada do Corisco Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 12.067.450/0001-80** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao **FISTEL nº 50414541162**, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.
2. Por meio da Nota Técnica nº 18.770/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 28.778/2022/MCOM e do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão - SERAD e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da supramencionada outorga (SEI 10560273, 10569077 e SEI 10615349).
3. Ocorre que, por ocasião do referido Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a unidade consultiva condicionou o prosseguimento do feito à observância do item 17 da manifestação jurídica, a saber:

(...) 17. É oportuno registrar que a NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM não faz referência ao decreto legislativo, editado pelo Congresso Nacional, que trata da emissão da outorga da permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora, pelo que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deve adotar as medidas cabíveis para informar o ato do Poder Legislativo que ratificou a outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.

(...)

20. Face ao exposto e após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda.

III - CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela extinta SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

4. Eis a síntese dos principais fatos.

ANÁLISE

5. Em atenção ao item 17 do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, procedeu-se consulta ao Diário Oficial da União, bem como à pasta cadastral da pessoa jurídica, e não foi localizado nenhum ato que ratificasse o ato de outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.
6. Ressalta-se que, conforme já relatado na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, a concessão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média foi conferida pelo Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988, e o extrato do contrato foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988. Oportuno destacar que, conforme art. 2º do mencionado Decreto nº 96.206/1988, os efeitos do ato estavam ligados à celebração do respectivo contrato de concessão no prazo de 60 (sessenta) dias, de modo que não houve



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

qualquer referência à necessidade de aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

7. **Desta forma, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para que esclareça se há obrigatoriedade de chancela pelo Congresso Nacional dos atos de outorga praticados antes da promulgação da atual Constituição Federal, levando-se em consideração os dispositivos legais em vigor à época.**

8. Além disso, em complementação à Nota Técnica nº 18.770/2022/SEI-MCOM, registra-se que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 9 de fevereiro de 2024 (SEI11368810 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI11368810 - Págs. 6-8). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

9. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11368866).

10. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, em complementação à em complementação à Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, em termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **desde que a unidade consultiva se manifeste favoravelmente quanto ao questionamento formulado nos itens 6 e 7 desta Nota Técnica.**

CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

13. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, **especialmente no que tange ao questionamento formulado nos itens 6 e 7 da presente Nota Técnica;** e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

14. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

15. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11368815** e o código CRC **8B567755**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11368884)
- Minuta de Exposição de Motivos (11368905)

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11368815



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18.770/2022/SEI-MCOM e nº 2.351/2024/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11368905** e o código CRC **D7FB0C00**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Rádio Chapada do Corisco Ltda, inscrita no CNPJ nº 12.067.450/0001-80, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao FISTEL nº 50414541162, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.
2. Por meio da Nota Técnica nº 18.770/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 28.778/2022/MCOM e do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão - SERAD e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da supramencionada outorga (SEI 10560273, 10569077 e SEI 10615349).
3. No entanto, a unidade consultiva condicionou o prosseguimento do feito à observância do item 17 da manifestação jurídica, a saber:

(...) 17. É oportuno registrar que a NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM não faz referência ao decreto legislativo, editado pelo Congresso Nacional, que trata da emissão da outorga da permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora, pelo que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deve adotar as medidas cabíveis para informar o ato do Poder Legislativo que ratificou a outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.

(...)

20. Face ao exposto e após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda.

III - CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela extinta SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

4. Na sequência, editou-se a Nota Técnica nº 2351/2024/SEI-MCOM, recomendando a devolução dos autos à Consultoria Jurídica, para que esclarecesse se, de fato, há obrigatoriedade legal de chancela pelo Congresso Nacional dos atos de outorga praticados antes da promulgação da atual Constituição Federal.
5. Ocorre que, após reunião realizada entre a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, na data de 20 de fevereiro de 2024, ficou definido que a consideração feita no item 17 do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU não obstaculiza a renovação de outorga, por não ter sido encontrada exigência legal, para que o Congresso Nacional aprovasse atos de outorga editados antes da Constituição Federal, de 1988. Assim, os autos foram restituídos à área de análise no dia 26 de fevereiro de 2024, conforme consta do andamento processual.



Em pesquisa à legislação em vigor à época da edição do Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988 – por meio do qual foi outorgado o serviço de radiodifusão em tela –, não foi

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

encontrada nenhuma obrigação legal ou constitucional, para que o Congresso Nacional aprovasse aquele ato.

7. Oportuno destacar que, conforme art. 2º do mencionado Decreto nº 96.206/1988, os efeitos do ato estavam condicionados à celebração do respectivo contrato de concessão no prazo de 60 (sessenta) dias, de modo que não houve qualquer referência à necessidade de eventual aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.
8. Logo, entende-se que a consideração feita no item 17 do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU não se aplica no caso em apreço.
9. Sendo assim, sugere-se a restituição dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** para que, em caso de aprovação desta manifestação, reencaminhe os autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação.
10. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).
11. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390042** e o código CRC **C6D7377A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11390042



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.003348/2020-80,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 12.067.450/0001-80, número de inscrição no FISTEL nº 50414541162, a partir de 27 de julho de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11368884** e o código CRC **9ADCED87**.



Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11368884

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18.770/2022/SEI-MCOM e nº 2.351/2024/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390068** e o código CRC **D820A3DC**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12677, DE 21 DE MARÇO DE 2024

A **MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA**, conforme dispõe o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.003348/2020-80,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 12.067.450/0001-80, número de inscrição no FISTEL nº 50414541162, a partir de 27 de julho de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 16/04/2024, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11435671** e o código CRC **6A24AAD9**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11435671



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 21 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18770/2022/SEI-MCOM e nº 2351/2024/SEI-MCOM, canceladas pelo Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12677, de 21 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES
Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 16/04/2024, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11435703** e o código CRC **B2BDED61**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11435703



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48507/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 47984/2024 (11413038) e a Exposição de Motivos nº 236/2024 (11435703)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREP_MCOM 1390068, encaminho a Portaria nº 47984/2024 (11413038) e a Exposição de Motivos nº 236/2024 (11435703), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 10/04/2024, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11435774** e o código CRC **C174CEBC**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11435774



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>


537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 17/04/2024 13:05:09
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10280477
Data prevista de publicação: 18/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21553031	ATO Portaria MCOM NA 12677.rtf	46f4e7252afc854073a623022e43d2e9	9,00	R\$ 350,28
21553032	ATO Portaria MCOM NA 12854.rtf	16256ebd77657d3990d1ceadf1053fd8	9,00	R\$ 350,28
21552963	ATO Portaria MCOM NA 12838.rtf	1466852fb015bd8fea1df56abea20e35	11,00	R\$ 428,12
21552964	ATO Portaria MCOM NA 12856.rtf	de39142d44e649861744d0c24738392b	8,00	R\$ 311,36
21552965	ATO Portaria MCOM NA 12846.rtf	d7cf2120dcdfef3031cfd05b2054fcdfa	10,00	R\$ 389,20
21552966	ATO Portaria MCOM NA 12839.rtf	7e89e788df3caa05c9260ec4abfda998	10,00	R\$ 389,20
21553027	ATO Portaria MCOM NA 12840.rtf	1a3bff68b0f91e6dd47999e8dc2916a0	10,00	R\$ 389,20
21553028	ATO Portaria MCOM NA 12837.rtf	06b402e3cd4f8dad30b7f350aab0d6f3	10,00	R\$ 389,20
21553029	ATO Portaria MCOM NA 12848.rtf	8d870ef45d0b371bcddbda4f3ab9983	8,00	R\$ 311,36
21553030	ATO Portaria MCOM NA 12857.rtf	bde2343ebc17984608bc3f84f61720fd	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			93,00	R\$ 3.619,56

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/04/2024 | Edição: 76 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.677, DE 21 DE MARÇO DE 2024 (*)

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme dispõe o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.003348/2020-80, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 12.067.450/0001-80, número de inscrição no FISTEL nº 50414541162, a partir de 27 de julho de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

N. da Codou: Republicada por ter saído no DOU de 18/4/2024, Seção 1, pág. 45, com incorreção.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-12-677-de-21-de-marco-de-2024-555173454](https://www.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-12-677-de-21-de-marco-de-2024-555173454)

https://www.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-12-677-de-21-de-marco-de-2024-555173454

Id solicitação: 57dbac53e88d7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
Nome Fantasia: CBN TERESINA	
Telefone: (86) 3217-7799	E-mail: cbnteresinaradio@gmail.com
CNPJ: 12.067.450/0001-80	Número do Fistel: 50414541162
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 27/07/1988	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 27/07/2028	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Maria Antônia Burlamarque	Complemento:	
Bairro: Samapi	Numero: s/n	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Teresina	UF: PI

Parâmetros Técnicos			
Canal: 248	Frequência: 97.5 MHz	Classe: A2	ERP Máxima: 63.2528kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004515194	Número Indicativo: ZYL229
Data Último Licenciamento: 21/09/2018	Número da Licença: 53500.037484/2018-13



24/11/2018 14:04:28 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 0	Longitude: 0	Cota da base: 134.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP5000A ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 10 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158 50A	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU 8 248	Fabricante:				
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 60 °	Polarização: Vertical	HCI: 75 m	ERP Máxima: 63.25 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	5°: 0.96	10°: 0.82	15°: 0.69	20°: 0.57	25°: 0.45	30°: 0.35	35°: 0.26	40°: 0.18	45°: 0.11	50°: 0.05	55°: 0.01
60°: 0	65°: 0.01	70°: 0.05	75°: 0.11	80°: 0.18	85°: 0.26	90°: 0.35	95°: 0.45	100°: 0.57	105°: 0.69	110°: 0.82	115°: 0.96
120°: 1.11	125°: 1.27	130°: 1.44	135°: 1.62	140°: 1.8	145°: 1.98	150°: 2.16	155°: 2.34	160°: 2.52	165°: 2.71	170°: 2.89	175°: 3.06
180°: 3.22	185°: 3.38	190°: 3.53	195°: 3.68	200°: 3.81	205°: 3.92	210°: 4.01	215°: 4.08	220°: 4.12	225°: 4.14	230°: 4.15	235°: 4.15
240°: 4.15	245°: 4.15	250°: 4.15	255°: 4.14	260°: 4.12	265°: 4.08	270°: 4.01	275°: 3.92	280°: 3.81	285°: 3.68	290°: 3.53	295°: 3.38
300°: 3.22	305°: 3.06	310°: 2.89	315°: 2.71	320°: 2.52	325°: 2.34	330°: 2.16	335°: 1.98	340°: 1.8	345°: 1.62	350°: 1.44	355°: 1.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 63.25 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
290000088321987	96206	Decreto	PR	22/06/1988	23/06/1988	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250018875201735	925	Despacho	MCTIC	28/06/2017	12/07/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291150000241991	60591	Despacho	MC	06/05/1991		Advertência	Jurídico
537600002431996	89	Portaria	MC	20/04/1999	04/05/1999	Multa	Jurídico
53500.014991/2018-71	2971	Ato	ORLE	19/04/2018	07/05/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115003348202080	12677	Portaria	MC	21/03/2024	19/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49799/2024/MCOM

Brasília, 19 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11435703)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho_MCOM (11390042), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 236/2024 (11435703), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/04/2024, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11485051** e o código CRC **D833CE8F**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11485051



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Brasília, 22 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18770/2022/SEI-MCOM e nº 2351/2024/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12677, de 21 de março de 2024, publicada em 19 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 14231/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.003348/2020-80.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 23/04/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11488507** e o código CRC **CDFA9DC7**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11488507



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

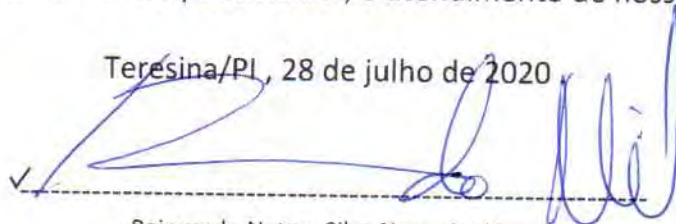
Assunto: Renovação de Outorga.

Senhor Ministro ,

A Rádio Chapada do Corisco Ltda , inscrita no CNPJ nº 12.067.450/0001-80 , executante do serviço de radiodifusão , em frequência modulada , no município de Teresina , Estado do Piauí , vem mui respeitosamente à presença de V.Sa , apresentar documentação pertinente a Renovação de Outorga para o período 2018 a 2020 .

Agradecemos antecipadamente , o atendimento de nosso pleito .

Teresina/PI , 28 de julho de 2020



Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima
Representante Legal
CPF : 453.928.973 - 04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 1

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA .

CNPJ: 12.067.450/0001-80

CEP da sede: 64.075-535

Endereço da sede: Avenida Paulo Ferraz , 1940 – Bairro Beira Rio
Teresina - Piauí

E-mail de contato: etivaldofurtado@gmail.com

☒ (X) em frequência modulada

☐ () em ondas curtas

☐ () em ondas médias

☐ () em ondas tropicais

Serviço a ser renovado: ☒ (X) Radiodifusão sonora

☐ () Radiodifusão de sons e imagens

Período da renovação: 2018 a 2028

Localidade da renovação: Teresina

UF: Piauí

Eu, Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima , inscrito no CPF sob o nº453.928.973 – 04 , na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

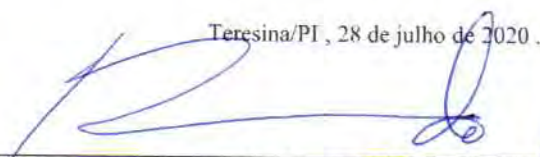

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 2

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta,
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

✓  
Teresina/PI, 28 de julho de 2020.
Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima
Representante Legal
CPF : 453.928.973 - 04



LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE

Razão Social: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
CNPJ: 12.067.450/0001-80
Endereço Sede: AVENIDA DEPUTADO PAULO FERRAZ, 1940 – BAIRRO BEIRA RIO
Município: TERESINA **UF:** PI **CEP:** 64075-535
E-mail contato: etivaldofurtado@gmail.com

EMISSORA

Serviço: ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
☐ Radiodifusão de Sons e Imagens
☐ Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital
Canal: 248 **Classe:** A2 **Prefixo:** ZYL229
Frequência (MHz): (*) **Vídeo (TV)** **Áudio (FM/TV)** 97,5 MHz
Potência (kW): 30 kW
Localidade da Outorga: Teresina **UF:** PI

PROFISSIONAL HABILITADO (VISTORIADOR)

Nome completo: LUIZ MORAES COSTA
CREA nº: 540D-MS **UF:** MS
E-mail de contato: lmcosta1955@hotmail.com

(*) – Não se aplica a TVD.

Laudo de Vistoria Técnica (FM-TV) - pág. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 4

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOCALIZAÇÃO

Endereço:	Rua Maria Antônia Burlamaqui, s/n – Bairro Samapi		
Município:	Teresina	UF: PI	CEP: 64058-010
Coordenadas Geográficas medidas	Latitude :	05 ° 03 ' 18 , 70 " S (S/N)	
	Longitude:	42 ° 44 ' 49 , 73 " O (L/O)	

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Sistema Irradiante Principal:	Fabricante:	IDEAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA			
	Modelo:	DDRR6248			
	Polarização:	Horizontal	X	Vertical	Circular Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):	30			
	Nº de elementos:	06			
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):	50,00 m			
Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Polarização:	Horizontal		Vertical	Circular Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):				
	Nº de elementos:				
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):				
Linha de Transmissão Principal:	Fabricante:	KMP CABOS SISTEMAS ESPECIAIS LTDA			
	Modelo:	HCA158-50J			
	Comprimento medido (m):	70 m			
Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Comprimento medido (m):				
Transmissor Principal:	Fabricante:	AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA			
	Modelo:	SP5000 ÀGILE			
	Homologação:	00278-03-00528			
	Potência de operação medida (kW):	4,75 kW			
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)		Áudio (FM/TV)	97,50 MHz
Transmissor Auxiliar: (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Homologação:				
	Potência de operação medida (kW):				
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)		Áudio (FM/TV)	

(*) - Não se aplica a TVD.

Laudo de Vistoria Técnica (FM-TV) - pag. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 5

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

ESTÚDIO PRINCIPAL

Endereço: AVENIDA DEPUTADO PAULO FERRAZ, 1940 – BAIRRO BEIRA RIO

Município: TERESINA

UF: PI **CEP:** 64.075-535

ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOUVER)

Endereço:

Município:

UF:

CEP:

RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Analizador de Espectro : Fabricante : Tektronic / Modelo : 7L12

Frequencímetro : Fabricante : Minipa / Modelo : MF 7130

Wattímetro : Marca : BIRD / Modelo : 6810 – 009 -7 / Número de Série : 512

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Nome do Vistoriador:

CREA/ Nº: 540D-MS

Local / Data: 10/06/2020

Assinatura:

Laudo de Vistoria Técnica (FM-TV) - pág. 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Petição (3744516)

SEI 53115.005546/2020-80 / pg. 6

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

ANEXOS

DECLARAÇÕES

PROFISSIONAL HABILITADO

DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;

(b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 10/06/2020 ;

(c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.


Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: Teresina/PI

Data: 10/06/2020

Nome do Profissional Habilitado: Luiz Moraes Costa

CREA/MS Nº: 540D-MS


Assinatura do Profissional Habilitado

ENTIDADE

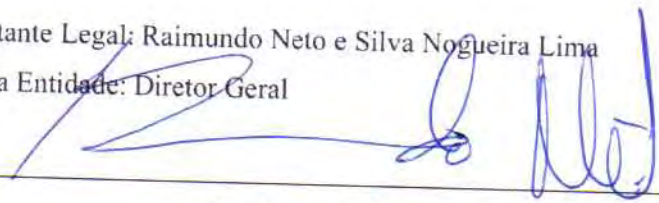
Declaro que o Sr. Luiz Moraes Costa, esteve nesta cidade de Teresina, no Estado do Piauí, no dia 10/06/2020 vistoriando as instalações de nossa emissora de frequência modulada.

Local: Teresina

Data: 10/06/2020

Nome do Representante Legal: Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima

Cargo que exerce na Entidade: Diretor Geral

✓ 
Assinatura do Representante Legal



ATESTADO

Atesto para fins que as leituras abaixo citadas , são verdadeiras , e que estão de acordo com a Resolução Anatel nº 67/1998 , editada em 12/11/1998 .

Leitura de Potência Transmissor Principal :

6.4 - POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

6.4.1 - VARIAÇÃO DE POTÊNCIA

O valor da potência de operação do transmissor deve ser mantido, sempre, o mais próximo possível da potência autorizada. As eventuais variações da potência de operação devem ficar restritas aos limites de $\pm 10\%$, em condições normais, da tensão da rede e de $\pm 15\%$, excepcionalmente, em função da variação da mesma.

Medido :

Condições normais :

4750 Watts .

Com Variação de $\pm 15\%$ da Tensão de Rede :

Variação de mais 15% :

Medido :

4750 Watts

Variação de menos 15% :

Medido :

4700 Watts

O Equipamento manteve as suas características , e potência nominal dentro das exigências da Resolução Anatel 67/1998 .



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 8

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Leitura de Frequência :

7.2.1 - TRANSMISSORES

Só será permitida a instalação e a utilização pelas emissoras de equipamentos transmissores cujas especificações atendam aos seguintes requisitos mínimos:


d) em temperatura ambiente variável entre +10°C e +50°C e com variações de +10% na tensão primária de alimentação, a frequência central de operação do oscilador deve manter-se, automaticamente, dentro de limites, tais que a frequência de saída do transmissor seja mantida dentro de ± 2.000 Hz;

Medido Transmissor Principal :

97.500.210 Hz

O Equipamento manteve as suas características dentro das exigências da Resolução Anatel 67/1998 .

Teresina/PI , 28 de julho de 2020 .


Eng . Luiz Moraes Costa
CREA : 540/D-MS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 9

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920200027236

1. Responsável Técnico

LUIZ MORAES COSTA

Título profissional: **Engenheiro Eletricista**

RNP: **1305196341**

Registro: **540/D-MS**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Rádio Chapada do Corisco Ltda**

CPF/CNPJ: **12067450000180**

Logradouro: **AVENIDA DEPUTADO PAULO FERRAZ**

Nº: **1940**

Complemento:

Bairro: **BEIRA RIO**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64075-535**

Contrato: **Sem número**

celebrado em **05/07/2020**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **400,00**

Tipo de Contratante:

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA MARIA ANTONIETA BURLAMAQUI**

Nº: **s/n**

Complemento: **- LADO ÍMPAR**

Bairro: **SAMAPI**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64058-010**

Data de Início: **06/07/2020**

Previsão de Término:

07/07/2020

Coordenadas Geográficas:

-5.0550000, -42.746694

Finalidade: **OUTRO**

Código:

Proprietário: **Rádio Chapada do Corisco Ltda**

CPF/CNPJ: **12067450000180**

4. Atividade Técnica

CONSULTORIA

Quantidade

Unidade

LAUDO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

5.0000

HORA/DIA

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Laudo de Vistoria, visando a Renovação de Outorga da Rádio Chapada do Corisco Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no canal 248(97,5 MHz), no Município de Teresina, Estado do Piauí.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Teresina/PI 28 de julho de 2020

Local

data

LUIZ MORAES COSTA - CPF: 44762720104

Rádio Chapada do Corisco Ltda - CPF/CNPJ: 12067450000180

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confica.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292



CREA-PI
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

Valor ART: R\$ **88,78**

Registrada em **07/07/2020**

Valor Pago: **88,78**

Nosso Número: **8201047620**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf> / pg. 10

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

CONTRATO SOCIAL

ÁTILA FREITAS LIRA, brasileiro, casado, economista, residente nesta capital, na rua Jaime da Botica, 2831, Planalto Ininga, portador da CI RG nº 185.748-PI e CPF 130.235.946-00; JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, brasileiro, solteiro, advogado, residente nesta capital na rua Benjamin Constant, 1642, portador da CI 348.735-PI e CPF nº 341.694.073-34; JOÃO CALISTO LOBO, brasileiro, casado, engenheiro, residente nesta capital, na rua Eliseu Martins, 2036, portador da CI nº 523.220-IFP-RJ; JESUALDO CAVALCANTE BARROS, brasileiro, casado, advogado, residente nesta capital na rua João Cabral, 907-N, portador da CI-OAB nº 604 e MUSSA DE JESUS DEMES, brasileiro, casado, advogado, portador da CI nº OAB-PI 463, CPF nº 002.331.883-04, constituem, entre si e na melhor forma de direito, sociedade comercial, por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade terá como denominação social de RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA e como nome de fantasia RÁDIO CHAPADA DO CORISCO.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sede e foro na cidade de Teresina, na rua Benjamin Constant, 1642, não tendo filiais no momento, podendo tê-las futuramente.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto social será a execução e exploração do serviço de radiodifusão sonora, na forma da lei e da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - Os objetivos expressos da sociedade se identificam com o que dispõe o artigo 3º (terceiro) do Decreto nº 52.795 de 31-10-1963, que institui o regulamento dos serviços de radiodifusão, consagrando o nível de prioridade, os programas de natureza educativa, informativa, paralela



mente com as atividades de publicidade comercial, para cobrir os encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística.

CLÁUSULA QUINTA - A sociedade é constituída para vigorar por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data de arquivamento do contrato social na Junta Comercial do Estado do Piauí.

Parágrafo único - Quando e se necessário a dissolução da sociedade, os dispositivos da lei pertinente serão observados.

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe, decretos, decretos-leis, regulamentos, portarias, normas e quaisquer outras decisões do Ministério das Comunicações e/ou seus órgãos competentes, vigentes ou a vigirem e referentes à legislação dos serviços de radiodifusão a serem executados pela sociedade.

CLÁUSULA SÉTIMA - Nenhuma alteração contratual pode rá ser realizada, sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA OITAVA - Os administradores serão brasileiros natos e sua investidura nos cargos, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer, depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

Parágrafo único - A sociedade se obriga a manter em seu quadro de funcionários, um mínimo de 2/3 (dois terços) de brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA - A sociedade não poderá deter concessões ou permissões para executar os serviços de radiodifusão no país, além dos limites fixados no artigo 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.



Parágrafo primeiro - Os sócios cotistas não poderão integrar o quadro social de outra concessionária ou permissionária, executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na cidade em que pretendam instalar a nova emissora, nem em outras localidades do país em excesso aos limites fixados pelo artigo nº 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Parágrafo segundo - O sócio-gerente nomeado será impedido de participar da direção ou na qualidade de sócio cotista de outra concessionária ou permissionária executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na cidade em que pretendam instalar a nova emissora, como não poderá gozar de imunidade parlamentar, foro especial e nem mesmo integrar o quadro social de empresas executantes do mesmo serviço em outras localidades do país, em excesso aos limites fixados pelo artigo nº 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As cotas são individuais em relação à sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

Parágrafo primeiro - O capital social é de Cz\$ Cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados), representados por 2.000 (duas mil) cotas de Cz\$ 1.000,00 (um mil cruzados) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e assim distribuídas:

ÁTILA FREITAS LIRA, 400 (quatrocentas) cotas (20%)	Cz\$ 400.000,00
JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, 400 (quatrocentas) cotas (20%) ..	Cz\$ 400.000,00
JOÃO CALISTO LOBO, 400 (quatrocentas) cotas (20%)	Cz\$ 400.000,00
JESUALDO CAVALCANTE BARROS, 400 (quatrocentas) cotas (20%)	Cz\$ 400.000,00
MUSSA DE JESUS DEMES, 400 (quatrocentas) cotas (20%) ..	Cz\$ 400.000,00
TOTAL	Cz\$ 2.000.000,00

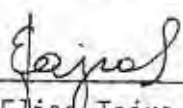


230 0
4
Parágrafo segundo - A responsabilidade dos sócios é de acordo com o que especifica o artigo 2º in fine do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A administração da sociedade será exercida por um diretor presidente, cabendo-lhe a representação da empresa em juízo ou fora dele, inclusive perante bancos, outras instituições de crédito, repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas.

1 - O diretor-presidente da Rádio Chapada do Corisco Ltda, assinará da seguinte maneira:



RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA



José Elias Tajra Sobrinho
Diretor-Presidente

75
Parágrafo Único - Na hipótese de dispor ou onerar, sob qualquer forma, os bens constitutivos do patrimônio da sociedade, inclusive direitos, torna-se necessária e obrigatória a assinatura de todos os sócios. Fica desde já, delegados os poderes de diretor-presidente, ao sócio JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, com dispensa de caução. No caso de se tornar concessionária ou permissionária dos serviços de radiodifusão, a investidura do diretor-presidente no cargo somente poderá ocorrer após aprovação pelo Ministério das Comunicações. Para outros fins, inclusive para encaminhamento ao referido Ministério de documentos e pleitos, fica caracterizada a sua investidura no cargo, após o arquivamento do contrato na Junta Comercial do Estado do Piauí.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O uso da denominação social nos termos da cláusula décima segunda, deste instrumento



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf / pg. 14

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

é vedado em fianças, avais, abonos e outros favores estranhos aos interesses da sociedade, ficando o diretor-presidente pesoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Para o exercício de procuradores, locutores e encarregados das instalações técnicas, ben como responsáveis pela orientação intelectual ou administrativa direta ou indiretamente da sociedade serão admitidos brasileiros natos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros, estranhos à sociedade, sem o consentimento expresso dos demais sócios. Para esse fim, o sôcio que pretender retirar-se, deverá notificar, por escrito, ã sociedade concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação para que a sociedade, através de seus demais sócios, exerça ou renuncie em condições de igualdade ao direito de preferência na aquisição de suas cotas. No caso de cessão as cotas serão distribuídas em igual proporção às cotas dos sócios remanescentes. Fica ajustado entre as partes, que ao sócio que se retira, caberá receber o valor das cotas integralizadas e representativas ao seu capital, mais os lucros apurados em balanço, previamente aprovado pelos sócios e cujo pagamento será feito em 6 (seis) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Parágrafo único - A saída de sócio será objeto, na oportunidade, de alteração do contrato social, a fim de ser submetida à anuência prévia do Ministério das Comunicações e, posteriormente, ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Piauí.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios, não dissolverá, necessariamente, a sociedade, ficando herdeiros e sucessores, sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo optar pela venda aos demais sócios do quinhão respectivo, ou incorporar à sociedade após anuência do poder concedente.



Parágrafo Único - Se herdeiros e sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para esse fim e serão pagos em 6 (seis) prestações mensais e sucessivas, a quem de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A 31 de dezembro de cada ano, levantar-se-á balanço patrimonial das atividades da empresa e necessárias demonstrações financeiras que levarão à assinatura de todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro, como foro da sociedade a cidade de Teresina-Piauí, para solução de quaisquer dúvidas que eventualmente venham surgir entre as partes contratantes.

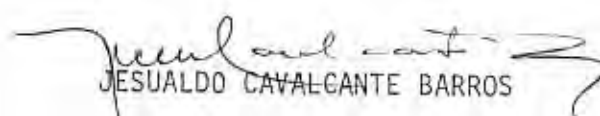
E por se acharem justos e contratados, assinam o presente contrato social em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, fazendo-o perante as testemunhas da lei.

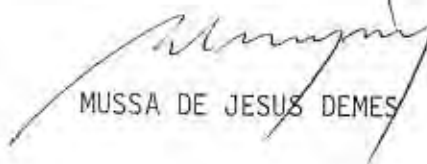
Teresina,


ÁTILA FREITAS LIRA

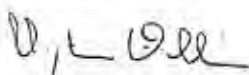

JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO


JOÃO CALISTO LOBO


JESUALDO CAVALCANTE BARROS


MUSSA DE JESUS DEMES

TESTEMUNHA



TESTEMUNHA





ÁTILA DE FREITAS LIRA, JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, JOÃO CALISTO LÔBO, JESUALDO CAVALCANTE BARROS E MUSSA DE JESUS DEMES, todos sócios cotistas da RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., e já devidamente / qualificados no CONTRATO SOCIAL arquivado na Junta Comercial sob nº 222 0004005-2, constitutivo da sociedade comercial citada; RESOLVEM por este aditivo, alterar o referido contrato, para admitir como sócios cotistas os senhores: CIRO NOGUEIRA LIMA, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta Capital, na av. João XXIII, 4661, carteira de identidade nº 33.647-PI., CPF nº 001.542.883-49; JOSÉ NAPOLEÃO FILHO, brasileiro, casado, eng. civil, residente nesta Capital na rua Cônego Fonseca, 990, carteira de identidade nº 8.671-DF. CPF nº 061.930.643-20; FERNANDO ANTONIO FERRAZ FORTES, brasileiro, casado, eng. civil, residente nesta Capital na rua Adalberto Correia Lima, 2651, carteira de identidade nº 107.552-PI, CPF nº 065522853-53 JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO, brasileiro, casado, eng. civil, residente nesta Capital na rua Eustáquio Portela, 2274, carteira de identidade nº 214.396-DF. CPF nº 041.794.043-20, obedecidas as seguintes cláusulas:

1ª. O Capital Social, em face das várias denominações da moeda nacional por força de lei, sendo de Cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados) passa a ser de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), representado por duas mil cotas de R\$ 1,00 cada uma, ficando cada um dos Sócios/já qualificados no Contrato Social com 400 (quatrocentas) cotas devidamente subscritas e integralizadas em moeda corrente.

2ª. Fica elevado o Capital Social de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), representadas por 4.000 cotas/no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo que a nova parcela representativa do referido aumento, é subscrita e integralizada em moeda corrente pelos novos Sócios.

§ Único: com as alterações acima, o Capital Social fica assim distribuído:

ÁTILA DE FREITAS LIRA	400 cotas R\$	400,00
JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO	400 cotas R\$	400,00
JOÃO CALISTO LÔBO	400 cotas R\$	400,00
JESUALDO CAVALCANTE BARROS	400 cotas R\$	400,00
MUSSA DE JESUS DEMES	400 cotas R\$	400,00
CIRO NOGUEIRA LIMA	800 cotas R\$	800,00
JOSÉ NAPOLEÃO FILHO	800 cotas R\$	800,00
FERNANDO ANTONIO FERRAZ FORTES	200 cotas R\$	200,00
JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO	200 cotas R\$	200,00
Total	R\$	4.000,00

= cent. =



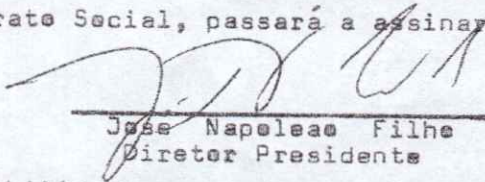


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 18

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

3ª. Assume o cargo de DIRETOR PRESIDENTE o sócio cotista JOSÉ / NAPOLEÃO FILHO, que, com as atribuições inerentes ao cargo e já estabelecidas no Contrato Social, passará a assinar

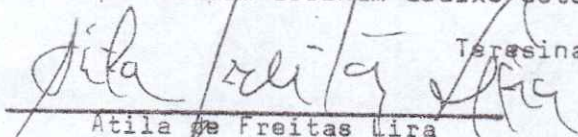

José Napoleão Filho
Diretor Presidente

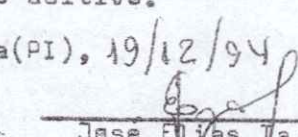
assumindo a responsabilidade por todos os atos administrativos praticados desde novembro de 1.989.

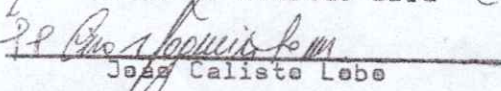
4ª. Todas as demais cláusulas constantes do Contrato Social, não alteradas por este aditivo, permanecem em vigor, ficando registrada o novo endereço da sociedade na avenida Antenino Freire, nº 1356, / nesta Capital.

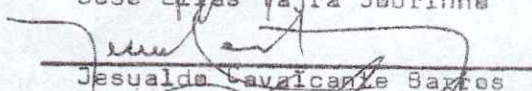
E por acharem justos e contratados, assinam o presente Aditivo em cinco vias de igual teor e forma, fazendo-o perante testemunhas que também assinam abaixo este Aditivo.

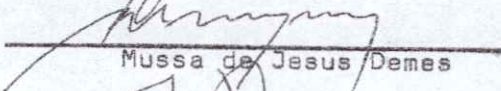
Teresina (PI), 19/12/94

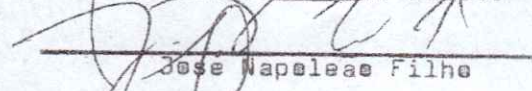

Atila de Freitas Lira

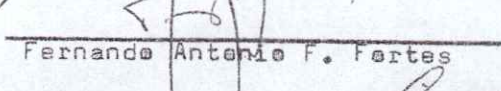

José Elias Tajra Sobrinho

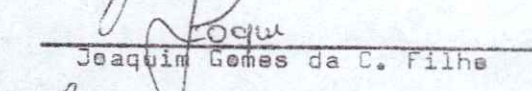

João Calisto Lobo

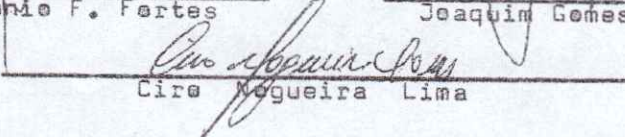

Jesualdo Cavalcante Barros


Mussa de Jesus Domes

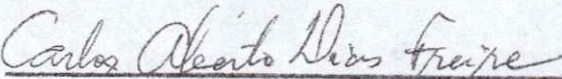

José Napoleão Filho

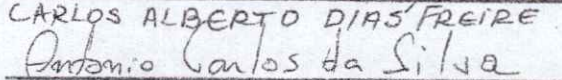

Fernando Antonio F. Fortes


Joaquim Gomes da C. Filho


Ciro Nogueira Lima

Testemunhas:


CARLOS ALBERTO DIAS FREIRE


ANTONIO CARLOS DA SILVA



ESTADO DO PIAUÍ
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
 Junta Comercial - Secretaria Geral

CERTIDÃO

Certifico e dou fé a presente é cópia autenticada do original arquivado
 nesta Junta Comercial sob 11-28600005729
 em 19/12/94

<input type="checkbox"/>	Este é o último ato arquivado
<input type="checkbox"/>	Este é o único ato arquivado
<input checked="" type="checkbox"/>	Existem atos posteriores arquivados

Teresina 25.04.11
[Assinatura]
 Encarregado da Expedição
 Visto
[Assinatura]
 José Eduardo Pereira Filho
 Secretário Geral
 Junta Comercial do Estado do Piauí



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 20

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

ESTADO DO PIAUÍ

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Junta Comercial - Secretaria Geral

CERTIDÃO

Certifico e dou fé a presente é cópia autenticada do original arquivado
nesta Junta Comercial sob

Nº 222.000.9005-2
Em 21-01-88

<input type="checkbox"/>	Este é o último ato arquivado
<input type="checkbox"/>	Este é o único ato arquivado
<input checked="" type="checkbox"/>	Existem atos posteriores arquivados

Teresma,

25,04,11

Encarregado da Expedição

Visto

João Eduardo Pereira Filho

Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Piauí



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecamara-leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Petição (5744516)

SEI 53119.003346/2020-80 / pg. 21

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

ADITIVO DE ALTERAÇÃO Nº 02 DA SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, DA EMPRESA RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. CELEBRADAS ENTRE PARTES COMO SEGUE:

ÁTILA DE FREITAS LIRA, JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, JOÃO CALISTO LÔBO, JESUALDO CAVALCANTE BARROS, MUSSA DE JESUS DEMES, CIRO NOGUEIRA LIMA, JOSÉ NAPOLEÃO FILHO, FERNANDO ANTONIO FERRAZ FORTES e JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO, todos sócios cotistas da RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., e já devidamente qualificados no CONTRATO SOCIAL arquivado na Junta Comercial sob o nº 2220004005-2, RESOLVEM por este aditivo, alterar o referido Contrato Social e Aditivo nº 01, obedecendo as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I

Retiram-se da sociedade os sócios cotistas ÁTILA DE FREITAS LIRA, JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO, JOÃO CALISTO LOBO, MUSSA DE JESUS DEMES e JESUALDO CAVALCANTE BARROS, transferindo suas cotas aos cotistas remanescentes CIRO NOGUEIRA LIMA, JOSÉ NAPOLEÃO FILHO, FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES e JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO.

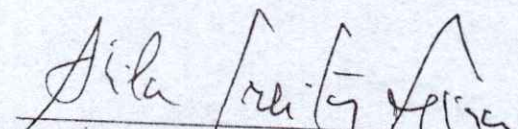
§ Único: Com as alterações acima o capital social de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais) fica assim redistribuídos:


CIRO NOGUEIRA LIMA	1.600 cotas	R\$	1.600,00
JOSÉ NAPOLEÃO FILHO	1.600 cotas	R\$	1.600,00
FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES	400 cotas	R\$	400,00
JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO	400 cotas	R\$	400,00
TOTAL		R\$	4.000,00


CLÁUSULA II


Todas as demais cláusulas do Contrato Social, não alteradas por este aditivo, permanecem em vigor.

E por acharem justos e contratados, assinam o presente Aditivo em cinco vias de igual teor e forma, fazendo-o perante testemunhas que também assinam abaixo este Aditivo.



ÁTILA DE FREITAS LIRA

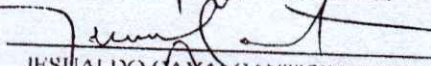

JOÃO CALISTO LOBO



MUSSA DE JESUS DEMES

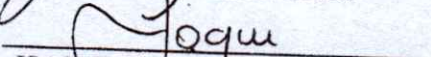

FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES

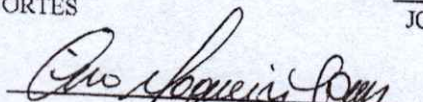
Teresina(PI), 02/09/2002.


JOSÉ ELIAS TAJRA SOBRINHO


JESUALDO CAVALCANTE BARROS


JOSÉ NAPOLEÃO FILHO


JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO





ESTADO DO PIAUÍ

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Junta Comercial - Secretaria Geral

CERTIDÃO

Certifico e dou fé a presente é cópia autenticada do original arquivado
nesta Junta Comercial sob

Nº 102591

em 03/09/02

X

Este é o último ato arquivado

Este é o único ato arquivado

Existem atos posteriores arquivados

Teresina, 25, 04, 11

Machado

Encarregado da Expedição

Visto

Jose Eduardo Pereira Filho

Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Piauí

TERESINA CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE NOTAS
TITULAR - MARIA AMÉLIA MARTINS ARAÚJO DE ARÉA LEÃO
RUA 7 DE SETEMBRO, 330 - CENTRO/NORTE - CEP: 64001-210 - TERESINA-PI
FONE: (0xx86) 3221-3643 / 3221-6788 - E-mail: cartorio@nazarendearaujo.com.br

1254

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE COM
A ORIGINAL EXIBIDA NESTAS NOTAS. DOU FÉ.

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE.

TERESINA-PI, 12/03/14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf> / pg. 23

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

ADITIVO Nº. 03
RÁDIO CHAPADA DO CORÍSCO LTDA
CNPJ Nº. 12.067.450/0001-80

ESPÓLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA, neste ato representado por seu inventariante **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade Nº 1.004.287 SSP/PI, e CPF Nº 453.928.973-04, residente e domiciliado à Av. João XXIII, 4661 - São Cristóvão - Teresina - PI CEP: 64049-010,

JOSÉ NAPOLEÃO FILHO, brasileiro, casado no regime da comunhão de bens, Eng. Civil, nascido em 15/07/1952, portador da Cédula de Identidade nº 8.671 SSP-DF, CPF Nº 061.930.643-20, residente e domiciliada na Rua Cônego Fonseca, 990, Bairro São Cristóvão, CEP 64.056-190 em Teresina-PI.

FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES, brasileiro, casado no regime da comunhão de bens, Eng. Civil, nascido em 11/09/1952, portador da Cédula de Identidade nº 107.552 SSP-PI, CPF Nº 065.522.853-53, residente e domiciliada na Rua das Orquídeas, 1645, Apt - 100 - Edf. Piazza Navona, Fátima, CEP 64.049-534 em Teresina-PI.

JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO, brasileiro, casado no regime da comunhão de bens, Eng. Civil, nascido em 05/06/1951, portador da Cédula de Identidade nº 214.396 SSP-DF, CPF Nº 041.794.043-20, residente e domiciliado na Av. Zequinha Freire, 225, Vale Quem Tem, CEP 64.057-310 em Teresina-PI. (art. 997, I, CC/2002), únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada **RÁDIO CHAPADA DO CORÍSCO LTDA** com sede na **Avenida Antonino Freire, 1356 - Centro - CEP: 64.001-040 Teresina - PI** e com seus atos constitutivos arquivados na JUCEPI sob o Nº. 2220009005-2 em 21/01/1988, inscrita no CNPJ sob o Nº. 12.067.450/0001-80, vem por este instrumento particular alterar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - É admitido dois novos sócios **ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA**, brasileira, natural de Teresina/PI, viúva, nascida em 03.07.1949, empresaria, portadora do CPF 131.430.003-25 e Cédula de Identidade nº 106.373-SSP/PI, residente e domiciliada na Av. João XXIII, 4661/2, Bairro São Cristóvão, CEP 64.051-005, na cidade de Teresina/PI e **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade Nº 1.004.287 SSP/PI, e CPF Nº 453.928.973-04, residente e domiciliado à Av. João XXIII, 4661 - São Cristóvão - Teresina - PI CEP: 64049-010.

CLÁUSULA II - Neste ato os sócios resolvem alterar seu endereço da **Avenida Antonino Freire, 1356 - Centro - CEP: 64.001-040 Teresina - PI**, para a **Av. Deputado Paulo Ferraz, 1940 - 3º - Andar - Sala 05 - Bairro Beira Rio, CEP 64.075-535 em Teresina - PI**.

CLÁUSULA III - Os sócios em comum acordo resolvem alterar sua atividade principal e secundária para:

6010-1/00 - Atividade de rádio;

7311-4/00 - Agência de publicidade;

7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviço e negócios em geral, exceto imobiliários;

CLÁUSULA IV- Neste ato retira-se da sociedade o sócio **JOSÉ NAPOLEÃO FILHO** na qual transfere por venda 100% (Cem por cento) de suas cotas no total 1.600 (Mil e Seiscentas) cotas no valor de R\$ 1.600,00 (Mil e Seiscentos Reais), para a sócia **ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA**; retira-se também da sociedade o sócio **FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES**, que transfere por venda 100% (Cem por cento) de suas cotas no total 400 (quatrocentas) cotas, no



SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO - JOÃO CRISÓSTOMO - 1º OFÍCIO - 2ª CIRCUNSCRIÇÃO
Autenticado eletronicamente em 05/10/2017 às 08:16:40 - Teresina - Piauí - ESCRITÓRIO NOTARIAL

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL
DADA NESTAS NOTAS
TESTE da DA VERDADE. DOU FE. TERESINA, 05/10/2017 08:16:40

LOUANY LIMA COIMBRA MELO - ESCRIVENTE
di. 2,32 T.J. 0,46 Selo 0,25 Total: 3,03



Certifico João Crisóstomo
1º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
Louany Lima Coimbra Melo
ESCREVENTE AUTORIZADO

AUTENTICAÇÃO
ABD 56917



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Peça (5744516)

SEI 9319-003346/2020-80 / pg. 25

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais), para a sócia **ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA**; retira-se também da sociedade o sócio **JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO**, que transfere por venda 10% (dez por cento) de suas cotas no total 40 (quarenta) cotas, no valor de R\$ 40,00 (Quarenta Reais), para o sócio **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, que também transfere por venda 80% (oitenta por cento) de suas cotas no total de 360 (trezentos sessenta) cotas no valor de R\$ 360,00 (trezentos sessenta Reais), para a sócia **ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA**.

PARAGRAFO ÚNICO - Os sócios **JOSÉ NAPOLEÃO FILHO**, **FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES** e **JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO** declaram ter recebido todos os seus direitos em espécie corrente do país, dando assim pleno, geral e irrevogável quitação, das cotas ora vendidas.

CLÁUSULA V- O capital social, por força da transferência por venda das cotas, passa a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO QUOTAS		VALOR	
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	59%	2.360	R\$	2.360,00
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	1%	40	R\$	40,00
ESPÓLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA	40,0%	1.600	R\$	1.600,00
TOTAL	100,00%	4.000	R\$	4.000,00

(art. 997, III, C/2002) (art. 1.055, CC/2002)

CLÁUSULA VI - A administração passará a ser exercido pelo sócio **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, os quais representarão a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, somente em negócios de interesse da empresa.

CLÁUSULA VII - O Administrador declara, sob as penas da lei, que não estar impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

CLÁUSULA VIII - Tendo em vista as inúmeras alterações contratuais ocorridas, e havendo a necessidade de consolidação das cláusulas contratuais, os sócios decidem aprovar o seguinte texto, revogando quaisquer dispositivos anteriores que conflitem com o ora aprovado:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL RÁDIO CHAPADA DO CORÍSCO LTDA

CLÁUSULA I - A sociedade empresarial gira sob a denominação de **RÁDIO CHAPADA DO CORÍSCO LTDA**, com sede na **Av. Deputado Paulo Ferraz, 1940 - 3º - Andar - Sala 05 - Bairro Beira Rio, CEP 64.075-535 em Teresina - PI** e com seus atos constitutivos arquivados na JUCEPI sob o Nº. 2220009005-2 em 21/01/1988, inscrita no CNPJ sob o Nº. 12.067.450/0001-80.

CLÁUSULA II - A sociedade iniciou suas atividades em 31/01/1988, com prazo de duração indeterminado.





SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO - JOÃO CRISÓSTOMO - 1º OFÍCIO - 3ª CIRCUNSCRIÇÃO
Rua Juciano Nogueira, nº 124 - CEP 44200-000 - Fone: (15) 3320-7013/1165 1234 56789 - E-mail: joao@notariato.com.br
Márcia Maria Elisebeth Polya e Susan Muller - Irmãs

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDA NESTAS NOTAS
EM TESTE 4 DA VERDADE. DOJFE, TERESINA, 05/10/2017 08:16:40

Amel
QUANY LIMA COIMBRA MELO - ESCRIVENTE
Tol: 2.52 T.J: 0.46 Selo: 0.25 Total: 3.03



1º Of. do Notário João Crisóstomo
Escritório de Notário de Imóveis
Selo de Autenticidade
Estado do Piauí
Aut. de Not. 007.000
Registro e
Judicial
AUTENTICAÇÃO
ABO 56916



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

CLÁUSULA III - A sociedade explora as seguintes atividades:

6010-1/00 Atividade de rádio;

7311-4/00 Agência de publicidade;

7490-1/04 Atividades de intermediação e agenciamento de serviço e negócios em geral, exceto imobiliários;

CLÁUSULA IV - O Capital Social é de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais) divididos em 4.000 (Quatro mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, já integralmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	QUOTAS	VALOR
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	59%	2.360	R\$ 2.360,00
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	1%	40	R\$ 40,00
ESPÓLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA	40,0%	1.600	R\$ 1.600,00
TOTAL	100,00%	4.000	R\$ 4.000,00

(art. 997, III, C/2002) (art. 1.055, CC/2002)

CLÁUSULA V - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA VI - A administração da sociedade é exercida pelo sócio **RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA**, ficando com os poderes e atribuições gerais, representar a sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, assinar quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívidas, cambiais, cheques, ordens de pagamentos e outros, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens da sociedade, sem autorização dos demais sócios. (artigos 997, VI; 1.013, 1.015, 1064, CC/2002).

Parágrafo Único - Poderá construir procurador para representar a sociedade, desde que, do instrumento de mandato, constem especificamente discriminados, os atos que o procurador poderá praticar e o prazo de vigência do mandato que, somente no caso de mandato para representação judicial poderá ser outorgado por prazo indeterminado.

CLÁUSULA VII - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA VIII - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA IX - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf> / pg. 28

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

CLÁUSULA X – O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

CLÁUSULA XI - Fica eleito o foro da comarca de Teresina – Piauí com renúncia aos demais em caráter irrevogável, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por acharem justos e contratados assinam o presente contrato em três (03) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas; onde as folhas serão rubricadas pelos sócios e a última assinada por todos e em seguida será levada para registro e arquivamento na Junta comercial do estado do Piauí, para produzir seus efeitos legais e jurídicos.

Teresina (PI), 29 de Novembro de 2013.

Eliane e Silva Nogueira Lima

ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA
Sócia

RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA
Sócio-Administrador

CIRO NOGUEIRA LIMA

Representante Legal (Inventariante): RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA
Sócio

JOSÉ NAPOLEÃO FILHO
Sócio-Retirante

JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO
Sócio-Retirante

FERNANDO ANTÔNIO FERRAZ FORTES
Sócio-Retirante

marcelle m. noronha
CAB/PI nº 9880

TESTEMUNHAS:

Alan Kennedy Barros de Araújo
Alan Kennedy Barros de Araújo
CPF Nº. 037.337.563-80
RG Nº 3.099.906 SSP/PI

Carlos Romão Silva dos Remédios
Carlos Romão Silva dos Remédios
CPF Nº 760.890.963-34
RG Nº 1.537.162 SSP/PI



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/02/2014 SOB Nº: 302789
Protocolo: 14/000050-0, DE 06/01/2014

Empresa: 22 2 0009005 2
RADIO CHAPADA DO CORISCO -
LTD A

Marco Bona
MARCO AURELIO BONA
SECRETARIO-GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf> / pg. 29

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO - JOÃO CRISÓSTOMO - 1º OFÍCIO - 2ª CIRCUNSCRIÇÃO
Rua Leopoldo Nogueira, nº 1000 - CEP 64002-000 - Fone: (88) 3211-1011 (55) 3211-1011 - Fone: (88) 3211-1011 - E-mail: joao@joaocristostomo.br
Selo: Maria Elizabeth P. Silva - Tabela

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL
BIDA NESTAS NOTAS
TEST. DA VERDADE. DOU FE. TERESINA, 05/10/2017 08:16:40

ANY LIMA COMBRA MELO - ESCRIVENTE
el: 2.92 T.: 0.46 Selo: 0.25 Total: 3.03



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Peça (5744516)

SEI 93119-003346/2020-80 / pg. 30

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO CHAPADA DO CORISCO - LTDA ME			Protocolo: PIC2000877463																																												
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada																																															
NIRE (Sede) 22200090052		CNPJ 12.067.450/0001-80		Data de Ato Constitutivo 21/01/1988																																											
Início de Atividade 21/01/1988																																															
Endereço Completo Avenida DEPUTADO PAULO FERRAZ, Nº 1940, 3º ANDAR, SALA - 05, BEIRA RIO - Teresina/PI - CEP 64075-535																																															
Objeto Social ATIVIDADE DE RADIO AGENCIA DE PUBLICIDADE ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGOCIOS EM GERAL EXCETO IMOBILIARIOS																																															
Capital Social R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) Capital Integralizado R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)			Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dados do Sócio</th> <th>Participação no capital</th> <th>Espécie de sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nome</td> <td>CPF/CNPJ</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ESPOLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA</td> <td>001.542.883-49</td> <td>R\$ 1.600,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nome</td> <td>CPF/CNPJ</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA</td> <td>131.430.003-25</td> <td>R\$ 2.360,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nome</td> <td>CPF/CNPJ</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA</td> <td>453.928.973-04</td> <td>R\$ 40,00</td> <td>INVENTARIANTE / Sócio / Administrador</td> <td>S</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	Nome	CPF/CNPJ					ESPOLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA	001.542.883-49	R\$ 1.600,00	Sócio	N		Nome	CPF/CNPJ					ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	R\$ 2.360,00	Sócio	N		Nome	CPF/CNPJ					RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	R\$ 40,00	INVENTARIANTE / Sócio / Administrador	S	
Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																																										
Nome	CPF/CNPJ																																														
ESPOLIO DE CIRO NOGUEIRA LIMA	001.542.883-49	R\$ 1.600,00	Sócio	N																																											
Nome	CPF/CNPJ																																														
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	R\$ 2.360,00	Sócio	N																																											
Nome	CPF/CNPJ																																														
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	R\$ 40,00	INVENTARIANTE / Sócio / Administrador	S																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dados do Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nome</td> <td>CPF</td> <td></td> </tr> <tr> <td>RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA</td> <td>453.928.973-04</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Dados do Administrador		Término do mandato	Nome	CPF		RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04																																		
Dados do Administrador		Término do mandato																																													
Nome	CPF																																														
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04																																														
Último Arquivamento Data 05/02/2014			Número 302790		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ato/eventos</th> <th>Situação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO</td> <td>ATIVA Status SEM STATUS</td> </tr> </tbody> </table>	Ato/eventos	Situação	310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	ATIVA Status SEM STATUS																																						
Ato/eventos	Situação																																														
310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	ATIVA Status SEM STATUS																																														

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/03/2020, às 09:05:40 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.piauidigital.pi.gov.br>, com o código **5P1BJHAX**.



ISABELA SANTANA MONTEIRO BARBOSA
Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf> / pg. 31



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.067.450/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/01/1988
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CHAPADA DO CORISCO	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.11-4-00 - Agências de publicidade 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV DEPUTADO PAULO FERRAZ	NÚMERO 1940	COMPLEMENTO 3 ANDAR SALA 05
---	-----------------------	---------------------------------------

CEP 64.075-535	BAIRRO/DISTRITO BEIRA RIO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI
--------------------------	-------------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO contalger@contalger.com.br	TELEFONE (86) 3217-7799
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/06/2020** às **17:15:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 32

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:25:15 do dia 02/07/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/12/2020.

Código de controle da certidão: **9347.8EDF.615F.A92F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Petição (5744516)

SLI 93119.003546/2020-80 / pg. 33

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA
nº 2006081815811200013001

RAZÃO SOCIAL *****			
ENDEREÇO			BAIRRO OU DISTRITO
MUNICÍPIO	CEP	FONE(S) Nº(S)	FAX (Nº)
CPF/CNPJ (Nº) 18.158.112/0001-30		INSCRIÇÃO ESTADUAL *****	
Ressalvado o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que o mesmo encontra-se em SITUAÇÃO FISCAL REGULAR.			

Certidão emitida com base na Portaria GSF nº 106/06, de 12 de abril de 2006.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 08/06/2020, às 12:52:16

VÁLIDA ATÉ 07/08/2020

**ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET, NO
SITE <http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaoSituacao/jsp/validarCertidao.jsp>**

Chave para Autenticação: 2920-4563-40BA-00F8-A890-3635-6649-ECA7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

Petição (5744516)

SEI 53119.003546/2020-60 / pg. 34

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:44:09 do dia 09/07/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/08/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/boleto/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=12067450000180](https://anatel.gov.br/boleto/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=12067450000180)

<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.deleg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf> / pg. 35

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.067.450/0001-80
Razão Social: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
Endereço: AV DEPUTADO PAULO FERRAZ 1940 / BEIRA RIO / TERESINA / PI / 64075-535

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/07/2020 a 25/08/2020

Certificação Número: 2020072701285004936771

Informação obtida em 29/07/2020 19:57:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-caixa.gov.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Petição (5744516)

SEI 53119.003546/2020-60 / pg. 36

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Certidão nº: 14199753/2020

Expedição: 19/06/2020, às 16:30:49

Validade: 15/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.067.450/0001-80**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 37

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920200027236

1. Responsável Técnico

LUIZ MORAES COSTA

Título profissional: **Engenheiro Eletricista**

RNP: **1305196341**

Registro: **540/D-MS**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Rádio Chapada do Corisco Ltda**

CPF/CNPJ: **12067450000180**

Logradouro: **AVENIDA DEPUTADO PAULO FERRAZ**

Nº: **1940**

Complemento:

Bairro: **BEIRA RIO**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64075-535**

Contrato: **Sem número** celebrado em **05/07/2020**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **400,00** Tipo de Contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA MARIA ANTONIETA BURLAMAQUI**

Nº: **s/n**

Complemento: **- LADO ÍMPAR**

Bairro: **SAMAPI**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64058-010**

Data de Início: **06/07/2020** Previsão de Término: **07/07/2020** Coordenadas Geográficas: **-5.0550000, -42.746694**

Finalidade: **OUTRO**

Código:

Proprietário **Rádio Chapada do Corisco Ltda**

CPF/CNPJ: **12067450000180**

4. Atividade Técnica

CONSULTORIA

Quantidade

5.0000

LAUDO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

Unidade

HORA/DIA

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Laudo de Vistoria, visando a Renovação de Outorga da Rádio Chapada do Corisco Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no canal 248(97,5 MHz), no Município de Teresina, Estado do Piauí.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

LUIZ MORAES COSTA - CPF: 44762720704

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confea.org.br.
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292



CREA-PI
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

88,78 Autenticado eletronicamente em 07/07/2020 com original Valor Pago: 88,78

Nosso Número: 8201047620

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bf193bf> / pg. 38



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA NOITE
William de Souza Corrêa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Relatórios » **Outorga** internet teia menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: PI

Município: Teresina

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CAMARA DOS DEPUTADOS	Teresina	17/05/2013	17/05/2023
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC	Teresina	29/05/2007	
FUNDACAO CULTURAL MONSENHOR CHAVES	Teresina	23/02/1996	23/02/2006
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA	Teresina	01/11/1993	
FUNDACAO RADIO E TELEVISAO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA	Teresina	14/12/2011	14/12/2021
JET RADIODIFUSAO LTDA	Teresina	21/12/1987	21/12/1997
NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA	Teresina	06/09/2002	06/09/2012
O DIA RADIO E TELEVISAO DO PIAUI LTDA	Teresina	20/08/1989	20/08/1999
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	Teresina	27/07/1988	
RADIO PORTAL DE CAXIAS LTDA	Teresina	10/05/2016	10/05/2026
RADIO POTY LTDA	Teresina	06/09/1982	06/09/1992
RADIO POTY LTDA	Teresina		
SENADO FEDERAL	Teresina	27/12/2007	27/12/2017
SISTEMA DE COMUNICACAO PROFESSOR VALTER ALENCAR LTDA	Teresina	06/09/2001	06/09/2011
SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO LTDA	Teresina	25/11/2005	25/11/2015

Usuário: **william.mc - William de Souza Corrêa**

Data: **29/10/2020**

Hora: **19:39:21**

Registro **1** até **15** de **16** registros

➡ Páginas: [1] **2** [Ir] [Reg]

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f736973746556d61736e6574\$\$/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

https://mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f736973746556d61736e6574\$\$/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

Anexo SRD - validade da Outorga (6634207)

SEI53113:003348/2020-80 / pg. 39

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (86) 3217-7799	E-mail: cbnteresinaradio@gmail.com
CNPJ: 12.067.450/0001-80	Número do Fistel: 50414541162
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 27/07/1988	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 27/07/2028
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Maria Antônia Burlamarque	Complemento:	
Bairro: Samapi	Numero: s/n	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Teresina	UF: PI
Latitude: -5.08889 (5° 05' 20.0" S)	Longitude: -42.8019 (42° 48' 06.8" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 248	Frequência: 97.5 MHz	Classe: A2	ERP: 30kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dB											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



020 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo SRD - validade da Outorga (6034207)

SEI 55119:003348/2020-80 / pg. 40

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1004515194						Número Indicativo: ZYL229					
Data Último Licenciamento: 21/09/2018						Número da Licença: 53500.037484/2018-13					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -5.055 (5° 03' 18.0" S)				Longitude: -42.74694 (42° 44' 49.0" W)				Cota da base: 134.1 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP5000A ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 10 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 158 50A						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 80 m		Atenuação: 0.649 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: DRU 8 248						Fabricante:					
Ganho: 9.03 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 60 °		Polarização: Vertical		HCl: 75 m		ERP Máximo: 63.25 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	10°: 0.82	20°: 0.57	30°: 0.35	40°: 0.18	50°: 0.05	60°: 0	70°: 0.05	80°: 0.18	90°: 0.35	100°: 0.57	110°: 0.82
120°: 1.11	130°: 1.44	140°: 1.8	150°: 2.16	160°: 2.52	170°: 2.89	180°: 3.22	190°: 3.53	200°: 3.81	210°: 4.01	220°: 4.12	230°: 4.15
240°: 4.15	250°: 4.15	260°: 4.12	270°: 4.01	280°: 3.81	290°: 3.53	300°: 3.22	310°: 2.89	320°: 2.52	330°: 2.16	340°: 1.8	350°: 1.44
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 63.25 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
290000088321987	96206	Decreto	PR	22/06/1988	23/06/1988	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500188752017 35	925	Despacho	MCTIC	28/06/2017	12/07/2017	Aprovação de Local			Técnico		



020 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo SRD - validade da Outorga (6034207)

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291150000241991	60591	Despacho	MC	06/05/1991		Advertência	Jurídico
537600002431996	89	Portaria	MC	20/04/1999	04/05/1999	Multa	Jurídico
53500.014991/2018-71	2971	Ato	ORLE	19/04/2018	07/05/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							



020 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-e64556bff93bf>

Anexo SLD - validade da Cotação (6034207)

SEI 55119:003348/2020-80 / pg. 42

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura

Data de verificação 29/09/2022 14:50:53
UTC

Versão do software 2.9-116-g0696ee4

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo DOC._02____FORMULARIO.pdf

Resumo SHA256 do arquivo 6630c0b6b3e3eca9861073e
91462d6d873413c7f699888
d145a4f47c15bdef7e

Tipo do arquivo PDF

Quantidade de assinaturas 1

Quantidade de assinaturas ancoradas 1

▼ Assinatura por CN=RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada

Status da assinatura Aprovado

Caminho de certificação Aprovado

Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).

Cifra assimétrica Aprovada

Resumo criptográfico Correto

Data da assinatura August 17, 2022 at 2:29:00 PM

Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

lor.inti.br/webreport

<https://lor.inti.br/webreport/autenticacao-de-assinatura-camara-leg-br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo autenticidade de assinatura (10424225)

SEI 55113.003348/2020-80 / pg. 43

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Atributos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
lor.iti.br/webreport

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro ☐

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Data de Envio:

21/09/2022 16:26:31

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Mensagem:

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Teresina/PI, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RADIO CHAPADA DO
CORISCO LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA
OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO
MUNICÍPIO DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ.

Aos vinete e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 12.067.450/0001-80, representada por seu procurador, **MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA RIBEIRO**, inscrito no CPF n.º 470.557.663-20, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina, Estado do Piauí, decorrente da concessão outorgada à **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME.**, por meio do Decreto n.º 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 23 de junho de 1988, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Teresina, Estado do Piauí. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME.** o canal 248 (duzentos e quarenta e oito), correspondente à frequência 97,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de outorga n.º 53000.056631/2008-13 e apensos, em trâmite neste Órgão, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 46

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Teresina, Estado do Piauí

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

PP. [Assinatura]

Permissionária



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 47

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Testemunha

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/11/2016, às 18:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1502814** e o código CRC **78C1085E**.

Referência: Processo nº 53000.018165/2014-16

SEI nº 1502814



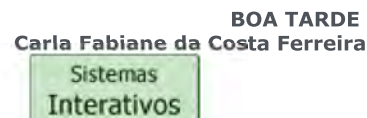
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Termo Aditivo (10428468)

SEI 53113-003346/2020-80 / pg. 48

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf


[Menu Principal](#)

 SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 12.067.450/0001-80											
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ATILA FREITAS LIRA	130.235.946-00	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
CIRO NOGUEIRA LIMA	001.542.883-49	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	800	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	800	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
FERNANDO ANTONIO FERRAZ FORTES	065.522.853-53	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	200	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
JESUALDO CAVALCANTE BARROS	001.541.563-53	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
JOAO CALISTO LOBO	001.630.823-91	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO	041.794.043-20	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	200	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
JOSE ELIAS TAJRA SOBRINHO	341.694.073-34	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://aniteleg-autenticacao-assinatura-camara-regio-93/c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo Anatel (10416973)

SSI 30113.003546/2020-80 / pg. 49

RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE NAPOLIAO FILHO	061.930.643-20	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	800	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	800	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
MUSSA DE JESUS DEMES	002.331.883-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 21/09/2022 Hora: 15:50:29





BOA TARDE
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	12.067.450/0001-80

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **21/09/2022**

Hora: **15:51:15**



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:51:54 do dia 21/09/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/10/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



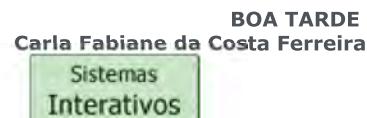
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=12067450000180](https://www.anatel.gov.br/igec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=12067450000180)

<https://intoleg-autenticacao-de-assinatura-camada-regio-753/c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo Anatel (10410975)

SEI 55113.003548/2020-80 / pg. 52


[Menu Principal](#)
[SRD >>> Relatórios >>> Outorga](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	PI	Município:	Teresina
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CAMARA DOS DEPUTADOS	Teresina	17/05/2013	17/05/2023
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC	Teresina	29/05/2007	
FUNDACAO CULTURAL MONSENHOR CHAVES	Teresina	23/02/1996	23/02/2006
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA	Teresina	01/11/1993	
FUNDACAO RADIO E TELEVISAO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA	Teresina	14/12/2011	14/12/2021
JET RADIODIFUSAO LTDA	Teresina	21/12/1987	21/12/1997
NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA	Teresina	06/09/2002	06/09/2012
O DIA RADIO E TELEVISAO DO PIAUI LTDA	Teresina	20/08/1989	20/08/1999
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	Teresina	27/07/1988	
RADIO PORTAL DE CAXIAS LTDA	Teresina	10/05/2016	10/05/2026
RADIO POTY LTDA	Teresina	06/09/1982	06/09/1992
RADIO POTY LTDA	Teresina		
SENADO FEDERAL	Teresina	27/12/2007	27/12/2017
SISTEMA DE COMUNICACAO PROFESSOR VALTER ALENCAR LTDA	Teresina	06/09/2001	06/09/2011
SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO LTDA	Teresina	25/11/2005	25/11/2015

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira** Data: **21/09/2022** Hora: **15:53:00**

Registro 1 até 15 de 16 registros

➡ Páginas: [1] 2 [Ir] [Reg]

[Tela Inicial](#)
[Imprimir](#)
[Exportar Excel](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[rd/Relatorios/Outorga/Tela.asp?nav=1&c=1&pref=](#)

<https://infoleg-autenticacao-da-materia-camara-legislativa/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo Anatel (10410973)

SEI 59113.005546/2020-80 / pg. 53

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

2 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																					
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		120674500001				(Todos)																				
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	50414541162	P	Comercial	FM	230	PI	Teresina		248		97.5	A2		5° 05' 20.00" S	42° 48' 6.84" W	30	75		2	2021-03-16 15:36:50		57dbac53e88d7	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
Ver Estações	AM-C7 (Aguardando Ato de RF)	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	19000001641	P	Comercial	OM	205	PI	Teresina				910	B		5° 05' 5.00" S	42° 45' 0.00" W				2	2021-03-16 15:36:51		57dbac6a692e9	

Id solicitação: 57dbac53e88d7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
Nome Fantasia: CBN TERESINA	
Telefone: (86) 3217-7799	E-mail: cbnteresinaradio@gmail.com
CNPJ: 12.067.450/0001-80	Número do Fistel: 50414541162
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 27/07/1988	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 27/07/2028	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Número: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Maria Antônia Burlamarque	Complemento:	
Bairro: Samapi	Número: s/n	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Número: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Teresina	UF: PI

Parâmetros Técnicos			
Canal: 248	Frequência: 97.5 MHz	Classe: A2	ERP Máxima: 63.2528kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--



Informações Gerais	
Número da Estação: 1004515194	Número Indicativo: ZYL229
Data Último Licenciamento: 21/09/2018	Número da Licença: 53500.037484/2018-13

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 5° 03' 18.00" S	Longitude: 42° 44' 48.98" W	Cota da base: 134.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP5000A ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 10 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158 50A		Fabricante:	
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU 8 248			Fabricante:		
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 60 °	Polarização: Vertical	HCI: 75 m	ERP Máxima: 63.25 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	5°: 0.96	10°: 0.82	15°: 0.69	20°: 0.57	25°: 0.45	30°: 0.35	35°: 0.26	40°: 0.18	45°: 0.11	50°: 0.05	55°: 0.01
60°: 0	65°: 0.01	70°: 0.05	75°: 0.11	80°: 0.18	85°: 0.26	90°: 0.35	95°: 0.45	100°: 0.57	105°: 0.69	110°: 0.82	115°: 0.96
120°: 1.11	125°: 1.27	130°: 1.44	135°: 1.62	140°: 1.8	145°: 1.98	150°: 2.16	155°: 2.34	160°: 2.52	165°: 2.71	170°: 2.89	175°: 3.06
180°: 3.22	185°: 3.38	190°: 3.53	195°: 3.68	200°: 3.81	205°: 3.92	210°: 4.01	215°: 4.08	220°: 4.12	225°: 4.14	230°: 4.15	235°: 4.15
240°: 4.15	245°: 4.15	250°: 4.15	255°: 4.14	260°: 4.12	265°: 4.08	270°: 4.01	275°: 3.92	280°: 3.81	285°: 3.68	290°: 3.53	295°: 3.38
300°: 3.22	305°: 3.06	310°: 2.89	315°: 2.71	320°: 2.52	325°: 2.34	330°: 2.16	335°: 1.98	340°: 1.8	345°: 1.62	350°: 1.44	355°: 1.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

--

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 63.25 kW	

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
290000088321987	96206	Decreto	PR	22/06/1988	23/06/1988	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250018875201735	925	Despacho	MCTIC	28/06/2017	12/07/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291150000241991	60591	Despacho	MC	06/05/1991		Advertência	Jurídico
537600002431996	89	Portaria	MC	20/04/1999	04/05/1999	Multa	Jurídico
53500.014991/2018-71	2971	Ato	ORLE	19/04/2018	07/05/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.067.450/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/01/1988
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CHAPADA DO CORISCO	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
73.11-4-00 - Agências de publicidade
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV DEPUTADO PAULO FERRAZ	NÚMERO 1940	COMPLEMENTO 3 ANDAR SALA 05
--	----------------	--------------------------------

CEP 64.075-535	BAIRRO/DISTRITO BEIRA RIO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI
-------------------	------------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO contalger@contalger.com.br	TELEFONE (86) 3217-7799
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/09/2022 às 15:41:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo Certidão Emitida (10410980)

SEI 53115-003348/2020-80 / pg. 59

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.067.450/0001-80

Razão Social: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

Endereço: AV DEPUTADO PAULO FERRAZ 1940 / BEIRA RIO / TERESINA / PI /
64075-535

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/09/2022 a 08/10/2022

Certificação Número: 2022090900551290778737

Informação obtida em 21/09/2022 15:42:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mfole-autenticidade-assinatura-caixa.gov.br/527c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

ANEXO Certidões Emitidas (10410980)

SEI-35115:003348/2020-80 / pg. 60



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Certidão nº: 31444341/2022

Expedição: 21/09/2022, às 15:43:57

Validade: 20/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.067.450/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

Anexo Certidões Emitidas (10410980)

SEI 53115-003348/2020-80 / pg. 61

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 12.067.450/0001-80 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir/ResultadoEmissao/NDUkODk3OCMyMzQ2Nzg5IyojKjEyMDY3NDUw...

Anexo Certidoes Emitidas (10410980)

SEI 53119:003348/2020-80 / pg. 62

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

REC-1041123

SEL-5315-0033-46/2020-80 / pg. 63

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 106.373 DATA DE EXPECIÇÃO 31/07/15

NOME ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA

FILIAÇÃO ELDA MENDES DOS SANTOS E SILVA
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS E SILVA

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 03/07/1949

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM. 299 L B-AUX-38 F. 1

EXP TERESINA-PI 03/04/13

TERESINA-PI 131.430.003-25

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
RUA DAVID CALDAS Nº 167, Centro, TERESINA - PIAUI
Teresina, 06/02/2020 16:04:34
CARTÃO DE PROTESTO DE TÍTULOS
Emanuela Cunha Simplicio
Escrevente Autorizada Piauí

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUI
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

0674915

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

5º Ofício de Notas e Protesto
RUA DAVID CALDAS Nº 167, Centro, TERESINA - PIAUI

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL RECEBIDO EM 06/02/2020 16:04:34
EXIBIDA NESTAS NOTAS EM TEST. DA VERD. TERESINA, 06/02/2020 16:04:34
SELO AAU98604 - 72P6 Consulte em www.tpi.jus.br/portalextra

Emanuela Cunha Simplicio

EMANUELA CUNHA SIMPLICIO - ESCRIVENTE

Emol. R\$ 2.59 T.J. R\$ 0.52 MP. R\$ 0.06 Selo R\$ 0.26 Total: R\$ 3.43



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

RG (1041125)

SER 53715:00346/2020-80 / pg. 64

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 22/09/2022 09:47

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Teresina/PI, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 21 de setembro de 2022 16:26

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Teresina/PI, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NOBGAAAAAAD31SCGCRSW...
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/EP7C9EDD-C9B3-4A09-89A2-64556BFF93BF/53115.003348/2020-80/pg.65

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 14171/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADO: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. EDIÇÃO DA LEI Nº 14.351/2022. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO PEDIDO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teresina/PI, referente ao seguinte período: 27/07/2018 a 27/07/2028.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que, de acordo com o art. 4º da Lei nº 5.785/1972 e art. 112 do Decreto nº 52.795/1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos. Vejam-se:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. ([Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017](#))

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

3. No caso em tela, o requerimento administrativo deveria ter sido protocolado entre o período de 27 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018. No entanto, a manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço de radiodifusão foi apresentada perante o Ministério das Comunicação na data de 29 de julho de 2020, ou seja, fora do prazo legal.

4. Antes que fosse realizada a análise dos autos, foi publicada a Lei nº 14.351/2022 no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, alterando a Lei nº 13.424/2017, no sentido de permitir ao Poder Público o conhecimento dos pedidos de renovação intempestivos protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da citada Lei nº 14.351/2022, senão vejamos:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifamos)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 14171 (16411251)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 66

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

5. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

6. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

6.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.2. prova de regularidade perante as Fazendas federal e municipal da sede da pessoa jurídica, atualizadas, na forma da lei;

6.3. prova de regularidade relativa à seguridade social, atualizada.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 6º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 30/09/2022, às 09:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 30/09/2022, às 13:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10411251** e o código CRC **013EBA64**.

Minutas e Anexos



ssui.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 14171 (10411251)

SEI 93-F13-005548/2020-80 / pg. 67

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 24104/2022/MCOM

Brasília, 30 de setembro de 2022.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ Nº 12.067.450/0001-80)
Avenida Deputado Paulo Ferraz nº 1940 - 3º andar - Sala 05 - Beira Rio
64.075-535 - Teresina/PI

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.003348/2020-80.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 14171/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Ofício 24104 (10414276)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 69

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, **Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 30/09/2022, às 13:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10411270** e o código CRC **546BE84F**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 14171/2022 (SEI 10411251)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24104/2022/MCOM - Processo nº 53115.003348/2020-80 - Nº SEI: 10411270



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Data de Envio:

30/09/2022 16:22:49

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

contalger@contalger.com.br
miguelsinhue@gmail.com
ismar.vale@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10411270.html
Nota_Tecnica_10411251.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

12.067.450/0001-80

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME

12.067.450/0001-80

contalger@contalger.com.br, miguelinhue@gmail.com, ismar.vale@gmail.com

10 1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo CADSEI (10-27201)

SEI 93113.065548/2020-80 / pg. 72

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



BOA TARDE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		12.067.450/0001-80									
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 09/12/2022 Hora: 17:12:32



BOA TARDE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		131.430.003-25									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira** Data: **09/12/2022** Hora: **17:17:56**



BOA TARDE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		453.928.973-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	OM	Regional	PI	Teresina

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 09/12/2022 Hora: 17:18:05



BOA TARDE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	12.067.450/0001-80

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira** Data: **09/12/2022** Hora: **17:18:58**



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA**

CNPJ: **12.067.450/0001-80**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:19:38 do dia 09/12/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/01/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data/Hora: **09/12/2022 17:26:50**

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	PI	Município:	Teresina		
Entidade		Município	Data Outorga	Validade	
CAMARA DOS DEPUTADOS		Teresina	17/05/2013	17/05/2023	
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC		Teresina	29/05/2007		
FUNDACAO CULTURAL MONSENHOR CHAVES		Teresina	23/02/1996	23/02/2006	
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA		Teresina	01/11/1993		
FUNDACAO RADIO E TELEVISAO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA		Teresina	14/12/2011	14/12/2021	
JET RADIODIFUSAO LTDA		Teresina	21/12/1987	21/12/1997	
NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA		Teresina	06/09/2002	06/09/2012	
O DIA RADIO E TELEVISAO DO PIAUI LTDA		Teresina	20/08/1989	20/08/1999	
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA		Teresina	27/07/1988		
RADIO CIDADE VERDE LTDA		Teresina			
RADIO POTY LTDA		Teresina	06/09/1982	06/09/1992	
RADIO POTY LTDA		Teresina			
SENADO FEDERAL		Teresina	27/12/2007	27/12/2017	
SISTEMA DE COMUNICACAO PROFESSOR VALTER ALENCAR LTDA		Teresina	06/09/2001	06/09/2011	
SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO LTDA		Teresina	25/11/2005	25/11/2015	
TV RADIO CLUBE DE TERESINA SA		Teresina			
Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 09/12/2022 Hora: 17:26:50					

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		12067450000				(Todos)																				
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	50414541162	P	Comercial	FM	230	PI	Teresina		248		97.5	A2		5° 05' 20.00" S	42° 48' 6.84" W	30	75		2	2022-12-09 18:29:59		57dbac53e88d7	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
Ver Estações	AM-C7 (Aguardando Ato de RF)	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	19000001641	P	Comercial	OM	205	PI	Teresina				910	B		5° 05' 5.00" S	42° 45' 0.00" W				2	2021-03-16 15:36:51		57dbac6a692e9	



Id solicitação: 57dbac53e88d7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
Nome Fantasia: CBN TERESINA	
Telefone: (86) 3217-7799	E-mail: cbnteresinaradio@gmail.com
CNPJ: 12.067.450/0001-80	Número do Fistel: 50414541162
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 27/07/1988	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 27/07/2028	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Maria Antônia Burlamarque	Complemento:	
Bairro: Samapi	Numero: s/n	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Teresina	UF: PI

Parâmetros Técnicos			
Canal: 248	Frequência: 97.5 MHz	Classe: A2	ERP Máxima: 63.2528kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--



Informações Gerais	
Número da Estação: 1004515194	Número Indicativo: ZYL229
Data Último Licenciamento: 21/09/2018	Número da Licença: 53500.037484/2018-13

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 5° 03' 18.00" S	Longitude: 42° 44' 48.98" W	Cota da base: 134.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP5000A ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 10 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158 50A		Fabricante:	
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU 8 248			Fabricante:		
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 60 °	Polarização: Vertical	HCI: 75 m	ERP Máxima: 63.25 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	5°: 0.96	10°: 0.82	15°: 0.69	20°: 0.57	25°: 0.45	30°: 0.35	35°: 0.26	40°: 0.18	45°: 0.11	50°: 0.05	55°: 0.01
60°: 0	65°: 0.01	70°: 0.05	75°: 0.11	80°: 0.18	85°: 0.26	90°: 0.35	95°: 0.45	100°: 0.57	105°: 0.69	110°: 0.82	115°: 0.96
120°: 1.11	125°: 1.27	130°: 1.44	135°: 1.62	140°: 1.8	145°: 1.98	150°: 2.16	155°: 2.34	160°: 2.52	165°: 2.71	170°: 2.89	175°: 3.06
180°: 3.22	185°: 3.38	190°: 3.53	195°: 3.68	200°: 3.81	205°: 3.92	210°: 4.01	215°: 4.08	220°: 4.12	225°: 4.14	230°: 4.15	235°: 4.15
240°: 4.15	245°: 4.15	250°: 4.15	255°: 4.14	260°: 4.12	265°: 4.08	270°: 4.01	275°: 3.92	280°: 3.81	285°: 3.68	290°: 3.53	295°: 3.38
300°: 3.22	305°: 3.06	310°: 2.89	315°: 2.71	320°: 2.52	325°: 2.34	330°: 2.16	335°: 1.98	340°: 1.8	345°: 1.62	350°: 1.44	355°: 1.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

--



Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
						HCI: m	
						ERP Máxima: 63.25 kW	


RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
290000088321987	96206	Decreto	PR	22/06/1988	23/06/1988	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500188752017 35	925	Despacho	MCTIC	28/06/2017	12/07/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291150000241991	60591	Despacho	MC	06/05/1991		Advertência	Jurídico
537600002431996	89	Portaria	MC	20/04/1999	04/05/1999	Multa	Jurídico
53500.014991/201 8-71	2971	Ato	ORLE	19/04/2018	07/05/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA				CNPJ 12067450000180	
Nº DA ESTAÇÃO 1004515194	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 5° 03' 18.00" S	LONGITUDE 42° 44' 48.98" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua Maria Antônia Burlamarque, nº s/n.			DISTRITO		
BAIRRO Samapi			MUNICÍPIO Teresina		UF PI

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:

27/07/2028

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO:

Teresina

UF:

PI

LOCALIDADE:

FREQUENCIA:

97.5 MHz

CANAL:

248

CLASSE:

A2

COTA BASE DA TORRE:

134.1

INDICATIVO DA ESTAÇÃO:

ZYL229

NOME FANTASIA:

CBN TERESINA

NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA:

Teresina

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO:

Av. Deputado Paulo Ferraz

BAIRRO:

Beira Rio

MUNICÍPIO:

Teresina

UF:

PI

NUMERO:

1940

COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

UF:

NUMERO:

COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO:

Principal

TIPO:

Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE:

Auad Correa Equipamentos

MODELO:

SP5000A ágil

CÓDIGO:

Eletrônicos Ltda

POTÊNCIA:

10 kW

002480300528

MODELO:

POTÊNCIA:

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

CÓDIGO:

POTÊNCIA:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

MODELO:

CÓDIGO:

POTÊNCIA:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE:

MODELO:

POTÊNCIA:

POLARIZAÇÃO:

Vertical

GANHO:

9.03 dBd

DESCRIÇÃO:

8 elementos

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:

60 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:

75 m

BEAM TILT:

0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

POTÊNCIA:

POLARIZAÇÃO:

GANHO:

DESCRIÇÃO:

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:

m

BEAM TILT:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE:

MODELO:

POTÊNCIA:

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

POTÊNCIA:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX



IMPRESSO EM: 09/12/2022 18:29:59

APLICAÇÃO

Emitido Em
21/09/2018

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMWVibmNhOjoyMDIyNjM5MzlhYzZINTQwZg==>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.067.450/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/01/1988
NOME EMPRESARIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CHAPADA DO CORISCO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.11-4-00 - Agências de publicidade 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV DEPUTADO PAULO FERRAZ	NÚMERO 1940	COMPLEMENTO 3 ANDAR SALA 05
CEP 64.075-535	BAIRRO/DISTRITO BEIRA RIO	MUNICÍPIO TERESINA
UF PI		
ENDEREÇO ELETRÔNICO contalger@contalger.com.br	TELEFONE (86) 3217-7799	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/12/2022 às 17:14:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo Certidões Emitidas (10300204) SEI 55119:003348/2020-80 / pg. 84

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.067.450/0001-80
Razão Social: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
Endereço: AV DEPUTADO PAULO FERRAZ 1940 / BEIRA RIO / TERESINA / PI / 64075-535

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/11/2022 a 23/12/2022

Certificação Número: 2022112401023268430994

Informação obtida em 09/12/2022 17:15:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infole-g-autenticidade-assinatura-caixa-federal-leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo Certidões Emitidas (10360264)

SEI 35115-003548/2020-80 / pg. 85



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Certidão nº: 44673016/2022

Expedição: 09/12/2022, às 17:15:57

Validade: 07/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.067.450/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

Anexo Certidões Emitidas (10360264)

SEI 53115-003348/2020-80 / pg. 86

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
CNPJ: 12.067.450/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:16:53 do dia 09/12/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/06/2023.

Código de controle da certidão: **6F46.5E18.ED69.A84D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo Certidões Emitidas (10360264)

SEI 53115-003348/2020-80 / pg. 87

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
COORDENAÇÃO ESPECIAL DA RECEITA DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF

**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA E DA DÍVIDA ATIVA DO
MUNICÍPIO**

CÓDIGO DE CONTROLE: 330.695/22-06

CPF/CNPJ: 12.067.450/0001-80

Contribuinte: RADIO CHAPADA DO CORISCO - LTDA ME

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, constam em nome do contribuinte acima identificado somente débitos vincendos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora ou com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 206 do CTN e art. 362 da Lei Complementar nº 4.974, ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados em seu nome, conforme estabelece o art. 457 da Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016 (código Tributário do Município de Teresina).

Emissão: Teresina-PI, às 15:12:30 h, do dia 14/12/2022.

Validade: 14/03/2023

Certidão sem validade para transferência de imóvel em cartório.

Observações:

- A aceitação desta declaração está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <http://www.teresina.pi.gov.br>
- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo II, do Decreto nº 11333/2011.

Código autenticidade: DA1C7BF6B091EB9D

Nº Via: 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo Certidões Emitidas (10500204)

SEI 35115-003348/2020-80 / pg. 88

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

23 JUN 1993

22

Le p^{re}

Brasília-DF, 22 de junho de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

1st Survey.

Active here by H. Gal



956-2

03

PUBLICADO	
NO	
DIÁRIO OFICIAL	
27	07 / 19 88
Folha N.º 14133	
Encarregado da Redação	

Contrato celebrado entre a União Federal e a Rádio Chapada do Corisco Ltda -----, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média ----- na cidade de Teresina -----, Estado do Piauí.

Aos (26) vinte e seis dias do mês de julho----- do ano de mil novecentos e oitenta e oito, no Gabinete do Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, representando a União compareceu a Rádio Chapada do Corisco Ltda ----- CGC nº 12.067.450/0001-80 representada por seu procurador, Sr. José Ovídio de Oliveira Bona CPF nº 115.930.321-53 -----, para o fim especial de assinar o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, através do Decreto nº 96.206, de 22 de junho de mil novecentos e oitenta e oito, publicado no Diário Oficial da União do dia 23/06/88 -----, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Teresina -----, Estado do Piauí ----- regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado a Rádio Chapada do Corisco Ltda ----- o direito de explorar, sem exclusividade na cidade de Teresina -----, Estado do Piauí -----, o serviço de radiodifusão sonora em onda média -----, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste Ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) publicar o extrato do presente Contrato de concessão no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura; b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Con



trato; c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 12(doze) meses, contados da data da publicação da portaria que aprovar o projeto de instalação da emissora; d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; e) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma concessionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade; f) ter o seu quadro societário composto por brasileiros; g) ter a sua diretoria ou gerência, constituída por brasileiros natos, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial; h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração; i) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas representativas do capital social; j) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço; l) obedecer, na organização dos quadros de seu pessoal, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações; m) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão; n) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venha a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço; o) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando a este órgão todas as informações que lhe forem solicitadas; p) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as

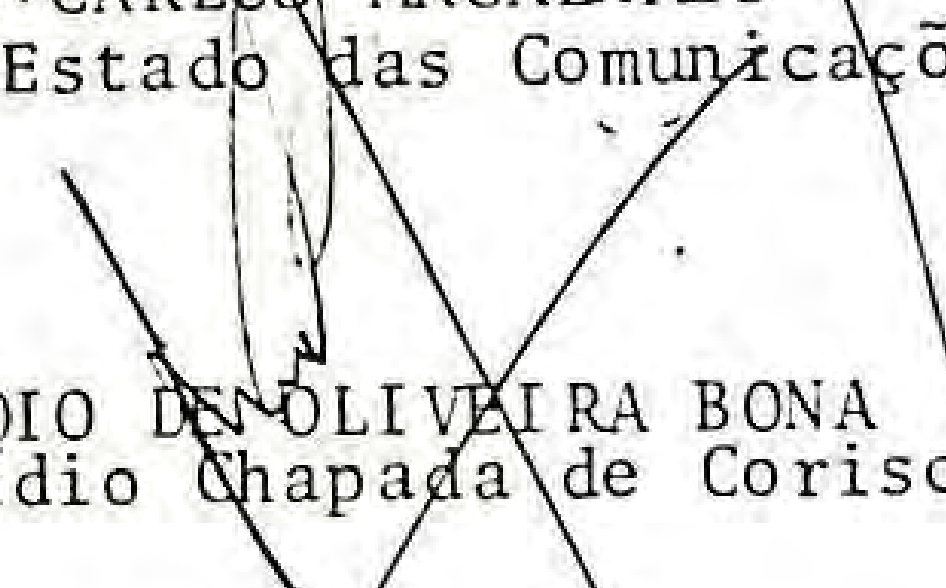


transmissões imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização. CLÁUSULA QUARTA: - Na organização da programação a concessionária deverá: a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão; b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrários à moral familiar e aos bons costumes; c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico; d) destinar 12% ----- do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso; e) limitar ao máximo de 25% do horário de sua programação diária o tempo destinado a publicidade comercial; f) destinar o percentual de 85% - de sua programação diária a temas, autores e intérpretes nacionais; g) transmitir durante 5 (cinco) horas semanais os programas educacionais oficiais obrigatórios; h) retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; i) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente; j) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; l) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações; m) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações; n) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; o) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico; p) manter em dia os registros da programação. CLÁUSULA QUINTA: - A frequência consignada à entidade, além de não ser de seu uso exclusivo, não lhe assegura o direito de propriedade, ficando sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier a disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência, o direito e posse da União. CLÁUSULA SEXTA: - A con

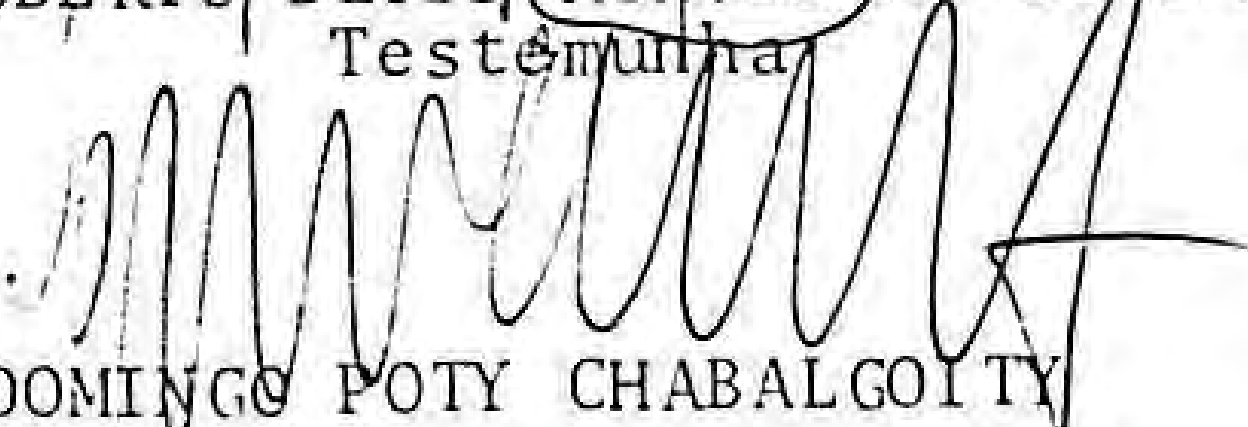


cessionária, conforme compromisso assumido em sua proposta deve
rá utilizar; transmissor nacional; sistema irradiante nacional ;
e estúdio 80% nacional e 20% estrangeiro. CLÁUSULA SÉTIMA: - O
não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas
aplicáveis à radiodifusão, sujeitará a entidade às penalidades
estabelecidas na legislação vigente. CLÁUSULA OITAVA: - Findo o
prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão de-
clarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qual-
quer indenização. E, por estarem de acordo, foi lavrado o presen-
te Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que, depois
de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.


ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
Ministro de Estado das Comunicações


JOSE OVÍDIO DE OLIVEIRA BONA
Procurador da Rádio Chapada de Corisco Ltda.


ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA
Testemunha


DOMINGO POTY CHABALGOITY
Testemunha



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RADIO CHAPADA DO
CORISCO LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA
OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
RADIOFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO
MUNICÍPIO DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ.

Aos VINTE e Quatro dias do mês de NOVEMBRO do ano dois mil e Dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 12.067.450/0001-80, representada por seu procurador, MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA RIBEIRO, inscrito no CPF n.º 470.557.663-20, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina, Estado do Piauí, decorrente da concessão outorgada à RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME., por meio do Decreto n.º 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 23 de junho de 1988, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Teresina, Estado do Piauí. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - ME. o canal 248 (duzentos e quarenta e oito), correspondente à frequência 97,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de outorga n.º 53000.056631/2008-13 e apensos, em trâmite neste Órgão, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.



Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Teresina, Estado do Piauí

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**


Permissionária




Testemunha

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/11/2016, às 18:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1502814** e o código CRC **78C1085E**.

Referência: Processo nº 53000.018165/2014-16

SEI nº 1502814





Nome do Estabelecimen- CNPJ Nº do Auto Data da
to Autuado de Infração Autuação
COMERCIAL SILVEIRA 07.569.538/0001-04/2016/924 22.02.2016
DE RAÇÕES AGROPE- 60
CUÁRIAS LTDA ME

Esclarecemos que Vossa Senhoria tem o prazo máximo de 10 dias, a partir da data de publicação deste Edital, para encaminhar a defesa por escrito a Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul, situada à Rua Dom Aquino, 2696 Centro CEP: 79.002-182, Campo Grande/MS.

A defesa deve ser entregue em documentação original, e a pessoa física que assinar os documentos, ainda que seja o seu advogado, responsável técnico, gerente, contador ou outro representante, deve estar investida de poderes para representá-la, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, tais como procuração e contrato social, dentre outras formalidades legais. Não havendo tal cumprimento, lavrar-se-á o termo de revelia.

Após o encaminhamento da defesa ou vencido o prazo para tal, os autos serão julgados pela Autoridade Federal competente da SFA/MS e sua empresa receberá pelo correio a respectiva Notificação, informando-lhe das decisões tomadas.

Em 16 de novembro de 2016.
CELSO DE SOUZA MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGAO Nº 9/2016 - UA\$G 130062

Nº Processo: 21026006040201690 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa, para prestação de Serviços de Gestão da Manutenção da FROTA de VEÍCULOS, com operação de sistema informatizado via internet e tecnologia de cartão eletrônico, por meio de redes de estabelecimento credenciados, em favor da Superintendência Federal de Agricultura - SFA/MS, em CAMPO GRANDE/MS.(Detalhes dos serviços solicitados, encontram-se no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO-I e MINUTA DE CONTRATO). Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 30/11/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h30 às 17h30. Endereço: Rua Dom Aquino, Nº. 2696 Jardim Dos Estados - CAMPO GRANDE - MS ou www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA-DF: 09:00/horas e LOCAL: 08:00/horas.PROPOSTA, deverá atender os Serviços solicitados no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO-I, Edital.

BEVERLY BEZERRA DA SILVA
Pregoeira

(SIDECE - 29/11/2016) 130062-00001-2016NE800121

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO
DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 13/2016 - UA\$G 130070

Nº Processo: 21034012609201680 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de bens para estruturação de postos de classificação de café bene ciado grão cru e outros produtos vegetais, na UTRA/Londrina e na SFA/PR, em Curitiba. Total de Itens Licitados: 00016. Edital: 30/11/2016 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Jose Verissimo Nr 420 Tarumã - CURITIBA -PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130070-05-13-2016. Entrega das Propostas: a partir de 30/11/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/12/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Vide Edital.

GUILHERME BIRON BURGARDT
Pregoeiro

(SIDECE - 29/11/2016) 130070-00001-2016NE000019

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Rádio Chapada do Corisco Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Chapada do Corisco Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 24 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Marcelo Augusto de Oliveira Ribeiro - procurador da Rádio Chapada do Corisco Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016113000011

PARTES: União e Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Pedro II, estado do Piauí.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA ASSINATURA: 24 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Marcelo Augusto de Oliveira Ribeiro - procurador da Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda.

PARTES: União e Rádio União de Camocim Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio União de Camocim Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Camocim, estado do Ceará.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Paulo Sérgio Rocha - procurador da Rádio União de Camocim Ltda.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 15/2016

A Anatel torna público o resultado do PE nº 15/2016, Processo nº 53500.209747/2015-41. Objeto:prestação de serviços de acesso à Internet, Grupo I - Vencedora: CLICK NET BRASIL ENGENHARIA ETELECOMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ: 11.325.221/0001-56. Valor Global de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais). O Grupo II e III foram cancelados na aceitação, por as propostas estarem acima do valor estimado pela Anatel.

MOISES GONÇALVES
Superintendente

(SIDECE - 29/11/2016) 413001-41231-2016NE800319

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS
GERAIS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 4/2016

A Anatel/MG torna público o resultado do PregãoEletrônico, Processo 53524.005093/2016-91. Item 1 Objeto: Serviços de armazenagem de volumes, contendo bens/produtos de propriedade/sob guarda da GR04/MG pelo período de 20 meses, prorrogável até 60 meses. Vencedor: AMC MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA - EPP (CNPJ 07.960.360/0001-84). Valor Total: R\$ 114.688,80. Item 2 Objeto: Transporte inicial com custódia, contemplando retirada, embalagem e entrega dos bens/produtos da GR04/MG. Vencedor: 5 ESTRELAS COMERCIAL E SERVIÇOS DE MUDANCAS LTDA - EPP (CNPJ 11.292.432/000130). Valor Total: R\$16.198,10. Homologação: He rmann Bergmann G. e Silva - Gerente Regional

GUSTAVO JOSE DIAS
Pregoeiro

(SIDECE - 29/11/2016) 413001-41231-2016NE800319

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO
JANEIRO E ESPÍRITO SANTO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Gerente Regional da Anatel nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo notifica a empresa CAPITAL INFORMÁTICA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.146.381/0001-96 acerca da existência do processo sancionador nº 53508.005950/2016-51, instaurado para a aplicação de sanção de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, pelo período de 6 (seis) meses, em razão do descumprimento do Item 14 (Das Sanções), do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2013-GR02, e de acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

Por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica V.S.ª NOTIFICADO para, querendo, no prazo de cinco (5) dias úteis, contados da publicação deste, apresentar defesa prévia e indicar as provas que pretende produzir.

Por fim, salientamos que os autos do processo administrativo sancionador ficam à disposição de Vossa Senhoria para vistas/cópia, na forma prevista no Regimento Interno da Anatel.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS
À PRESTAÇÃO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 134/2016

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LOCAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato 2135, de 06 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: VITOR CÉSAR MARTINS BATISTA - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 22/2013/ORLE/SOR - ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA. ESPÉCIE: Termo de Autorização decorrente de autorização conferida por intermédio do Ato Anatel nº 2912, de 14 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2013. OBJETO: Exploração do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. DATA DA ASSINATURA: 4 de junho de 2013.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: VITOR CESAR MARTINS BATISTA - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 135/2016

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTANCIA NACIONAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato 2135, de 06 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: VITOR CÉSAR MARTINS BATISTA - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 161/2016/ORLE/SOR - ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e SAMPAIO & SAMPAIO PROVEDORES DE INTERNET LTDA - ME. ESPÉCIE: Termo de Autorização decorrente de autorização conferida por intermédio do Ato Anatel nº 1706, de 11 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 01 de agosto de 2016. OBJETO: Exploração do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC. DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2016.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: RITA DE CASSIA ALMEIDA SAMPAIO - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 136/2016 - ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTANCIA INTERNACIONAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato 2135, de 06 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016.
SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação
Pela AUTORIZADA: VITOR CÉSAR MARTINS BATISTA - Sócio Administrador.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 162/2016 - ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e SAMPAIO & SAMPAIO PROVEDORES DE INTERNET LTDA - ME. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTANCIA INTERNACIONAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato 1707, de 11 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 01 de agosto de 2016.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Entidade: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

CNPJ nº: 12.067.450/0001-80

FISTEL nº: 50414541162

Localidade: Teresina/PI

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 29/07/2020

Período: 27/07/2018 a 27/07/2028

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial. (**Adaptada**)
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Petição 5744516 Págs. 2-3 e Petições 10349593 10424225	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Checklist: 10360266

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 98

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	



i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petições 10349593 10424225	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560262 Págs. 1-4	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10349597 Pág. 2	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Petição 10486857 Pág. 4	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560264 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F Anexo 10560264 Pág. 4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E Petição 10349597 Pág. 8		
		M Petição 10560264 Pág. 5		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560262 Pág. 5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS Anexo 10560264 Pág. 4	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS Anexo 10560264 Pág. 2		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

Checklist 10560260

SEI 53119.003346/2020-80 / pg. 100

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560264 Pág. 3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplicar	Petição 10486857 ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA Pág. 10 RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA Pág. 11	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Anexo 10560262 Pág. 11	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	E-mail 10411770	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Checklist 10560260

SEI 53119.003346/2020-80 / pg. 101

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

<p>14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	
<p>15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 14/12/2022, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 102

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10560266** e o código CRC **2423509A**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI nº 10560266



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 103

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Chapada do Corisco Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 12.067.450/0001-80**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao **FISTEL nº 50414541162**, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio do Ofício nº 24104/2022/SEI-MCOM, acompanhado da Nota Técnica nº 14171/2022/SEI-MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à referida pessoa jurídica a complementação da instrução processual (SEI 10411251 e 10411270). Em resposta, enviou-se a documentação colacionada no Protocolo nº 53115.028602/2022-14, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem este procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão.

ANÁLISE

5. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 18770 (16580273)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 104

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

8. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Chapada do Corisco Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988 (SEI 10560293 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988 (SEI 10560293 - Págs. 2-5).

9. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 10560293 - Págs. 6-9).

10. Concernente ao período de **1998-2008**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 19 de agosto de 1998, gerando o protocolo nº 53760.000341/1998-81, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente à época, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de janeiro de 1998 a 27 de abril de 1998. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em junho de 2008. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.



11. Tendo em vista a ausência de pedido tempestivo da entidade para o período de **2008-2018**, foi instaurado, por impulso oficial, o processo de revisão da outorga nº 53000.056631/2008-13. Ocorre que a entidade, no curso daquele feito, apresentou o requerimento de renovação, no dia 22 de dezembro de 2016, por meio do protocolo nº 01250.010778/2016-13. No entanto, o decênio venceu antes que houvesse decisão da autoridade competente quanto ao pedido de renovação.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **29 de julho de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 5744516 - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018.

16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos para os períodos de **1998-2008, 2008-2018 e 2018-2028**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

18. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10560266). Os documentos foram conhecidos, para fins de



posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

19. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

20. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 10560266).

21. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 9 de dezembro de 2022 (SEI 10560262 - Págs. 1-4).

22. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima e a sócia Eliane Silva Nogueira Lima não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

23. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10560262 - Págs. 8-10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10411770).

24. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 18770 (16580273)

SEI 537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf/2020-80 / pg. 107

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10560266).

25. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

26. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de



funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2018, com validade até 27 de julho de 2028 (SEI 10560262 - Págs. 7 e 11).

30. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que dará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, **lação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

Nota Técnica 18770 (16580273)

SEI 53115.003346/2020-80 / pg. 109

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 14/12/2022, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 14/12/2022, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 14/12/2022, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 14/12/2022, às 17:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10560273** e o código CRC **3F16FAAA**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 18770 (10560273)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 110

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI nº 10560273



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 18770 (10560273)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 111

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Ofício Interno nº 28778/2022/MCOM

Brasília, 14 de dezembro de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 18965/2022/SEI-MCOM (10565165)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 18965/2022/SEI-MCOM (10565165), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

William Ivo Koshevnikoff Zambelli
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Secretário de Radiodifusão substituto**, em 14/12/2022, às 19:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10569077** e o código CRC **1351DFF1**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 28778/2022/MCOM - Processo nº 53115.003348/2020-80 - Nº SEI: 10569077



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 112

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.003348/2020-80

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado)

EMENTA: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Inexistência óbice legal. Renovação da outorga anteriormente concedida. Encaminhamento à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 28778/2022/MCOM, a extinta Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53115003348/2020-80, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.
2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos anteriores, que o Presidente da República, por meio do Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de junho de 1988. Posteriormente, foi firmado o contrato de permissão, que foi publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 27 de julho de 1988 (Doc. nº 10560293 - SEI).
3. Verifica-se da documentação acostada aos autos do Processo Administrativo que houve a adaptação da mencionada outorga com a finalidade de que fosse prestado o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, sendo celebrado termo aditivo para tanto, o qual foi publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 229, de 30 de novembro de 2016 (Doc. nº 10560293 - SEI).
4. A Rádio Chapada do Corisco Ltda apresentou requerimento de renovação da outorga em 29 de julho de 2020, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028. (Doc. nº 5744516 - SEI).
5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 10560273 - parte final - SEI).
6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO RÁDIODIFUSÃO SONORA

7. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, encontra-se disciplinada pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 5.785, de 23 de junho 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com mudanças promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, pelo Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
8. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, inclusive no que concerne à possibilidade de renovação da outorga concedida, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Arte. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional especializa o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

53115.003348/2020-80 / pg. 113



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

forma dos parâmetros anteriores.

4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para como emissoras de rádio e de quinze para como cancelamento de televisão.

Arte. 224. Para fazer o sucesso neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 4.117, DE AGOSTO DE 1962

Art. 67. (...)

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade e o técnico interesse público em sua existência. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967\)](#)

LEI Nº 5.785, DE 23 DE JUNHO DE 1972

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º As entidades com o serviço em funcionamento em caráter precário mantêm as mesmas condições dele decorrentes. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput deste artigo serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no [art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#), acompanhado da documentação prevista. [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o **caput** serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no **caput** e § 1º. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. [\(Incluído pela Lei nº 10.804, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - revogado

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - revogado

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - revogado

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Lei 53115.003348/2020-80 / pg. 114

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#) [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

DECRETO Nº 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Art. 5º Os processos de pedido de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação deste Decreto cujo requerimento esteja pendente de decisão serão instruídos conforme o disposto no [art. 113 do Decreto nº 52.795, de 1963](#).

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos processos cuja decisão tenha sido tomada.

9. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, deve ser realizada à luz do que dispõe as normas acima mencionadas.

II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RÁDIOFUSÃO

10. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

11. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM, manifestou-se nos seguintes termos a respeito do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, apresentado pela Rádio Chapada do Corisco Ltda (Doc. nº 10560273 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Chapada do Corisco Ltda**, inscrita no CNPJ nº **12.067.450/0001-80**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao **FISTEL nº 50414541162**, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio do Ofício nº 24104/2022/SEI-MCOM, acompanhado da Nota Técnica nº 14171/2022/SEI-MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à referida pessoa jurídica a complementação da instrução processual (SEI [10411251](#) e [10411270](#)). Em resposta, enviou-se a documentação colacionada no Protocolo nº [53115.028602/2022-14](#), o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem este procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão.

5.bÉ cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

(...)

7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em respeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 115

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

8. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Chapada do Corisco Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988 (SEI [10560293](#) - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988 (SEI [10560293](#) - Págs. 2-5).
9. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI [10560293](#) - Págs. 6-9).
10. Concernente ao período de **1998-2008**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 19 de agosto de 1998, gerando o protocolo nº [53760.000341/1998-81](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorreria após o prazo legal vigente à época, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de janeiro de 1998 a 27 de abril de 1998. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em junho de 2008. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.
11. Tendo em vista a ausência de pedido tempestivo da entidade para o período de **2008-2018**, foi instaurado, por impulso oficial, o processo de revisão da outorga nº [53000.056631/2008-13](#). Ocorre que a entidade, no curso daquele feito, apresentou o requerimento de renovação, no dia 22 de dezembro de 2016, por meio do protocolo nº [01250.010778/2016-13](#). No entanto, o decênio venceu antes que houvesse decisão da autoridade competente quanto ao pedido de renovação.
12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.
13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.
14. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.
15. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **29 de julho de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI [5744516](#) - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorreria após o prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018.
16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos para os períodos de **1998-2008**, **2008-2018** e **2018-2028**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:
- (...)
17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.
18. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [10560266](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
- (...)
19. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorreria no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
20. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [10560266](#)).
21. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 9 de dezembro de 2022 (SEI [10560262](#) - Págs. 1-4).
22. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima e a sócia Eliane Silva Nogueira Lima não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
23. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10560262](#) - Págs. 8-10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em



trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10411770](#)).

24. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10560266](#)).

25. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

26. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2018, com validade até 27 de julho de 2028 (SEI [10560262](#) - Págs. 7 e 11).

30. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

12. Portanto, infere-se que a extinta SERAD manifestou-se no sentido de que não existe impedimento técnico para que haja renovação da outorga concedida para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

13. Vale destacar que a mencionada Secretaria esclareceu que o referido pedido foi apresentado de forma intempestiva, porém o art. 2º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022, permitiu que os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, fossem conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo

14. **Com efeito, não obstante a apresentação intempestiva do pedido de renovação da outorga (no dia 29 de julho de 2020), tem-se que existe previsão legal expressa no sentido de permitir o conhecimento do pleito de renovação, razão pela qual não existe óbice jurídico para que seja conhecido o pedido de renovação da outorga da Rádio Chapada do Corisco Ltda, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.**

15. No que se refere ao limite de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a extinta SERAD informou que o quantitativo de outorgas está dentro da previsão normativa, tanto no que se refere aos sócios, quanto aos dirigentes (vide itens 21 da NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM).

16. O check-list, elaborado pela referida Secretaria, informa que a referida entidade apresentou os seguintes documentos exigidos, dentre outros (Doc. nº 10560273 -SEI): i) requerimento de renovação de outorga; ii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; iii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iv) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; v) certidões de regularidade perante as fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; vi) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; vii) certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; viii) Comprovação pelos dirigentes da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

17. **É oportuno registrar que a NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM não faz referência ao decreto legislativo, editado pelo Congresso Nacional, que trata da emissão da outorga da permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora, pelo que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deve adotar as medidas cabíveis para informar o ato do Poder Legislativo que ratificou a outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.**

18. Vale esclarecer, ainda, que a renovação da permissão para execução do serviço de radiodifusão será efetivada com a ativa assinatura do termo aditivo ao contrato, conforme a redação do art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, vado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

SEI nº: 0001772022/CONJUR-MCOM/CEJ/ADU (10613345)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 117



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

19. Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, renovando a permissão à citada entidade; ii) encaminhamento à Presidência da República para subscrição da minuta de exposição de motivos; iii) submissão da matéria ao Congresso nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iv) e elaboração do termo aditivo ao contrato.

20. Face ao exposto e após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda.

III – CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.; ii)) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela extinta SERAD , estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), **sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.**

22. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

23. A minuta de portaria acostada aos autos do Processo Administrativo deve ser ajustada em razão da alteração recente do Ministro de Estado das Comunicações, uma vez que o Sr. Fábio Salustino Mesquita de Faria foi exonerado (vide Decreto de 20 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 239, de 21 de dezembro de 2022) e o Sr. Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho foi nomeado Ministro de Estado desta Pasta (vide Decreto de 01 de Janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União - DOU Edição Especial, de 01 de Janeiro de 2023).

24. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (extinta Secretaria de Radiodifusão) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria à Presidência da República e ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115003348202080 e da chave de acesso 251fc804



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1067967536 e chave de acesso 251fc804 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-01-2023 09:14. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

CEI 53115.003348/2020-80 / pg. 118

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00023/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.003348/2020-80

INTERESSADOS: RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo o **PARECER n. 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115003348202080 e da chave de acesso 251fc804



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1068329052 e chave de acesso 251fc804 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-01-2023 13:12. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Despacho n. 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10615549) SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 119

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: **53115.003348/2020-80**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10615349), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/01/2023, às 16:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10620697** e o código CRC **3037F942**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI-MCOM nº 10620697



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Despacho 10620697

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 120

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

DESPACHO

Processo nº: 53115.003348/2020-80

Referência: Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10615349)

Interessado: Rádio Chapada do Corisco Ltda

Assunto: Renovação de Outorga. Consulta Conjur. Devolução dos autos.

À CGPO

De ordem do Diretor Substituto, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós Outorgas (CGPO) para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10615349) e providências cabíveis.

Brasília, 11 de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Muniz**, Assessor, em 11/01/2023, às 16:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10620717** e o código CRC **FC1A2039**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI-MCOM nº 10620717



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 121

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Acesso à InformaçãoBRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	12.067.450/0001-80

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 04224989123 - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 09/02/2024

Hora: 16:09:34



537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		12.067.450/0001-80									
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		131.430.003-25									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA	131.430.003-25	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	3960	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina

Usuário: 04224989123 - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 09/02/2024

Hora: 16:09:14



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco
Sistemas
Interativos

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		453.928.973-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA	453.928.973-04	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PI	Teresina
		RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	12.067.450/0001-80	Sócio	40	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Teresina



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

CNPJ: 12.067.450/0001-80

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:11:05 do dia 09/02/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/03/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

ANEXO ANATEL - Atualizado (17568810) - 52153113.000046/2020-80 / pg. 126



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por:

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data/Hora:

09/02/2024 16:12:15

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade:	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA			Nº FISTEL:	50414541162
Serviço:	230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada			CNPJ/CPF:	12067450000180
Situação:	Não licenciada	Data Validade:		CADIN:	Não
Incid. FUST:		Data Início Operação Comercial:		Div. Ativa:	Não
Integral	UF:	PI	Proc. Caducidade:	Não	Tipo Usuário:
End. Sede:	Avenida Deputado Paulo Ferraz 1940			Bairro:	Beira Rio
Município:	Teresina	CEP:	64075-535	UF:	PI
End. Corresp.:				Bairro:	
Município:		CEP:		UF:	

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	26/06/2018	R\$ 342,47	25/07/2018	378,66	378,66	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	19/09/2018	R\$ 4.600,00	18/09/2018	4.600,00	4.600,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.518,00	01/03/2021	1.947,62	1.947,62	0003	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 230,00	01/03/2021	295,09	295,09	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.518,00	01/09/2020	1.518,00	1.518,00	0007		
					31/03/2021	24,28	24,28		Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 230,00	01/09/2020	230,00	230,00	0008		
					01/03/2021	3,68	3,68		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.518,00	05/04/2023	2.122,30	2.122,30	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 230,00	05/04/2023	321,56	321,56	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 1.518,00	29/03/2022	1.518,00	1.518,00	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 230,00	29/03/2022	230,00	230,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.518,00	31/03/2023	1.518,00	1.518,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 230,00	31/03/2023	230,00	230,00	0014	Quitado	0,00
Total devido em 09/02/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 09/02/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/p3/c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Anexo ANATEL - Atualizado (17/06/2019)

SLF 53115-009348/2020-80 / pg. 128

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMODULO=3761

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/p3/c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

Anexo ANATEL - Atualizado (17/06/2019)

SLF53115-009348/2020-80 / pg. 129



SRD - Licenciamento

Version 1.0

[Canais](#) [Solicitações](#) [Canais Excluídos](#) [Consulta Histórico](#)

Todos

+ RTV/RTVD Secundário

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar | Salvar Filtro/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Específico	Finalidade	Caráter	Fase	Município	UF
Editar dados da Outorga	(FM-C4) Canal Licenciado	12067450000180	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	50414541162	248	97.5	A2	230	FM		(Todas)	P	2	Teresina	PI



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf>

Anexo ANATEL - Atualizado (11308810)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 130

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA				CNPJ 12067450000180	
Nº DA ESTAÇÃO 1004515194	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 5° 03' 18.00" S	LONGITUDE 42° 44' 48.98" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua Maria Antônia Burlamarque, nº s/n.				DISTRITO	
BAIRRO Samapi				MUNICÍPIO Teresina	UF PI

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	27/07/2028				
LOCALIDADE PLANO BASICO:					
MUNICÍPIO:	Teresina	UF:	PI		
LOCALIDADE:					
FREQUENCIA:	97.5 MHz	CANAL:	248		
CLASSE:	A2	COTA BASE DA TORRE:	134.1		
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYL229				
NOME FANTASIA:	CBN TERESINA	NUMPROCESSO:			
CIDADE DA OUTORGA:	Teresina				
ESTUDIO PRINCIPAL					
ENDEREÇO:	Av. Deputado Paulo Ferraz	BAIRRO:	Beira Rio		
MUNICÍPIO:	Teresina	UF:	PI		
NUMERO:	1940	COMPLEMENTO:			
ESTUDIO AUXILIAR					
ENDEREÇO:					
MUNICÍPIO:	-	UF:			
NUMERO:		COMPLEMENTO:			
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal				
TIPO:	Diretivo				
TRANSMISSOR PRINCIPAL					
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos	MODELO:	SP5000A ágil		
CÓDIGO:	Eletrônicos Ltda	POTÊNCIA:	10 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR	002480300528	MODELO:			
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	kW		
CÓDIGO:		MODELO:			
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	kW		
FABRICANTE:		MODELO:	DRU 8 248		
CÓDIGO:		GANHO:	9.03 dBd		
ANTENA PRINCIPAL		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	60 graus		
FABRICANTE:		BEAM TILT:	0 graus		
POLARIZAÇÃO:	Vertical	MODELO:			
DESCRIÇÃO:	8 elementos	GANHO:	dBd		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	75 m	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus		
ANTENA AUXILIAR		BEAM TILT:	graus		
FABRICANTE:		MODELO:	LCF 158 50A		
POLARIZAÇÃO:		MODELO:			
DESCRIÇÃO:					
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m				
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL					
FABRICANTE:					
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR					
FABRICANTE:					
RDS					
Código PI:					

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 09/02/2024 17:13:34

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA**

CPF/CNPJ: **12.067.450/0001-80**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:17:14 do dia 09/02/2024 , com validade até o dia 10/03/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: HIUE6DL5oWFnuZjttIGl

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.067.450/0001-80 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 21/01/1988</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CHAPADA DO CORISCO</div>	<div>PORTE ME</div>
--	-------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
73.11-4-00 - Agências de publicidade
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

<div>LOGRADOURO AV DEPUTADO PAULO FERRAZ</div>	<div>NÚMERO 1940</div>	<div>COMPLEMENTO 3 ANDAR SALA 05</div>
--	----------------------------	--

<div>CEP 64.075-535</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO BEIRA RIO</div>	<div>MUNICÍPIO TERESINA</div>	<div>UF PI</div>
-------------------------------	--	-----------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO contalger@contalger.com.br</div>	<div>TELEFONE (86) 3217-7799</div>
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/02/2024 às 16:48:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Anexo CNPJ (11500006)

SEI 53719:003546/2020-80 / pg. 133



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 2351/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO.

VIABILIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Chapada do Corisco Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 12.067.450/0001-80**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao **FISTEL nº 50414541162**, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio da Nota Técnica nº 18.770/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 28.778/2022/MCOM e do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão - SERAD e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da supramencionada outorga (SEI 10560273, 10569077 e SEI 10615349).

3. Ocorre que, por ocasião do referido Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a unidade consultiva condicionou o prosseguimento do feito à observância do item 17 da manifestação jurídica, a saber:

(...) 17. É oportuno registrar que a NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM não faz referência ao decreto legislativo, editado pelo Congresso Nacional, que trata da emissão da outorga da permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora, pelo que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deve adotar as medidas cabíveis para informar o ato do Poder Legislativo que ratificou a outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.

(...)

20. Face ao exposto e após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda.

III - CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: **i) após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028;** ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela extinta SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 2351 (11366815)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 134

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), **sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.**

4. Eis a síntese dos principais fatos.

ANÁLISE

5. Em atenção ao item 17 do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, procedeu-se consulta ao Diário Oficial da União, bem como à pasta cadastral da pessoa jurídica, e não foi localizado nenhum ato que ratificasse o ato de outorga conferida à Rádio Chapado do Corisco Ltda.

6. **Ressalta-se que, conforme já relatado na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, a concessão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média foi conferida pelo Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988, e o extrato do contrato foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988. Oportuno destacar que, conforme art. 2º do mencionado Decreto nº 96.206/1988, os efeitos do ato estavam condicionados à celebração do respectivo contrato de concessão no prazo de 60 (sessenta) dias, de modo que não houve qualquer referência à necessidade de aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.**

7. **Desta forma, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para que esclareça se há obrigatoriedade de chancela pelo Congresso Nacional dos atos de outorga praticados antes da promulgação da atual Constituição Federal, levando-se em consideração os dispositivos legais em vigor à época.**

8. Além disso, em complementação à Nota Técnica nº 18.770/2022/SEI-MCOM, registra-se que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 9 de fevereiro de 2024 (SEI 11368810 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11368810 - Págs. 6-8). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

9. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11368866).

10. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – das à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas*



condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, em complementação à em complementação à Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, e nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, desde que a unidade consultiva se manifeste favoravelmente quanto ao questionamento formulado nos itens 6 e 7 desta Nota Técnica.

CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

13. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, especialmente no que tange ao questionamento formulado nos itens 6 e 7 da presente Nota Técnica; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

14. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

15. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 2331 (11366815)

SEI 53115.005548/2020-80 / pg. 136

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11368815** e o código CRC **8B567755**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11368884)
- Minuta de Exposição de Motivos (11368905)

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11368815



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 2591 (11368815)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 137

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18.770/2022/SEI-MCOM e nº 2.351/2024/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Minuta de Exposição de Motivos (P1366505)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 138

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11368905** e o código CRC **D7FB0C00**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11368905



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Minuta de Exposição de Motivos (P1368905)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 139

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Rádio Chapada do Corisco Ltda, inscrita no CNPJ nº 12.067.450/0001-80, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao FISTEL nº 50414541162, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio da Nota Técnica nº 18.770/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 28.778/2022/MCOM e do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão - SERAD e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da supramencionada outorga (SEI 10560273, 10569077 e SEI 10615349).

3. No entanto, a unidade consultiva condicionou o prosseguimento do feito à observância do item 17 da manifestação jurídica, a saber:

(...) 17. É oportuno registrar que a NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM não faz referência ao decreto legislativo, editado pelo Congresso Nacional, que trata da emissão da outorga da permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora, pelo que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deve adotar as medidas cabíveis para informar o ato do Poder Legislativo que ratificou a outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.

(...)

20. Face ao exposto e após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda.

III - CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: **i) após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.**; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela extinta SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica verificar a existência de eventual erro material; iii)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf> / pg. 140

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

4. Na sequência, editou-se a Nota Técnica nº 2351/2024/SEI-MCOM, recomendando a devolução dos autos à Consultoria Jurídica, para que esclarecesse se, de fato, há obrigatoriedade legal de chancela pelo Congresso Nacional dos atos de outorga praticados antes da promulgação da atual Constituição Federal.

5. Ocorre que, após reunião realizada entre a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, na data de 20 de fevereiro de 2024, ficou definido que a consideração feita no item 17 do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU não obstaculiza a renovação de outorga, por não ter sido encontrada exigência legal, para que o Congresso Nacional aprovasse atos de outorga editados antes da Constituição Federal, de 1988. Assim, os autos foram restituídos à área de análise no dia 26 de fevereiro de 2024, conforme consta do andamento processual.

6. Em pesquisa à legislação em vigor à época da edição do Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988 – por meio do qual foi outorgado o serviço de radiodifusão em tela –, não foi encontrada nenhuma obrigação legal ou constitucional, para que o Congresso Nacional aprovasse aquele ato.

7. Oportuno destacar que, conforme art. 2º do mencionado Decreto nº 96.206/1988, os efeitos do ato estavam condicionados à celebração do respectivo contrato de concessão no prazo de 60 (sessenta) dias, de modo que não houve qualquer referência à necessidade de eventual aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

8. Logo, entende-se que a consideração feita no item 17 do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU não se aplica no caso em apreço.

9. Sendo assim, sugere-se a restituição dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, reencaminhe os autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação.

10. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

11. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390042** e o código CRC **C6D7377A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11390042



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Despacho 11390042

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 142

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.003348/2020-80,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 12.067.450/0001-80, número de inscrição no FISTEL nº 50414541162, a partir de 27 de julho de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Minuta de Portaria (1136884)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 143

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11368884** e o código CRC **9ADCED87**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11368884

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Minuta de Portaria (1136884)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 144

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18.770/2022/SEI-MCOM e nº 2.351/2024/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Minuta de Exposição de Motivos (P1990068)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 145

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 26/02/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390068** e o código CRC **D820A3DC**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11390068



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Minuta de Exposição de Motivos (11390068)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 146

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12677, DE 21 DE MARÇO DE 2024

A **MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA**, conforme dispõe o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.003348/2020-80,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 12.067.450/0001-80, número de inscrição no FISTEL nº 50414541162, a partir de 27 de julho de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 16/04/2024, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11435671** e o código CRC **6A24AAD9**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11435671



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 21 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18770/2022/SEI-MCOM e nº 2351/2024/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12677, de 21 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 16/04/2024, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11435703** e o código CRC **B2BDED61**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11435703



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Exposição de Motivos 236 (11435703) - SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 148

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48507/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 47984/2024 (11413038) e a Exposição de Motivos nº 236/2024 (11435703)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREP_MCOM (11390068, encaminho a Portaria nº 47984/2024 (11413038) e a Exposição de Motivos nº 236/2024 (11435703), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 10/04/2024, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11435774** e o código CRC **C174CEBC**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11435774



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Ofício Interno 48507 (11435774)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 149


537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 17/04/2024 13:05:09
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10280477
Data prevista de publicação: 18/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21553031	ATO Portaria MCOM NA 12677.rtf	46f4e7252afc854073a623022e43d2e9	9,00	R\$ 350,28
21553032	ATO Portaria MCOM NA 12854.rtf	16256ebd77657d3990d1ceadf1053fd8	9,00	R\$ 350,28
21552963	ATO Portaria MCOM NA 12838.rtf	1466852fb015bd8fea1df56abea20e35	11,00	R\$ 428,12
21552964	ATO Portaria MCOM NA 12856.rtf	de39142d44e649861744d0c24738392b	8,00	R\$ 311,36
21552965	ATO Portaria MCOM NA 12846.rtf	d7cf2120dcdfef3031cfd05b2054fcdfa	10,00	R\$ 389,20
21552966	ATO Portaria MCOM NA 12839.rtf	7e89e788df3caa05c9260ec4abfda998	10,00	R\$ 389,20
21553027	ATO Portaria MCOM NA 12840.rtf	1a3bff68b0f91e6dd47999e8dc2916a0	10,00	R\$ 389,20
21553028	ATO Portaria MCOM NA 12837.rtf	06b402e3cd4f8dad30b7f350aab0d6f3	10,00	R\$ 389,20
21553029	ATO Portaria MCOM NA 12848.rtf	8d870ef45d0b371bcddbda4f3ab9983	8,00	R\$ 311,36
21553030	ATO Portaria MCOM NA 12857.rtf	bde2343ebc17984608bc3f84f61720fd	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			93,00	R\$ 3.619,56

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/04/2024 | Edição: 76 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.677, DE 21 DE MARÇO DE 2024 (*)

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme dispõe o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.003348/2020-80, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 12.067.450/0001-80, número de inscrição no FISTEL nº 50414541162, a partir de 27 de julho de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

N. da Codou: Republicada por ter saído no DOU de 18/4/2024, Seção 1, pag. 45, com incorreção.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac53e88d7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA	
Nome Fantasia: CBN TERESINA	
Telefone: (86) 3217-7799	E-mail: cbnteresinaradio@gmail.com
CNPJ: 12.067.450/0001-80	Número do Fistel: 50414541162
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 27/07/1988	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 27/07/2028	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Maria Antônia Burlamarque	Complemento:	
Bairro: Samapi	Numero: s/n	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Deputado Paulo Ferraz	Complemento:	
Bairro: Beira Rio	Numero: 1940	
Município: Teresina	UF: PI	CEP: 64075535

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Teresina	UF: PI

Parâmetros Técnicos			
Canal: 248	Frequência: 97.5 MHz	Classe: A2	ERP Máxima: 63.2528kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004515194	Número Indicativo: ZYL229
Data Último Licenciamento: 21/09/2018	Número da Licença: 53500.037484/2018-13



24/14/04/28 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.autenticidade.assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Relatório Canal 248 FM - Teresina PI - Renovação (11484585) - 53115.003348/2020-80 / pg. 152

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 0	Longitude: 0	Cota da base: 134.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP5000A ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 10 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158 50A	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU 8 248	Fabricante:				
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 60 °	Polarização: Vertical	HCI: 75 m	ERP Máxima: 63.25 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	5°: 0.96	10°: 0.82	15°: 0.69	20°: 0.57	25°: 0.45	30°: 0.35	35°: 0.26	40°: 0.18	45°: 0.11	50°: 0.05	55°: 0.01
60°: 0	65°: 0.01	70°: 0.05	75°: 0.11	80°: 0.18	85°: 0.26	90°: 0.35	95°: 0.45	100°: 0.57	105°: 0.69	110°: 0.82	115°: 0.96
120°: 1.11	125°: 1.27	130°: 1.44	135°: 1.62	140°: 1.8	145°: 1.98	150°: 2.16	155°: 2.34	160°: 2.52	165°: 2.71	170°: 2.89	175°: 3.06
180°: 3.22	185°: 3.38	190°: 3.53	195°: 3.68	200°: 3.81	205°: 3.92	210°: 4.01	215°: 4.08	220°: 4.12	225°: 4.14	230°: 4.15	235°: 4.15
240°: 4.15	245°: 4.15	250°: 4.15	255°: 4.14	260°: 4.12	265°: 4.08	270°: 4.01	275°: 3.92	280°: 3.81	285°: 3.68	290°: 3.53	295°: 3.38
300°: 3.22	305°: 3.06	310°: 2.89	315°: 2.71	320°: 2.52	325°: 2.34	330°: 2.16	335°: 1.98	340°: 1.8	345°: 1.62	350°: 1.44	355°: 1.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 63.25 kW

RDS	
Código PI:	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
290000088321987	96206	Decreto	PR	22/06/1988	23/06/1988	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250018875201735	925	Despacho	MCTIC	28/06/2017	12/07/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291150000241991	60591	Despacho	MC	06/05/1991		Advertência	Jurídico
537600002431996	89	Portaria	MC	20/04/1999	04/05/1999	Multa	Jurídico
53500.014991/2018-71	2971	Ato	ORLE	19/04/2018	07/05/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115003348202080	12677	Portaria	MC	21/03/2024	19/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49799/2024/MCOM

Brasília, 19 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11435703)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho_MCOM (11390042), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 236/2024 (11435703), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/04/2024, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11485051** e o código CRC **D833CE8F**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11485051



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Ofício Interno 49799 (11485051)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 155

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Brasília, 22 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18770/2022/SEI-MCOM e nº 2351/2024/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12677, de 21 de março de 2024, publicada em 19 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Exposição de Motivos nº 00358/2024 MCOM (11488021) - SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 156

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 14231/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.003348/2020-80.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/04/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11488507** e o código CRC **CDFA9DC7**.

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11488507



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Ofício 14231 (11488507)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 157

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Brasília, 22 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 18770/2022/SEI-MCOM e nº 2351/2024/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12677, de 21 de março de 2024, publicada em 19 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA. (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 2351/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO.

VIABILIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Chapada do Corisco Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 12.067.450/0001-80**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao **FISTEL nº 50414541162**, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio da Nota Técnica nº 18.770/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 28.778/2022/MCOM e do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão - SERAD e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da supramencionada outorga (SEI 10560273, 10569077 e SEI 10615349).

3. Ocorre que, por ocasião do referido Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a unidade consultiva condicionou o prosseguimento do feito à observância do item 17 da manifestação jurídica, a saber:

(...) 17. É oportuno registrar que a NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM não faz referência ao decreto legislativo, editado pelo Congresso Nacional, que trata da emissão da outorga da permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora, pelo que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deve adotar as medidas cabíveis para informar o ato do Poder Legislativo que ratificou a outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.

(...)

20. Face ao exposto e após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda.

III - CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: **i) após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028;** ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela extinta SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocamara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 2351 (14368815)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 1

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), **sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.**

4. Eis a síntese dos principais fatos.

ANÁLISE

5. Em atenção ao item 17 do Parecer nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, procedeu-se consulta ao Diário Oficial da União, bem como à pasta cadastral da pessoa jurídica, e não foi localizado nenhum ato que ratificasse o ato de outorga conferida à Rádio Chapado do Corisco Ltda.

6. **Ressalta-se que, conforme já relatado na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, a concessão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média foi conferida pelo Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988, e o extrato do contrato foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988. Oportuno destacar que, conforme art. 2º do mencionado Decreto nº 96.206/1988, os efeitos do ato estavam condicionados à celebração do respectivo contrato de concessão no prazo de 60 (sessenta) dias, de modo que não houve qualquer referência à necessidade de aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.**

7. **Desta forma, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para que esclareça se há obrigatoriedade de chancela pelo Congresso Nacional dos atos de outorga praticados antes da promulgação da atual Constituição Federal, levando-se em consideração os dispositivos legais em vigor à época.**

8. Além disso, em complementação à Nota Técnica nº 18.770/2022/SEI-MCOM, registra-se que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 9 de fevereiro de 2024 (SEI 11368810 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11368810 - Págs. 6-8). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

9. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11368866).

10. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – das à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

Nota Técnica 2331 (11368813)

SEI 93113-003348/2020-80 / pg. 2

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, em complementação à em complementação à Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, e nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, desde que a unidade consultiva se manifeste favoravelmente quanto ao questionamento formulado nos itens 6 e 7 desta Nota Técnica.

CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

13. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, especialmente no que tange ao questionamento formulado nos itens 6 e 7 da presente Nota Técnica; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

14. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

15. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf> Nota Técnica 2331 (14368813) SEI 93113-005348/2020-80 / pg. 3

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 09/02/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11368815** e o código CRC **8B567755**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11368884)
- Minuta de Exposição de Motivos (11368905)

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

Documento nº 11368815



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.003348/2020-80

INTERESSADA: RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Chapada do Corisco Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 12.067.450/0001-80**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao **FISTEL nº 50414541162**, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio do Ofício nº 24104/2022/SEI-MCOM, acompanhado da Nota Técnica nº 14171/2022/SEI-MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à referida pessoa jurídica a complementação da instrução processual (SEI 10411251 e 10411270). Em resposta, enviou-se a documentação colacionada no Protocolo nº 53115.028602/2022-14, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem este procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão.

ANÁLISE

5. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 18770/2022/SEI-MCOM

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 1

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

8. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Chapada do Corisco Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988 (SEI 10560293 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988 (SEI 10560293 - Págs. 2-5).

9. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 10560293 - Págs. 6-9).

10. Concernente ao período de **1998-2008**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 19 de agosto de 1998, gerando o protocolo nº 53760.000341/1998-81, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente à época, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de janeiro de 1998 a 27 de abril de 1998. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em junho de 2008. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.



11. Tendo em vista a ausência de pedido tempestivo da entidade para o período de **2008-2018**, foi instaurado, por impulso oficial, o processo de revisão da outorga nº 53000.056631/2008-13. Ocorre que a entidade, no curso daquele feito, apresentou o requerimento de renovação, no dia 22 de dezembro de 2016, por meio do protocolo nº 01250.010778/2016-13. No entanto, o decênio venceu antes que houvesse decisão da autoridade competente quanto ao pedido de renovação.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **29 de julho de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 5744516 - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018.

16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos para os períodos de **1998-2008, 2008-2018 e 2018-2028**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

18. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10560266). Os documentos foram conhecidos, para fins de



posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

19. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

20. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 10560266).

21. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 9 de dezembro de 2022 (SEI 10560262 - Págs. 1-4).

22. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima e a sócia Eliane Silva Nogueira Lima não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

23. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10560262 - Págs. 8-10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10411770).

24. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 18770 (10560273)

SEI 93115.003348/2020-80 / pg. 4

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10560266).

25. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

26. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de



funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2018, com validade até 27 de julho de 2028 (SEI 10560262 - Págs. 7 e 11).

30. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que dará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, **laçada pelo Decreto nº 9.138/2017.**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf>

Nota Técnica 18770 (10560273)

SEI 93115.000348/2020-80 / pg. 6

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bffa93bf

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 14/12/2022, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 14/12/2022, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 14/12/2022, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 14/12/2022, às 17:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10560273** e o código CRC **3F16FAAA**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf>

Nota Técnica 18770 (10560273)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 7

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bfff93bf

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, a concessão outorgada à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA (CNPJ nº 12.067.450/0001-80), nos termos do Decreto nº 96.206, datado em 22 de junho de 1988, publicado em 23 de junho de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI nº 10560273



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

Nota Técnica 18770 (10560273)

SEI 53115.003348/2020-80 / pg. 8

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/04/2024 | Edição: 76 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.677, DE 21 DE MARÇO DE 2024 (*)

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme dispõe o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.003348/2020-80, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 12.067.450/0001-80, número de inscrição no FISTEL nº 50414541162, a partir de 27 de julho de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, estado do Piauí.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

N. da Codou: Republicada por ter saído no DOU de 18/4/2024, Seção 1, pág. 45, com incorreção.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-12-677-de-21-de-marco-de-2024-555173454

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.003348/2020-80

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado)

EMENTA: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Inexistência óbice legal. Renovação da outorga anteriormente concedida. Encaminhamento à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 28778/2022/MCOM, a extinta Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53115003348/2020-80, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.
2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos anteriores, que o Presidente da República, por meio do Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de junho de 1988. Posteriormente, foi firmado o contrato de permissão, que foi publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 27 de julho de 1988 (Doc. nº 10560293 -SEI).
3. Verifica-se da documentação acostada aos autos do Processo Administrativo que houve a adaptação da mencionada outorga com a finalidade de que fosse prestado o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, sendo celebrado termo aditivo para tanto, o qual foi publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 229, de 30 de novembro de 2016 (Doc. nº 10560293 - SEI).
4. A Rádio Chapada do Corisco Ltda apresentou requerimento de renovação da outorga em 29 de julho de 2020, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028 . (Doc. nº 5744516 - SEI).
5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 10560273 - parte final - SEI).
6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO RADIODIFUSÃO SONORA

7. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, encontra-se disciplinada pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 5.785, de 23 de junho 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com mudanças promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, pelo Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, pelo Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.
8. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, inclusive no que concerne à possibilidade de renovação da outorga concedida, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Arte. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional especializa o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, na



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

forma dos parâmetros anteriores.

4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para como emissoras de rádio e de quinze para como cancelamento de televisão.

Arte. 224. Para fazer o sucesso neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 4.117, DE AGOSTO DE 1962

Art. 67. (...)

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade e o técnico interesse público em sua existência. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967\)](#)

LEI Nº 5.785, DE 23 DE JUNHO DE 1972

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º As entidades com o serviço em funcionamento em caráter precário mantêm as mesmas condições dele decorrentes. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no caput deste artigo serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no [art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#), acompanhado da documentação prevista. [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º As pessoas jurídicas que não apresentarem requerimento de renovação no prazo a que se refere o caput serão notificadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que se manifestem sobre o interesse na renovação no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e § 1º. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.804, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - revogado

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - revogado

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - revogado

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas



executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “g” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de renovação da outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) [Vigência](#)

DECRETO Nº 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Art. 5º Os processos de pedido de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação deste Decreto cujo requerimento esteja pendente de decisão serão instruídos conforme o disposto no [art. 113 do Decreto nº 52.795, de 1963](#).

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos processos cuja decisão tenha sido tomada.

9. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, deve ser realizada à luz do que dispõe as normas acima mencionadas.

II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

10. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

11. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM, manifestou-se nos seguintes termos a respeito do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, apresentado pela Rádio Chapada do Corisco Ltda (Doc. nº 10560273 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Rádio Chapada do Corisco Ltda, inscrita no CNPJ nº 12.067.450/0001-80, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, vinculado ao FISTEL nº 50414541162, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

2. Por meio do Ofício nº 24104/2022/SEI-MCOM, acompanhado da Nota Técnica nº 14171/2022/SEI-MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à referida pessoa jurídica a complementação da instrução processual (SEI [10411251](#) e [10411270](#)). Em resposta, enviou-se a documentação colacionada no Protocolo nº [53115.028602/2022-14](#), o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem este procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão.

5. bÉ cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

(...)

7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em respeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

8. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Chapada do Corisco Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 96.206, de 22 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1988 (SEI [10560293](#) - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988 (SEI [10560293](#) - Págs. 2-5).
9. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI [10560293](#) - Págs. 6-9).
10. Concernente ao período de 1998-2008, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 19 de agosto de 1998, gerando o protocolo nº [53760.000341/1998-81](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente à época, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de janeiro de 1998 a 27 de abril de 1998. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em junho de 2008. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.
11. Tendo em vista a ausência de pedido tempestivo da entidade para o período de 2008-2018, foi instaurado, por impulso oficial, o processo de revisão da outorga nº [53000.056631/2008-13](#). Ocorre que a entidade, no curso daquele feito, apresentou o requerimento de renovação, no dia 22 de dezembro de 2016, por meio do protocolo nº [01250.010778/2016-13](#). No entanto, o decênio venceu antes que houvesse decisão da autoridade competente quanto ao pedido de renovação.
12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos. De todo modo, não foram verificadas, salvo melhor juízo, indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução daqueles autos.
13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.
14. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.
15. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em 29 de julho de 2020, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI [5744516](#) - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 27 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018.
16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos para os períodos de 1998-2008, 2008-2018 e 2018-2028, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:
- (...)
17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.
18. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [10560266](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
- (...)
19. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
20. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [10560266](#)).
21. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 9 de dezembro de 2022 (SEI [10560262](#) - Págs. 1-4).
22. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima e a sócia Eliane Silva Nogueira Lima não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
23. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10560262](#) - Págs. 8-10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em



trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10411770](#)).

24. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10560266](#)).

25. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

26. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2018, com validade até 27 de julho de 2028 (SEI [10560262](#) - Págs. 7 e 11).

30. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

12. Portanto, infere-se que a extinta SERAD manifestou-se no sentido de que não existe impedimento técnico para que haja renovação da outorga concedida para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

13. Vale destacar que a mencionada Secretaria esclareceu que o referido pedido foi apresentado de forma intempestiva, porém o art. 2º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022, permitiu que os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, fossem conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo

14. Com efeito, não obstante a apresentação intempestiva do pedido de renovação da outorga (no dia 29 de julho de 2020), tem-se que existe previsão legal expressa no sentido de permitir o conhecimento do pleito de renovação, razão pela qual não existe óbice jurídico para que seja conhecido o pedido de renovação da outorga da Rádio Chapada do Corisco Ltda, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.

15. No que se refere ao limite de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, a extinta SERAD informou que o quantitativo de outorgas está dentro da previsão normativa, tanto no que se refere aos sócios, quanto aos dirigentes (vide itens 21 da NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM).

16. O check-list, elaborado pela referida Secretarua, informa que a referida entidade apresentou os seguintes documentos exigidos, dentre outros (Doc. nº 10560273 -SEI): i) requerimento de renovação de outorga; ii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; iii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iv) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; v) certidões de regularidade perante as fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; vi) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; vii) certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; viii) Comprovação pelos dirigentes da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

17. É oportuno registrar que a NOTA TÉCNICA Nº 18770/2022/SEI-MCOM não faz referência ao decreto legislativo, editado pelo Congresso Nacional, que trata da emissão da outorga da permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora, pelo que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deve adotar as medidas cabíveis para rmar o ato do Poder Legislativo que ratificou a outorga conferida à Rádio Chapada do Corisco Ltda.



respectiva assinatura do termo aditivo ao contrato, conforme a redação do art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

19. Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, renovando a permissão à citada entidade; ii) encaminhamento à Presidência da República para subscrição da minuta de exposição de motivos; iii) submissão da matéria ao Congresso nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iv) e elaboração do termo aditivo ao contrato.

20. Face ao exposto e após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Teresina/PI, pela Rádio Chapada do Corisco Ltda.

III – CONCLUSÃO

21. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que devem ser observadas as seguintes orientações: i) após a observância do item 17 do referido PARECER, não existe impedimento jurídico para renovação de outorga concedida à Rádio Chapada do Corisco Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Teresina/PI, referente ao período de 27 de julho de 2018 a 27 de julho de 2028.; ii) a minuta de portaria e a minuta de exposição de motivos, ambas elaboradas pela extinta SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223 da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do termo aditivo ao contrato; v) é necessário que sejam adotadas as medidas necessárias para que, no momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

22. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta renovar a permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

23. A minuta de portaria acostada aos autos do Processo Administrativo deve ser ajustada em razão da alteração recente do Ministro de Estado das Comunicações, uma vez que o Sr. Fábio Salustino Mesquita de Faria foi exonerado (vide Decreto de 20 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 239, de 21 de dezembro de 2022) e o Sr. Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho foi nomeado Ministro de Estado desta Pasta (vide Decreto de 01 de Janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União - DOU Edição Especial, de 01 de Janeiro de 2023).

24. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (extinta Secretaria de Radiodifusão) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria à Presidência da República e ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115003348202080 e da chave de acesso 251fc804



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1067967536 e chave de acesso 251fc804 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-01-2023 09:14. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00023/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.003348/2020-80

INTERESSADOS: RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

Aprovo o PARECER n. 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, pelos seus próprios

fundamentos. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115003348202080 e da chave de acesso 251fc804



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1068329052 e chave de acesso 251fc804 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-01-2023 13:12. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, na data da assinatura.

Aos Protocolos da SAJ, SAG, SE/CC e à CGINF

Assunto: **RENOV/FM - RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA - Localidade de Teresina/PI.**

1. Encaminhado EXM 358 2024 MCOM, para análise e providências.

HUGO VINÍCIUS ALVES
Chefe da Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Chefe de Divisão**, em 24/04/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5698511** e o código CRC **BDCFA5AE** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SUPER nº 5698511



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos 358 2024 MCOM (5698493).

Concluir registro nesta SE/CC/PR. Trata-se de processo de radiodifusão que encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, órgãos competentes para analisar e manifestar sobre o tema.

ERLIA APARECIDA DE FIGUEIREDO CUNHA
Coordenadora-Geral de Gestão e Processos



Documento assinado eletronicamente por **Erlia Aparecida de Figueiredo Cunha, Coordenador(a)-Geral**, em 25/04/2024, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5700614** e o código CRC **E7AEDC3F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SUPER nº 5700614



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.003348/2020-80

Nota SAJ - Radiodifusão nº 679 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.003348/2020-80

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.003348/2020-80, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA** CNPJ nº 12.067.450/0001-80, na localidade de **Teresina/PI**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a **verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações**, no

as atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o *constituente deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.003348/2020-80, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial Para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Secretário Adjunto de Infraestrutura - Substituto

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituta

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 09/08/2024, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 13/08/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 16/08/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5958444** e o código CRC **1E8633A9** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI nº 5958444



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 808/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.003348/2020-80.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00358/2024 MCOM, de 22 de Abril de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) no município de Teresina (PI).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00358/2024 MCOM (5698153), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.003348/2020-80, acompanhado da [Portaria MCOM Nº 12.677, de 21 de março de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2018, no município de Teresina, estado do Piauí, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.067.450/0001-80, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00017/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5698134), de 09/01/2023, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 18770/2022/SEI-MCOM, de 14/12/2022 (5698500), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)^[3], ratificada pelo Despacho (5698142) de 26/02/2024, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 14/12/2022 (5698131), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4], e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	12.067.450/0001-80
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CHAPADA DO CORISCO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$4.000,00 (Quatro mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	RAIMUNDO NETO E SILVA NOGUEIRA LIMA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ELIANE E SILVA NOGUEIRA LIMA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 26/08/2024 às 14:33 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas e Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 24/10/2024, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 24/10/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 24/10/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6031045** e o código CRC **5604B218** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.003348/2020-80

SEI nº 6031045

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf>

537c9edd-c9b3-4a09-89a2-64556bff93bf